

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS
MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS

**TRAJETÓRIA DE UM ESPAÇO DE FRONTEIRA: A MESORREGIÃO SUDESTE
MATOGROSSENSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, área de concentração, População, Sociedade e Território.

Mestrando : Marco Antonio Teixeira de Brito

Orientador : Prof. Dr. César Ajara

Rio de Janeiro

Março/2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

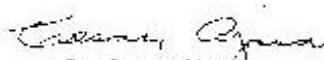


FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS - ENCE
Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais
Rua André Cavalcanti, 116 - Santa Teresa
CEP: 20231-050 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
Tel: (0xx21) 2142-0123 ramal 3919
<http://www.ence.ibge.gov.br>



Nome do mestrando:

Marco Antonio Telxeira de Brito


Dr. Cesar Ajara

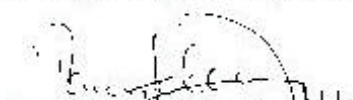
Conceito *Aprovada*


Dra. Adma Hamam de Figueiredo

Conceito *Aprovada*


Dr. Miguel Angelo Campos Ribeiro

Conceito *APROVADO*


Dr. Paulo de Martino Janhuzzi

Conceito *APROVADO*

Face aos resultados acima, a Banca Examinadora deu por encerrada a sessão, declarando a dissertação *Aprovada*, sendo a presente ata firmada pelos quatro examinadores

Nota: A versão definitiva da dissertação deverá ser entregue na Gerência de Registro e Controle (GRC) acompanhada de uma carta do orientador dizendo que o aluno atendeu a todas as exigências para a obtenção do diploma.

Conceitos: Aprovada, Aprovada com restrições e Reprovada

RESUMO

A reestruturação do território brasileiro vem caracterizando-se por profundas transformações econômico-espaciais, decorrentes da forma de inserção do País em um processo que atua em escala planetária e redesenha o mapa do mundo. O rebatimento dessa dinâmica reestruturadora, relacionada às novas formas assumidas pelo capitalismo globalizado, no território nacional e, especificamente no Centro-Oeste, dirige o foco dessa dissertação na busca da compreensão acerca da nova configuração espacial que expressa essas transformações, elegendo como elemento sintetizador dos processos aí envolvidos, a trajetória de um segmento espacial que deles se beneficiou – a mesorregião sudeste matogrossense.

Como os conteúdos caracterizadores desse movimento de reelaboração espacial, ainda em curso, diferem substancialmente, não só no tempo como nas diferentes escalas geográficas, optou-se por uma abordagem multiescalar, voltada à uma macrorregião – o Centro-Oeste – e a uma mesorregião que se beneficiou desse processo – a do sudeste matogrossense – apoiada numa eficiente ação estatal e, principalmente, em modernas técnicas adotadas pelos agentes privados hegemônicos que ali se instalaram e transformaram sua base produtiva. O estudo foi desenvolvido com base no tratamento de informações estatísticas e cartográficas produzidas pelo IBGE, referentes às principais atividades econômico-produtivas que deram suporte às transformações ocorridas na Mesorregião do Sudeste Matogrossense, no período 1980-2002, com destaque para: Atlas Nacional, PAM, PPM, Cadastro Central de Empresas, PIB Municipal, Pesquisa de Estoques, Tendências Demográficas.

Palavras-chave:

Mato Grosso; mesorregião; território; fronteira; escala; globalização; corporações.

ABSTRACT

The spatial-economic changes that mark the Brazilian territorial restructuring are part of a process operating at the planetary scale, which is redrawing the world map. The results of this restructuring dynamics, related to the new forms of global capitalism, on Brazilian territory, and specifically on the Central-Western region, is the focus of this work, which aims at understanding the new spatial configuration that expresses these changes through the exam of a mesoregion – Mesorregião Sudeste Matogrossense. As the contents of the current process of spatial re-elaboration are manifest at different scales, both in time and in space, this is necessarily a multi-scale approach, investigating how the Mesorregião Sudeste Matogrossense benefits from an efficient State policy and in the modern technology employed by the hegemonic agents that settled in the region and changed its production basis. The work has used IBGE's statistical and cartographic data, analysing the major productive economic activities that concurred to the changes in the period 1980 - 2002, specially those found in the Atlas Nacional. PAM, PPM, Cadastro Central de Empresas, PIB Municipal, Pesquisa de Estoques, Tendências Demográficas.

Key-words:

Mato Grosso (state of); mesorregion; territory; border; scale; globalization; corporation.

Aos meus pais, cujo empenho na minha educação foi a base para realização desta dissertação.

Ao Spike.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação só se tornou possível pelo apoio recebido de pessoas que, de alguma forma, deram sua contribuição para que a mesma se concretizasse, tornando complicada a tarefa de agradecer a todos, dado o empenho de não omitir ninguém.

Ao meu orientador, Professor César Ajara, cuja contribuição, no âmbito da Geografia, já o habilitara a figurar entre a vanguarda dos que pensam os novos rumos impostos à essa ciência, cabe agradecer a esclarecedora interlocução na orientação do desenvolvimento do trabalho.

Da mesma forma, não poderia deixar de frisar a inestimável contribuição proporcionada pela Professora Adma Hamam, gerente de projetos da Coordenação de Geografia do IBGE e co-orientadora dessa dissertação que, com suas sugestões pertinentes, pavimentou o caminho para o andamento correto do trabalho.

Também na Coordenação de Geografia, cabe destacar o apoio proporcionado pela chefe da Coordenação, Maria Luiza Gomes Castello Branco, que, além dos incentivos, disponibilizou a infraestrutura necessária à configuração final do trabalho.

Dirijo também especial agradecimento aos colegas da Coordenação de Geografia que se mostraram solidários e sempre prontos a colaborar, notadamente Cléber de Azevedo Fernandes que, com seu especial talento, contribuiu na concepção e execução dos mapas que integram esse trabalho, assim como Evangelina Xavier G. de Oliveira, pelo auxílio com a língua inglesa, Jorge Kleber Teixeira Silva, no acesso aos dados do BME e, ainda, a Ivete Oliveira Rodrigues, Gentil Félix Viana e Rogério Botelho de Mattos, por suas sugestões.

Da mesma forma, estendo meu agradecimento à Alexandre Brandão e Bruno Erbitis Garcia, pelo empenho no fornecimento dos dados solicitados, assim como aos estagiários Maikon e Alberto que, através do “olhar delegado”, em viagem de estudos, confirmaram o acerto da abordagem empregada no trabalho.

Finalmente, não poderia deixar de agradecer à Maria Helena Palmer que, com sua insistência, convenceu-me a enfrentar esse desafio, e aos meus amigos e familiares, que demonstraram compreensão ao privarem-se de um convívio mais frequente, durante a elaboração dessa dissertação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 FRONTEIRA E GLOBALIZAÇÃO NA DINÂMICA ESPACIAL CONTEMPORÂNEA	05
1.1 As Transformações do Capitalismo no Fim do Milênio e a Globalização ..	05
1.2 A Dinâmica Espacial Contemporânea	10
1.3 O Significado da Fronteira	13
2 RESGATE DA DINÂMICA ECONÔMICO-ESPACIAL DO CENTRO-OESTE NO CONTEXTO DE UM PROJETO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA	17
2.1 A Conjuntura Precedente à Instalação do Projeto Nacional Desenvolvimentista	18
2.2 O Rebatimento da Implantação do Projeto Nacional Desenvolvimentista no Centro-Oeste	20
2.3 A Crise do Modelo e a Implantação do II PND	22
2.4 Políticas Públicas e Evolução da Agropecuária Modernizada no Centro-Oeste	24
2.5 O Esgotamento do II PND e a Política de Ajuste Estrutural	26
2.6 O Fim do Ciclo Desenvolvimentista e o Novo Padrão Agrícola	28
3 TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL DO CENTRO-OESTE NA CONTEMPORANEIDADE	31
3.1 A Liberalização Econômica e a Nova DinâmicaEspacial da Economia Brasileira	31
3.2 O Fenômeno da Transformação Produtiva do Centro-Oeste	34
3.3 O Impacto da Expansão da Agroindústria na Rede Urbana Regional	38
3.4 Inserção Produtiva e Base Logística: Os Novos Caminhos do Centro-Oeste	43
3.4.1 A Importância da Base Infraestrutural Pretérita	44
3.4.2 A Multimodalidade dos Transportes e os Novos Caminhos do Centro- Oeste	46

4 A MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE: DA CRIAÇÃO DE UM PÓLO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA A AFIRMAÇÃO DE CENTRO DE GESTÃO E PÓLO LOGÍSTICO	52
4.1 A Evolução Pretérita da Malha Municipal e da Base Produtiva	53
4.2 O Salto Modernizante e o Modelo Sudeste Matogrossense	70
4.3 Um Foco no PIB	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
BIBLIOGRAFIA	110

LISTA DE FIGURAS:

- fig.01 Genealogia dos municípios da mesorregião Sudeste Matogrossense....	55
- fig.02 Produção de arroz, algodão, milho e soja em 1980.....	59
- fig.03 Tamanho dos rebanhos em 1980.....	66
- fig.04 Produção de arroz, algodão, milho e soja em 1990.....	72
- fig.05 Tamanho dos rebanhos em 1990.....	75
- fig.06 População total em 2000 e taxa média geométrica de crescimento anual 1991 – 2000.....	81
- fig.07 Produção de arroz, algodão, milho e soja em 2000.....	84
- fig.08 Armazéns e depósitos.....	87
- fig.09 Tamanho dos rebanhos em 2000.....	89
- fig.10 Logística do território 2000.....	93
- fig.11 Distribuição espacial das empresas segundo sua especialização.....	96
- fig.12 Distribuição espacial das empresas segundo o ano de instalação.....	98
- fig.13 Valor adicionado e PIB municipal 2000.....	108

INTRODUÇÃO

A reestruturação do território brasileiro, amplamente reconhecida em nível acadêmico, empresarial e político, vem caracterizando-se por profundas transformações econômico-espaciais, decorrentes da forma de inserção do País em um processo que atua em escala planetária e redesenha o mapa do mundo, colocando para a Geografia o desafio de compreender as novas realidades que a conformam (AJARA, 2001).

Nesse sentido, de acordo com Santos (1999 p.9, apud AJARA 2001)

"o grande desafio desse fim de século é o entendimento das novas estruturas econômicas e políticas que, organizadas à escala do planeta, estão criando um verdadeiro novo mundo do qual um dos aspectos marcantes são as novas configurações espaciais. Desse modo, a Geografia como um todo é levada a se renovar."

O rebatimento dessa dinâmica reestruturadora, no território nacional e, especificamente, no Centro-Oeste, fez emergir a questão acerca da expansão e consolidação de novas práticas socioespaciais em áreas de fronteira agrícola, dirigindo o foco da investigação desenvolvida nesta dissertação para uma temática que busca aprofundar a compreensão acerca da nova configuração espacial que expressa essas transformações, intensificadas a partir da década de 80, elegendo como elemento sintetizador dos processos aí envolvidos, a trajetória de determinado segmento espacial que deles se beneficiou - a mesorregião sudeste matogrossense.

Com a reestruturação econômico-produtiva sendo entendida como o principal fator dessa reorganização do espaço, o eixo central dessa pesquisa irá se ater aos elementos que possibilitaram as transformações verificadas no sudeste matogrossense nas duas últimas décadas, relacionados às novas formas assumidas pelo capitalismo globalizado, consubstanciadas na revolução científico-tecnológica, na polarização do comércio internacional e na desarticulação do aparato de regulação estatal, fatores determinantes nas assimetrias profundas que se configuram e reconfiguram nesse território.

Cabe destacar que o elemento norteador do trabalho aqui desenvolvido, reporta-se à análise do impacto das forças globalizadoras na reelaboração do espaço geográfico nacional, no período 1980-1996. Tal análise, conforme o quadro conceitual-metodológico proposto por Ajara (2001), além de evidenciar a emergência de um movimento reconcentrador do crescimento econômico nos espaços hegemônicos da economia e a fragmentação do crescimento nas áreas periféricas, identifica a existência de uma nova configuração espacial atrelada à dinâmica econômico-espacial do País, associando a inclusão de espaços mesorregionais, à lógica da competitividade e seletividade espacial.

Entretanto, a idéia de integração e articulação de partes fragmentadas de um território, implica na possibilidade de expansão das forças capitalistas em diversas escalas geográficas, num processo de integração espacial dinâmico que busca novas oportunidades abertas por vantagens locacionais. Dessa forma, a inserção de lugares e regiões, ao longo do movimento de formação e consolidação de uma fronteira capitalista, dá-se através da contínua diferenciação interna da escala espacial, onde o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo é organizado no espaço (SMITH, 1998, *apud* FRANCO DA SILVA, 2003).

A constatação de que os conteúdos caracterizadores do movimento de elaboração espacial em curso diferem substancialmente, não só no tempo como nas diferentes escalas geográficas, fez com que o desenvolvimento do trabalho implicasse em um conhecimento dos processos estruturadores do espaço, tanto no nível macro como no nível mesorregional, pavimentando, assim, a partir de meados da década de 1970, o caminho para uma melhor compreensão das transformações econômico-espaciais ocorridas nesse início de milênio.

Nessa perspectiva, considerando que os processos reestruturadores do território se reproduzem em diferentes escalas, reafirma-se a abordagem multiescalar dessa dissertação, voltada à uma macrorregião – o Centro-Oeste – e a uma mesorregião que se beneficiou desse processo – a do sudeste matogrossense – apoiada numa eficiente ação estatal e, principalmente, em modernas técnicas adotadas pelos agentes privados hegemônicos que ali se instalaram e transformaram sua base produtiva.

Com efeito, essa mesorregião, nucleada pelo município de Rondonópolis, cujo crescimento pode ser explicado, inicialmente, pelo deslocamento de uma frente pioneira ocorrido nos anos 60/70, atraída pela implantação do POLOCENTRO, dentro do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, viria a se constituir, posteriormente, em exemplo típico de região de fronteira que se consolidou como complexo agroindustrial e centro de gestão. Nesse sentido, o sudeste matogrossense pode, assim, ser considerado um exemplo

característico de espaço incluído, com êxito, à lógica da competitividade e seletividade espacial.

Por um lado, a abordagem macrorregional permite avaliar, com a amplitude necessária, os processos mais gerais que marcaram a passagem de um projeto interno de crescimento da economia e expansão territorial brasileira, para um outro pautado pelos vetores da globalização.

Por outro lado, e em conformidade com o exposto por Ajara (2001), a escolha da escala mesorregional justifica-se pelo fato desse recorte, por ser mais abrangente em termos espaciais e mais diversificado em sua dimensão setorial, permitir realçar especificidades não percebidas em outras escalas, possibilitando um melhor entendimento, através da combinação e articulação das informações disponíveis, de sua capacidade de gerar riquezas articulada a uma base espacial, com identidade territorial firmada em processos de estruturação sócio-espaciais e organização produtiva, que se constituem em particularidades existentes na escala que intermedia o universal e o singular.

Nesse contexto, cabe observar que ao definir as bases conceituais para a divisão regional institucionalizada para fins estatísticos, o IBGE (1989), estabelece que o conceito de organização do espaço refere-se às diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial,

entendendo-se por mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial.

Dessa forma, na atual configuração do espaço nacional, a confirmação de um segmento espacial que alterou, de forma expressiva, sua participação na geração da riqueza nacional, incluído que está nos novos processos em curso, desenvolveu-se através de um roteiro de trabalho que procurou articular parte expressiva da literatura que enfoca o processo atual de mudança, com o interesse da pesquisa geográfica, no propósito de se compreender a realidade brasileira, em geral, e a do recorte selecionado, em particular, em sua vertente econômico-espacial contemporânea.

Nessa perspectiva, reafirma-se o esquema operacional utilizado na abordagem à trajetória do recorte espacial em análise, optando-se por efetuar, de maneira sucinta, o resgate das transformações do sistema capitalista, em escala mundial, ocorridas no final do milênio, com o advento da globalização, e o seu rebatimento no território nacional,

estabelecendo, assim, um contexto que viesse pavimentar o caminho para a compreensão dessas transformações ao se focar as escalas macro e mesorregional.

Dessa maneira, no primeiro capítulo - **FRONTEIRA E GLOBALIZAÇÃO NA DINÂMICA ESPACIAL CONTEMPORÂNEA** - são focalizadas as interpretações acerca das mudanças, ainda em curso, que formam a base teórico-conceitual para o entendimento das transformações, em nível mundial, e das configurações particulares assumidas no território nacional, a partir da globalização, enfatizando a nova dinâmica reestruturadora do território e o significado contemporâneo da fronteira.

O segundo capítulo - **RESGATE DA DINÂMICA ESPACIAL DO CENTRO-OESTE NO CONTEXTO DE UM PROJETO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA** - resgata, com base na literatura acadêmica contemporânea, as linhas gerais da dinâmica espacial da economia brasileira no período pós-30, com ênfase na região Centro-Oeste. A compreensão dos movimentos reestruturadores da economia, dentro de um contexto nacional desenvolvimentista, contribui, sobremaneira, na interpretação dessa dinâmica nos anos 90, efetuada no terceiro capítulo.

O terceiro capítulo - **TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL DO CENTRO-OESTE NA CONTEMPORANEIDADE** - trata da nova dinâmica espacial da economia brasileira, nos anos 90, com ênfase na transformação produtiva do Centro-Oeste, focando, ainda, os impactos causados pela expansão da agroindústria na rede urbana regional e a evolução da base logística, a partir da revolução informacional e da adoção da multimodalidade dos transportes, fundamento das grandes corporações que atuam naquele território.

No quarto capítulo - **A MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE: DA CRIAÇÃO DE UM PÓLO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA À AFIRMAÇÃO DE CENTRO DE GESTÃO E PÓLO LOGÍSTICO** - procede-se, inicialmente, à identificação dos fundamentos da investigação empírica, efetuando-se, em seguida, a análise da geração da riqueza no recorte espacial em foco, dentro dos marcos temporais estabelecidos, com base em indicadores que contemplam a evolução e a concentração da produção nos municípios que compõem a mesorregião sudeste matogrossense, bem como, a título de referência, nas demais mesorregiões do estado.

1 FRONTEIRA E GLOBALIZAÇÃO NA DINÂMICA ESPACIAL CONTEMPORÂNEA.

Neste capítulo serão abordados, a partir de referências conceituais direcionadas ao embasamento da investigação proposta - a trajetória bem sucedida de um espaço de fronteira - os elementos necessários ao entendimento da dinâmica da organização espacial contemporânea no território nacional, fio condutor dessa investigação, conforme uma nova lógica reestruturadora do sistema capitalista e do espaço, em escala planetária, que se reproduz internamente ao País, face às novas estratégias dos agentes hegemônicos.

Com efeito, conforme Ajara (2001), os caminhos percorridos pela economia brasileira nas duas últimas décadas do milênio, vêm produzindo arranjos espaciais diferenciados, cabendo enfatizar, nessa perspectiva, a importância do conhecimento mais detalhado dos processos formadores da realidade nacional contemporânea, com enfoque preferencial na reestruturação econômico-produtiva, balisadora do movimento de inclusão/exclusão de diferentes segmentos espaciais do território brasileiro, na compreensão dessa dinâmica .

Nesse sentido, o capítulo está estruturado de maneira a resgatar, de forma resumida, as transformações do sistema capitalista no fim do milênio e o surgimento da globalização, viabilizada pela revolução informacional, como fundamentos da dinâmica espacial contemporânea, que privilegia os espaços que reúnem condições de inserção no sistema capitalista global, bem como o significado contemporâneo da fronteira, segmento periférico às áreas dinamizadas nacionais, no qual se insere o recorte espacial, alvo dessa dissertação.

1.1 As Transformações do Capitalismo no Fim do Milênio e a Globalização

A dinâmica recente de reelaboração espacial do território nacional, guarda uma relação estreita com um movimento mais amplo de reestruturação do espaço em nível mundial, determinado pelas transformações profundas e aceleradas nos campos político, social e

econômico-financeiro, evidenciando um momento decisivo da história do capitalismo e da relevância que assumem as referências a mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação do capital.

Basicamente, as transformações ocorridas no funcionamento do sistema capitalista durante as últimas décadas do século XX, referem-se à transição do sistema de acumulação fordista, baseado na produção e no consumo de massa, para um sistema de acumulação flexível, centrado na desregulamentação e na competitividade, visando a formação de um sistema econômico global como expressão de um processo de internacionalização da economia.

Com efeito, o fordismo, modo de produção surgido na década de 20, trazia como especificidade o reconhecimento de que a produção e o consumo de massa implicavam em um sistema de reprodução da força de trabalho e uma política de controle e gerência, onde decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais seriam necessárias ao seu estabelecimento, exigindo um modo de regulação capaz de atender aos requisitos da produção fordista, que aparecia, então, como solução para os problemas a que o capitalismo estava exposto.

Enquanto regime de acumulação, o fordismo amadurece e funde-se ao keynesianismo, atingindo escala mundial e proporcionando um longo período de expansão do sistema capitalista, que vai do fim da segunda guerra mundial até 1973, exigindo um esforço de compromisso de seus principais agentes - Estado, trabalho organizado e capital corporativo - para tornar-se mais do que um sistema de produção, podendo ser considerado um modo de vida total, com a integração de sistemas produtivos, relações de produção e o estado de bem estar social (HARVEY, 1994 *apud* AJARA, 2001).

As estratégias econômicas prevalecentes no período posterior à segunda guerra mundial, referiam-se, então, ao controle macroeconômico de regulação do ritmo de mudança tecnológica e organizacional, que limitava a confrontação entre o capital e o trabalho, equilibrando, através do Estado, a produção e o consumo de massa, assim como o deslocamento espacial das atividades, financiadas por endividamentos de longo prazo.

Entretanto, a queda da produtividade e da lucratividade, a partir da década de 60, prenunciando o início de graves problemas fiscais, culminou com a recessão que se instala em 1973 e atinge o núcleo do sistema fordista, evidenciando os problemas ocasionados pela rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e longos prazos, em sistemas de produção em massa.

Como recurso para a obtenção da maior flexibilidade que se impunha, optou-se pela quebra da ordem de Bretton Woods – um dos pilares do sistema econômico vigente, instalada em 1944 e fundada na abertura controlada do mercado de capitais e de mercadorias, associada à importância dos Estados nacionais - e pela adoção de políticas monetárias que, no entanto, tiveram como consequência uma onda inflacionária, a elevação brutal do preço do petróleo e a estagnação da produção de bens, colocando em cheque os rumos do capitalismo e antecipando a passagem para um regime de acumulação e um sistema de regulamentação, inteiramente novos.

Nesse contexto, foram adotadas estratégias no sentido de aprofundar a racionalização e buscar novas maneiras de sobrevivência em condições e circunstâncias diferentes das predominantes até então, através da emergência de um novo regime de produção, com uma sólida base que viabilizasse a acumulação capitalista em escala global.

As novas estratégias referiam-se, então, à reestruturação do mercado de trabalho, ao acirramento da competição, ao surgimento de novas linhas de produtos e à dispersão geográfica das empresas, configurando-se um novo regime de acumulação que se opunha à rigidez do fordismo - a acumulação flexível -, com a intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional (AJARA, 2001).

A acumulação flexível, implicava, ainda, em redirecionamento dos investimentos para regiões de baixos salários, além de mudanças tecnológicas e organizacionais, difundindo-se na década de 1980 como estratégia dominante na busca do lucro. A dispersão e a mobilidade geográfica da produção, bem como a intensidade da inovação de produtos, de tecnologia e de instituições, passam a exigir um alto grau de organização e de centralização, viabilizadas pelo acesso e controle de dados no âmbito científico e tecnológico, assim como pela reestruturação do sistema financeiro global, onde a desregulamentação e a autonomia tornam-se requisitos fundamentais para novos empreendimentos (AJARA, 2001).

Com efeito, os avanços do conhecimento, nas áreas de microeletrônica, informática, telecomunicações, biotecnologia e automação, verdadeira revolução informacional, possibilitaram uma profunda reestruturação na organização produtiva, permitindo transformar o saber científico em industrial, proporcionando, assim, maior capacidade de inovar e globalizar padrões de produção, de gerenciamento e de circulação, objetivando a reprodução ampliada do capital, através da unificação de técnicas de uso intensivo no processo produtivo.

De forma resumida, pode-se afirmar, então, que as mudanças ocorridas na década de 1990, envolvendo sucessivas crises com alternância de ciclos de retração e de recuperação econômica, vulnerabilidade das economias emergentes, acirramento da concorrência

internacional, além dos rumos incertos da dinâmica recente de reestruturação econômico-financeira, validam as interpretações de que as transformações em curso configuram variações significativas da expansão e reprodução do sistema capitalista, contemplando os novos arranjos espaciais e formas organizacionais de um mundo globalizado (AJARA, 2001).

De maneira geral, as interpretações produzidas sobre as atuais transformações econômico-financeiras e espaciais, embora possam ter identificadas diferentes linhas de reflexão, partem de um conjunto de formulações ancoradas no conceito-chave de globalização, fenômeno que pelas suas características definidoras e pelas transformações que acarreta no cenário mundial, tem sido tema de obras importantes na tentativa de se construir um campo teórico-conceitual que contemple todas as suas implicações.

Admite-se, entretanto, que o capitalismo, ao se tornar global, colocou em evidência a questão da seletividade espacial, um dos eixos estruturados para melhor viabilizar a sua reprodução sob a ótica da globalização, reafirmando, dessa forma, a dimensão da inclusão/exclusão de determinados segmentos do território, conforme a presença, ou não, dos requisitos locacionais exigidos pela dinâmica globalizadora (AJARA, 2001).

O fenômeno da globalização estaria associado, ainda, ao início da desregulamentação das economias de países interessados em atrair investimentos, num processo de transnacionalização da atividade econômica que marcou a década de 1970, quando a possibilidade de se construir uma economia em escala mundial enfatizou a necessidade de internacionalização das finanças. É neste processo que evidencia-se a crescente importância das corporações - poderosos agentes de reorganização do espaço, com múltiplas localizações e diferentes escalas geográficas de operação - como protagonistas das ações transformadoras contemporâneas, na definição de Becker (2003).

Com efeito, conforme Franco da Silva (2003), a grande corporação pode ser entendida como uma manifestação concreta da dinâmica socioespacial do capital nas sociedades capitalistas contemporâneas, já que se constitui num dos principais agentes de reorganização do espaço, envolvendo crescente multifuncionalidade e multilocalização das escalas geográficas de operação, numa busca por lugares e regiões privilegiados pela circulação do capital, em escalas cada vez mais amplas.

Dessa forma, segundo Ajara (2001), as corporações, na medida em que atravessam fronteiras nacionais e societárias, aceleram a concentração do capital e atuam como agentes da reorganização espacial, em escala mundial, através de um conjunto de práticas econômicas associadas a políticas de controle do território e de redefinição da divisão do trabalho, que

mantêm e recriam desigualdades espaciais, num processo de globalização que atua em conformidade com os interesses que representa.

Em linhas gerais, tais conflitos são inerentes em áreas de abertura de fronteira agrícola, tornando necessário, para o entendimento de uma grande corporação que se projeta numa área de fronteira, compreendê-la como processos que expressam formas, estruturas, movimentos e interações espaciais.

Vistos como atores privilegiados pela lógica do Estado e como promotores da integração econômica do País, as corporações agroempresariais geram profundas transformações na articulação econômica e espacial de várias regiões, assim como condicionam, através de uma seletividade espacial expressa na forma de apropriação de determinadas parcelas do território e de desterritorialização de grupos sociais diversos, o desenvolvimento econômico dessas regiões (FRANCO DA SILVA, 2003).

Com o objetivo de aproveitar as vantagens de localização em escalas mais amplas, que permitem mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade, as atividades da grande corporação demandam um ordenamento territorial em rede densa e ramificada, envolvendo inúmeras localizações e variados e multidirecionados fluxos de articulação na organização de seu espaço de atuação.

Dessa forma, a grande corporação pode ser definida como um complexo territorial em rede, reproduzido através de fixos (plantas industriais, depósitos, fazendas, portos, cidades) e fluxos (mercadorias, mão-de-obra, informações, capitais, gestão), além de estratégicas redes políticas e recursos de poder que viabilizam toda a dinâmica de reprodução do capital da empresa (FRANCO DA SILVA, 2003).

Nessa perspectiva, Becker (2003), comentando as estratégias adotadas pelas grandes corporações, lembra que a geopolítica e a logística são áreas do conhecimento que contribuem para se efetuar uma análise apropriada dos caminhos por elas utilizados, observando que a geopolítica, que trata das relações entre poder, política e espaço, não mais atua na conquista de territórios mas sim na apropriação da decisão sobre seu uso, enquanto a rede logística é a representação espacial de pontos de origem e destino de mercadorias, bem como de seus fluxos, de forma a permitir a visualização do sistema como um todo.

Nesse sentido, pode-se considerar como uma das características marcantes das transformações do capitalismo no fim do milênio, a incorporação da geopolítica e da logística nas estratégias espaciais envolvendo atividades econômico-produtivas, tendo como objetivo a maximização do valor dos produtos e sua disponibilização a preços competitivos, onde e quando houver demanda. Dessa forma, em uma economia globalizada e marcada pela

exacerbação da concorrência, as relações econômicas envolvendo as corporações, quando analisadas territorialmente, configuram verdadeiros territórios corporativados, organizados em cadeias produtivas e redes políticas (BECKER, 2003).

Complementando as estratégias das corporações, a revolução tecnológica na microeletrônica e na comunicação, considerada um marco histórico nas concepções geopolítica e logística, gerou não apenas uma nova técnica de produção, mas uma nova forma de produção baseada na informação e no conhecimento. Essa nova forma de produção envolve o controle de redes técnicas e fluxos, que permitem avançar nos processos de globalização e de diferenciação espacial, através da valorização seletiva de territórios, seja por atributos próprios, seja por seleção decorrente de motivações externas (AJARA, 2001)

Dessa maneira, refletindo as atuais transformações econômico-financeiras e as novas formas de organização do espaço, associadas ao processo de globalização, pode-se dizer que as grandes mudanças em curso no sistema capitalista, protagonizadas pelas corporações, objetivam um sistema integrado de produção internacional, operacionalizado por redes regionais ou globais de produção e distribuição. Essas redes, fortalecidas pelos avanços nos campos científico e tecnológico, redefinem a organização espacial precedente, com a implantação de novas atividades e a configuração de novos lugares, introduzindo novas possibilidades e condições definidas pelas forças globalizadoras (AJARA, 2001).

1.2 A Dinâmica Espacial Contemporânea

Ao considerar-se a dimensão espacial da expansão capitalista, com a produção de arranjos espaciais específicos, num processo que é, ao mesmo tempo, formador do espaço e por ele contingenciado, assume-se que a produção e reprodução do desenvolvimento, inerente à essa expansão, é geograficamente desigual, evidenciando a questão da redução territorial de espaços de acumulação, à medida que o sistema econômico assume dimensões globais, excluindo, nesse processo, áreas cujas características não se mostrem em sintonia com a dinâmica e os interesses do capital globalizado (AJARA, 2001)

De fato, o movimento recente de reelaboração do espaço, em escala mundial, conforme uma nova lógica do capitalismo informacional, implica em um processo de inclusão/exclusão territorial e social que relega países, regiões e cidades, considerados sem valor nessa ótica contemporânea, a uma situação de exclusão dos fluxos de riqueza e de informação, gerando uma geografia extremamente irregular e ressaltando o caráter global

dessa dinâmica que elege apenas os espaços que agreguem valor, em termos de comunicação, inovação, produção e consumo (CASTELLS, 1999 *apud* AJARA, 2001).

Dessa forma, as novas relações entre capital e trabalho, o aprofundamento da internacionalização dos processos econômicos e a exacerbação da competitividade, redirecionam os rumos tomados pela regulação da economia, implicando em um maior rigor nas questões relacionadas à lucratividade dos investimentos, e criando critérios de seletividade espacial mais rígidos. O aprofundamento das diferenciações espaciais, sob a égide das forças globalizadoras, estaria associado, portanto, à lógica econômica da seletividade, que relega os espaços não competitivos, incapazes de remunerar adequadamente os investimentos realizados conforme os padrões esperados de lucratividade do capital.

É nessa perspectiva, conforme Ajara (2001), que se fundamenta a relação entre a reestruturação do capitalismo, sob a dinâmica da sociedade em rede, e a tendência à exclusão dos espaços desprovidos das características definidoras dos mecanismos de inclusão, embora os determinantes desse processo, ao serem passíveis de modificações associadas à mudanças nas diretrizes de políticas de Estado ou estratégias dos atores empresariais, podem significar avanços ou recuos nessa dinâmica reestruturadora do espaço.

Nesse sentido, ao se considerar a temática da dinâmica espacial contemporânea, reafirma-se que o capitalismo, em sua fase atual, caracterizado pela informatização e organizado em redes globais, é altamente gerador de desigualdades que se refletem espacialmente, conformando novas territorializações em função das potencialidades específicas de determinados lugares, que podem se configurar em situações de inclusão ou exclusão, sendo estreitamente articulados aos fatores sócio-políticos dominantes, que asseguram o domínio das forças de mercado e confirmam a lógica da desigualdade (AJARA, 2001).

Manuel Castells, ao considerar as transformações econômico-espaciais dos anos 80 e 90, numa busca do entendimento da reorganização produtiva e do novo modelo de organização espacial, dentro de um contexto que envolve crise econômica, reestruturação industrial e expansão da produção de alta tecnologia, observa que:

*"A economia global resultante da produção e concorrência com base informacional caracteriza-se por sua interdependência, assimetria, regionalização, crescente diversificação dentro de cada região, inclusão seletiva, segmentação excludente e, em consequência de todos esses fatores, por uma geometria extraordinariamente variável que tende a desintegrar a geografia econômica e histórica". (CASTELLS, 1999a, p.125 *apud* AJARA, 2001)*

O efeito dessas transformações no Brasil, país de dimensão continental, extremamente heterogêneo em termos sócio-econômicos e espaciais, e em processo de redefinição de sua estrutura econômico-produtiva e da dimensão do Estado, originou uma nova configuração do território, fundamentada em critérios de seletividade espacial e competitividade, que vem provocando profundas assimetrias em termos econômicos, sociais e espaciais, ao privilegiar as áreas cujas características se mostrem em sintonia com os interesses e a dinâmica do processo de globalização.

Nesse sentido, as mudanças expressivas no ambiente econômico do País, em um contexto de intensa abertura comercial, de priorização à integração competitiva e de reformas profundas na ação do Estado, reafirmam, por um lado, a concentração de atividades nas áreas mais dinâmicas e competitivas do País, dados os requisitos locacionais da acumulação flexível, e por outro lado, ressaltam a atuação das novas forças hegemônicas que, ligadas à abertura comercial, agem no sentido da desconcentração espacial das atividades econômicas, motivadas pela redução de custos de investimentos, via ganhos tecnológicos, e pela oferta de incentivos por parte de governos locais, privilegiando, assim, os novos focos regionais de exportação (AJARA, 2001).

Essa nova organização espacial, evidencia, dessa forma, um novo componente ligado à dinâmica da produção regionalizada, com o fortalecimento das parcerias entre as grandes empresas, enquanto atores globais, e o Estado, cuja resposta aos impactos regionais seletivos, tende a priorizar, sob a ação das forças globalizadoras, a inserção competitiva dos sub-espacos dinâmicos do País na economia mundial, principalmente através das atividades ligadas à agricultura, mineração e à agroindústria, nas regiões Norte e Centro-Oeste, como contraponto a localização dos segmentos básicos e estratégicos de atividades, localizados nas regiões Sul e Sudeste (AJARA, 2001).

Entretanto, Becker (1996 *apud* AJARA 2001), observa que a inserção dos sub-espacos dinâmicos não se encontra predeterminada *a priori*, sendo contingenciada pelas diferentes condições regionais quanto ao potencial de recursos, iniciativa política e modo de controlar a informação, criando um componente de inclusão/exclusão espacial, em função de vantagens comparativas e do potencial de competição e inserção dos lugares e territórios em novas formas de produção ligadas à globalização.

Dessa maneira, num contexto de globalização, de reestruturação produtiva e de dinamização dos focos competitivos, onde o território não é mais regulado exclusivamente pelo Estado mas, também, pelas grandes empresas, o aprofundamento das diferenciações

espaciais manifesta-se nas escalas inter e intrarregional, já que não faz parte da lógica de atuação dos agentes hegemônicos o resgate dos espaços não competitivos.

Assim, ao se analisar o papel do Estado, em relação à dinâmica espacial regional, fica claro que o mesmo, enquanto detentor de instrumentos de poder político e institucional e da capacidade regulatória de atividades específicas, num contexto de redefinição da capacidade de intervenção econômica e da condução do processo de desenvolvimento, ao destinar recursos e estimular as corporações estratégicas no fortalecimento dos sub-espaços dinâmicos do País, participa da reorganização da economia, tornando-se, também, protagonista no processo de globalização pela capacidade de interferir nos fluxos de bens, serviços e tecnologia.

Da mesma forma, o Estado, ao deslocar funções tradicionais para a escala de poder local, compartilha decisões com centros de poder regional ou mesmo mundial, tornando parte da configuração espacial contemporânea a vinculação direta de forças locais a movimentos de âmbito global, com o apoio de estruturas supranacionais de poder (AJARA, 2001).

1.3 O Significado da Fronteira

De maneira geral, as referências teórico-conceituais utilizadas na abordagem explicativa da nova dinâmica reestruturadora do território nacional, buscam interpretá-las à luz das especificidades do funcionamento do sistema capitalista no final do século XX, admitindo-se, de forma consensual, que a evolução desse sistema implica em processos reestruturadores do território, em escala mundial, e apresenta configurações particulares no plano nacional.

Com efeito, até o início dos anos 60, a economia nacional, especialmente o setor industrial, estava estruturada, de forma concentrada, na região Sudeste, especialmente em São Paulo, reservando-se às demais regiões uma grande diferenciação de dinamismo, segundo o nível de complementaridade à economia paulista. Entretanto, em função de crescentes investimentos produtivos de origem nacional e estrangeira, conformando uma nova dinâmica reestruturadora do espaço nacional, incrementou-se a demanda por uma maior produção de alimentos, acelerando a incorporação de novos espaços periféricos e favorecendo o movimento de integração do território.

Nesse sentido, esse segmento espacial periférico - a fronteira -, conforme uma concepção mais tradicional, referida no modelo de Turner, restringia-se a faixas limítrofes às regiões dinâmicas, reservadas à ocupação de terras livres por pequenos sítiantes - o *locus* de

reprodução do campesinato. Da mesma forma, o conceito de fronteira adotado por Mueller (1990), referia-se à uma área potencial que oferece condições à expansão de atividades relacionadas à agropecuária, envolvendo o funcionamento de mercados diversos, o desenvolvimento de um sistema de transportes e a disponibilidade de terras, numa combinação de forças produtivas e de relações de produção, denominadas *frentes*, sendo esse potencial o delimitador do espaço de fronteira.

Nessa mesma linha, Martins (1982), reafirma que a fronteira é o *locus* para o estabelecimento de uma população de camponeses pobres, num movimento apoiado em um grande excedente de mão-de-obra, que busca melhorar seu padrão de vida através do acesso a terra, significando que, ao mesmo tempo que a fronteira empírica numa possível ascensão social do campesinato, ela é, também, o lugar onde sua subordinação às forças capitalistas se estabelecem (MARTINS, 1982, *apud* FRANCO DA SILVA, 2003).

Entretanto, referindo-se ao processo de ocupação de fronteiras em regiões setentrionais do País, Cruz (2005), observa que a noção de fronteira não implica, necessariamente, na inexistência de formas anteriores de articulação dos espaços vazios, nem é um processo contínuo, pressupondo uma estrutura social relativamente aberta e dinâmica, relacionada à processos de ocupação e reocupação de terras.

Da mesma forma, Little (2001 *apud* CRUZ, 2005), referindo-se à ocupação espacial das fronteiras setentrionais, observa que ela ocorre de forma fragmentada, em decorrência das dimensões e diversidade de seu bioma, das localidades dispersas e das dificuldades de comunicação e transporte, sugerindo que, espacialmente, existe não somente uma fronteira regional mas diversas fronteiras regionais com diferentes localidades e interrelações geradas por cada sítio dessa fronteira.

Nesse sentido, a intensa mobilidade da força de trabalho, o desnível entre os graus de capitalização agrícola, a diversidade cultural dos agentes envolvidos, o acesso diferenciado aos sistemas de comercialização, a apropriação e a especulação fundiária, além da urbanização, são características do padrão de ocupação recente de áreas setentrionais, incorporadas ao processo produtivo nacional.

Becker (2004), reconsiderando definições anteriores, observa que o tratamento de fronteira segundo a teoria do desenvolvimento regional, que a define como componente do sistema espacial em formação, com grande potencialidade em recursos naturais e foco de atração de investimentos localizados para a produção mineral, e por frentes agropecuárias pioneiras, estaria superado :

"A fronteira não era a retaguarda dos processos histórico-geográficos atuantes no território nacional (...) mas sim a frente avançada desses processos. Tampouco era apenas uma fronteira mineral ou agropecuária, pois por vezes a fronteira urbana precedeu as próprias atividades econômicas. Conceituamos, então, a fronteira como um espaço não plenamente estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas. Sua especificidade é sua virtualidade histórica. (...) É o que nos ensina a agricultura tecnificada do Mato Grosso e a pecuária melhorada neste estado e no Pará, que constituem hoje não mais uma fronteira, mas uma área de povoamento consolidado" (BECKER, 2004 p.19 e 83).

Nessa perspectiva, a dinâmica espacial da fronteira, no território nacional, passa a abrigar diferenças significativas, em consequência da complexidade do novo contexto que se apresenta, sobretudo em relação às novas motivações e novos atores envolvidos, distanciando-se do domínio clássico das instituições governamentais e da simples expansão territorial e populacional. Dessa forma, às populações tradicionais, somam-se os governos estaduais e a cooperação internacional, resultando dessa complexa configuração, e da velocidade acelerada das mudanças, diferentes recortes com uma dinâmica regional própria, diferenciada social e territorialmente em função do acesso à tecnologia, às redes e aos recursos financeiros (BECKER, 2004).

Nesse contexto, as transformações globais na virada do milênio, decorrentes das novas tecnologias de produção e gestão, e das redes de circulação e informação, associadas à dinâmica regional local e ao impacto regional da retomada do planejamento pelo Estado, conformam interesses que norteiam diversas interpretações e ações delas derivadas, interesses que não são unívocos, e sim conflituosos entre si e em si, nos diferentes níveis geográficos, compondo um cenário de várias fronteiras em coexistência na região (BECKER, 2004).

Da mesma forma, não se pode deixar de considerar o papel do Estado como o principal indutor da ocupação regional, através de ações como a utilização de recursos técnicos modernos, da articulação com o capital nacional e internacional e da integração da colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômica, embora o avanço produtivo na fronteira não represente garantia de desenvolvimento socioeconômico regional e materialização espacial da renda uniformes, reforçando as assimetrias intra-regionais, determinadas por uma disposição espacial pretérita das disponibilidades de infra-estrutura e inserção nos mercados (BECKER, 2004).

A redefinição dos espaços tradicionalmente utilizados nos processos produtivos, como as áreas de cerrado do Centro-Oeste, exemplifica, conforme Becker (2004), a dimensão espacial dessa dinâmica que se constitui em exemplo típico de região de fronteira que se consolida como área de moderna produção agroindustrial, após a transformação de sua base produtiva.

Assim, a expansão da lavoura tecnificada da soja no Mato Grosso, a partir de meados da década de 70 até a implantação da indústria de processamento de óleos vegetais nos anos 80, reproduzindo nesse estado padrões de modernização do uso da terra difundidos nos estados do Sul-Sudeste, atesta a passagem, marcada por um período inicial de rápido deslocamento dessa lavoura em direção ao norte, para outro, mais recente, de consolidação e diversificação da fronteira agrícola no estado, evidenciando o processo de consolidação que acompanha, na retaguarda, as áreas avançadas em termos de incorporação, normalmente inseridas nos grandes eixos de circulação da região.

De forma resumida, pode-se afirmar, então, que o significado contemporâneo de fronteira, relaciona-se a um espaço em incorporação ao espaço global fragmentado, contendo elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, sendo, entretanto, um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não estão cristalizadas e, portanto, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político, podendo a fronteira ser definida como espaço de manobra das forças sociais e como o espaço de projeção para o futuro potencialmente gerador de alternativas. (BECKER, 1988 apud CRUZ, 2005)

Considerando a importância que tem para o entendimento da realidade contemporânea, e no sentido de pavimentar a interpretação das transformações recentes ocorridas no recorte espacial em análise - a mesorregião sudeste matogrossense -, passa-se a resgatar a evolução espacial da economia brasileira no pós-30, em geral, e a do Centro-Oeste, em particular, no contexto de um projeto nacional desenvolvimentista.

2 RESGATE DA DINÂMICA ECONÔMICO-ESPACIAL DO CENTRO-OESTE NO CONTEXTO DE UM PROJETO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA

A inserção do Brasil num processo de reconfiguração que atua em escala mundial, operando transformações profundas nos campos social, político e econômico-financeiro, vem provocando, nas duas últimas décadas, uma ampla dinâmica modificadora do território nacional. Os novos processos que se iniciam nesse período – abertura externa e integração à economia mundial, reestruturação econômico-produtiva e redefinição do papel do Estado -, embora não se possa fazer uma avaliação completa de suas implicações espaciais, em virtude de seu caráter recente, podem ser melhor entendidos ao se estabelecer o contraste entre a dinâmica contemporânea e o movimento de reorganização do espaço nacional que se inicia posteriormente a 1930 (AJARA, 2001).

De fato, ao se tomar como referência os períodos 1930-1980 e pós 1980, quando se aceleram os processos de reestruturação espacial, tornam-se mais evidentes as diferenças entre os mecanismos que atuaram na organização do território nacional no momento precedente e as forças que atuam na redefinição da estrutura econômico-produtiva contemporânea, assegurando-se uma melhor compreensão das transformações por que passa o País, em seus diferentes espaços e, em especial, na região Centro-Oeste.

De forma análoga, pode-se dizer que o período fundamental para a compreensão da estrutura produtiva e da urbanização atual da Região Centro-Oeste reside nos anos 60/70, quando se constituíram as bases para a introdução das frentes modernas que impactaram sua economia e seu sistema urbano, tendo o auge das transformações, iniciadas na década de 30, ocorrido nesse período, através das políticas nacionais de colonização, integração e interiorização da economia, capitaneadas pelo Estado.

2.1 A Conjuntura Precedente à Instalação do Projeto Nacional Desenvolvimentista

O quadro que se apresentava nas primeiras décadas do século XIX refletia um país de ocupação concentrada na faixa litorânea, cuja base econômica agrária, espacialmente descontínua e comandada pelo mercado externo, era marcada por dinâmicas pontuais que ocorriam em diferentes locais de seu território, de forma não simultânea e não integrada, conforme as diferentes condições naturais e aptidões dessas áreas, resultado da participação do Brasil no mercado internacional como produtor de bens primários diferenciados.

A estrutura sócio-econômico-espacial de então, concentrava-se na faixa costeira, onde as cidades e portos serviam de conexão com o exterior, ostentando, porém, frágeis articulações no plano interno, contrastando esse espaço costeiro, de caráter mercantil agro-exportador, com o interior, de ocupação rarefeita, extremamente dispersa e de inexpressiva base econômica.

Essa estrutura sócio-econômico-espacial começa a ser modificada a partir de 1930, com a implantação da industrialização, que representou um novo e dinâmico movimento, de natureza diferenciada, capaz de promover a inexistente integração produtiva e a complementaridade interregional. As condições criadas no âmbito do complexo exportador cafeeiro, de geração de lucros e demanda por bens de consumo, aliadas à infra-estrutura instalada, viabilizaram um processo de industrialização substitutivo de importações, deslocando o eixo dinâmico da economia e marcando o ingresso do País em um padrão de acumulação urbano-industrial (AJARA, 2001).

No bojo da crise internacional de 1929, assumindo uma forma centralizadora e autoritária, o Estado brasileiro começa a investir na indústria de base e a operar políticas de caráter nacional e de integração do mercado. Ao secundarizar as oligarquias agrárias e se firmar como organizador da acumulação industrial, superando as economias regionais e se responsabilizando pela abertura de sucessivas fronteiras de acumulação, o Estado assume o planejamento e a formulação da política econômica, regula o mercado de trabalho, e sinaliza na direção do estabelecimento de uma nova dinâmica sócio-espacial e na superação dos pontos de estrangulamento existentes na infra-estrutura de transporte e energia.

O período que se iniciava teria, portanto, enorme significado na história recente do Brasil, e em particular na do Centro-Oeste, pelos efeitos dinamizadores do novo modelo econômico que, buscando a ampliação do mercado interno presidido pela indústria, estimulava a demanda por alimentos e criava maiores vínculos com as áreas de produção agropecuária, promovendo a integração de uma nova fronteira dinâmica. Por outro lado, o

Estado procurava contrabalançar o peso da elite política paulista e diversificar suas bases regionais de sustentação através das políticas de colonização, abrindo-se, assim, maior espaço para o Centro-Oeste vir a ser beneficiado pelas ações do governo federal. (GUIMARÃES & LEME, 2002).

No período entre 1930 e 1945 é implementada uma política de ocupação das fronteiras e preenchimento dos vazios populacionais, conhecida como *marcha para o oeste*, que, associada às transformações em andamento na região, visava a integração do mercado nacional e tornava nítido o novo padrão de acumulação sob o comando da economia paulista, substituindo os surtos econômicos localizados e descontínuos que precederam o panorama econômico nacional. Como resultado das mudanças operadas nesse período, inicia-se a integração das regiões brasileiras em uma mesma divisão do trabalho, observando-se que no Centro-Oeste, as políticas de Estado sobrepuseram-se à formação sócio-econômica da região, moldada pela história da ocupação mineratória e da pecuária, modificando-a progressivamente, à medida que a oferta elástica de terras estimulava a penetração de colonos do Sul e do Sudeste (GUIMARÃES & LEME, 2002).

Após a Segunda Grande Guerra o País começa a aderir, de forma mais intensa, à dinâmica da economia internacional, ancorada na expansão mundial das grandes corporações multinacionais, e passa a adotar um modelo cuja ampliação da capacidade de investimento está diretamente relacionada aos financiamentos e investimentos estrangeiros diretos, e não mais atrelada e dependente do segmento agroexportador. Dessa forma, no final dos anos 50, a economia do País apoiava-se em três pilares fundamentais na realização de seus objetivos, vinculados a um projeto de industrialização e a um sistema de planejamento: no capital estrangeiro para a produção de bens duráveis, no capital privado nacional para a produção de bens não duráveis e no capital estatal para o setor de bens de produção e provimento da infraestrutura viária e energética (AJARA, 2001).

A conjugação das forças econômicas e o Estado na implantação do projeto nacional desenvolvimentista explicitou, assim, a prioridade conferida à industrialização e à criação/expansão da infra-estrutura, apoiada em políticas espaciais de crescimento econômico e integração do território. Nesse sentido, a urbanização, enquanto fenômeno indicador de modificações ocorridas na estrutura produtiva que se refletem na reconfiguração do espaço geográfico, adquire papel fundamental no novo modelo, ao concentrar a população, os investimentos do setor privado e do Estado e a atividade econômica representativa do setor moderno urbano-industrial na Região Sudeste, especialmente em São Paulo (AJARA, 2001).

Entretanto, essa operação reestruturadora do território acentuou os desequilíbrios econômico-espaciais, fazendo emergir a questão regional e a necessidade da formulação de políticas de desenvolvimento específicas, como, por exemplo, a criação da SUDENE e a implantação de indústrias beneficiadas por políticas de incentivos fiscais e subsídios, na Região Nordeste, na tentativa de promover o desenvolvimento de uma industrialização autônoma. Esse novo arranjo das forças políticas e econômicas procurava viabilizar uma nova articulação entre os espaços dinâmicos da economia e os espaços estagnados e fracamente povoados, dando forma a um conjunto de relações capaz de , progressivamente, modificar a estrutura econômico-espacial anterior (AJARA, 2001).

2.2 O Rebatimento da Implantação do Projeto Desenvolvimentista no Centro-Oeste

A construção de Brasília, como parte de um ambicioso Plano de Metas, representou um salto na concretização desse esforço, sendo sua posição geográfica decisiva para justificar a interiorização dos vultosos investimentos federais em eletrificação, telecomunicações e, principalmente, em estradas de rodagem, promovendo a convergência de rodovias oriundas das regiões mais desenvolvidas do País e transformando-se em posto avançado para a expansão em direção a novas fronteiras de recursos naturais diversificados, concorrendo, dessa forma, para uma aceleração do movimento migratório para o Centro-Oeste.

Esse processo atinge seu auge nos anos 60 e 70, quando a ocupação do território torna-se um movimento contínuo, potencializado pela nova capital federal e pela presença dos grandes eixos rodoviários, criando condições para que o pioneirismo se intensificasse com a formação de várias frentes de expansão, tendo sido absorvidos cerca de 1,3 milhão de migrantes no período, fazendo com que o Centro-Oeste ostentasse taxas de crescimento anuais duas vezes superiores às taxas nacionais (GUIMARÃES & LEME, 2002).

Cabe observar que o Plano de Metas significou mais do que obras de infra-estrutura na incorporação do Centro-Oeste mas, principalmente, a articulação dessa infra-estrutura num processo mais amplo, que envolvia a concepção de um novo padrão de industrialização, elevadas taxas de crescimento econômico, unificação do mercado nacional e o binômio indústria automobilística-rodoviarismo, responsável pelo aumento da capacidade de transporte, que até meados dos anos 50 representava um grande entrave ao desenvolvimento da Região, e cuja implementação, além das mudanças na estrutura produtiva, provocaram fortes estímulos à expansão da frota de veículos de carga ao longo da década de 60. (GUIMARÃES & LEME, 2002)

Com efeito, a base sobre a qual consolidou-se a inserção produtiva do Centro-Oeste, teve como característica principal a direção definida pelo traçado das rodovias e a adoção do modal rodoviário, o que provocou o adensamento populacional ao longo das principais vias de integração comercial com o Sudeste e privilegiou os entroncamentos, favorecendo, principalmente, os núcleos que tiveram a experiência da atividade mineradora e/ou foram alvos de programas de colonização, além de equidistantes da polarização direta dos núcleos urbanos do Centro-Sul, gerando uma configuração espacial que resultou na consolidação de poucos e diferenciados pontos de concentração dos fluxos econômicos (GUIMARÃES & LEME, 2002).

O quadro que se apresentava no início dos anos 60 mostra uma crescente concentração industrial no Sudeste e uma grande diferenciação de dinamismo entre as demais regiões, segundo o nível de complementaridade definido pela divisão territorial do trabalho vinculada ao processo de industrialização, cujo núcleo *duro*, localizado em São Paulo, determinava uma nova dinâmica na reestruturação do espaço nacional, atraindo investimentos produtivos nacionais e estrangeiros e incorporando novos espaços de fronteira para a produção de alimentos para as áreas industriais.

Ao contrário do processo de industrialização, a produção agropecuária passa por um processo de desconcentração espacial no período que vai de 1940 a 1970, que se reflete na abertura da fronteira cafeeira no Paraná, no crescimento da produção de grãos nos demais estados da Região Sul e na participação, cada vez mais expressiva, da Região Centro-Oeste. Embora já se percebam alguns elementos de modernização nas regiões Sul e Sudeste, a expansão da produção agropecuária se dá, primordialmente, através da incorporação de novas áreas de fronteira, configurando um processo de desconcentração da produção e consolidação da integração territorial, adquirindo importância crescente, nas décadas que se seguem, os setores modernos da agricultura, que passam a ter papel relevante nas taxas de crescimento econômico e na reestruturação espacial. (AJARA, 2001)

Com a infra-estrutura e a expansão populacional ocorridas nas décadas de 50 e 60, inicia-se, dessa forma, a transformação da estrutura produtiva do Centro-Oeste, marcada por um fluxo migratório menos intenso e mais qualificado e o deslocamento de produtos tradicionais de abertura de fronteira (arroz, milho e feijão), preparando a grande mudança funcional ocorrida nas décadas de 70 e 80- a modernização agropecuária – viabilizada por uma profunda articulação da agricultura com o setor industrial da economia e de um maciço emprego de maquinaria e insumos industriais. Inovações tecnológicas, a transferência de capitais e experiência pelos agricultores paulistas, paranaenses e gaúchos e investimentos e

apoio públicos, determinaram um novo modelo produtivo que se difundiu rapidamente nas áreas de cerrado (GUIMARÃES & LEME, 2002).

2.3 A Crise do Modelo e a Implantação do II PND

A década de 70 caracterizou-se pela reorganização do sistema capitalista mundial, a partir de uma verdadeira revolução tecnológica que envolveu as telecomunicações e a informática, e representou um novo paradigma que se refletiu nos serviços financeiros, empresariais e atividades industriais, encontrando no Brasil condições ideais para a aceleração do projeto geopolítico para a modernidade.

A dimensão territorial e um expressivo mercado interno, ampliado e articulado espacialmente, além de uma sólida base industrial, forneceram as condições ideais para a inserção do País no processo de globalização que se iniciava. As condições políticas excepcionais de então, permitiram a intervenção direta do Estado na implantação de um projeto modernizador que envolvia a economia, o espaço e a sociedade, financiado pelo crédito fácil no exterior, significando um processo de mudança acelerada, que vai do final dos anos 60 até o início da década de 80 (AJARA, 2001).

Embora, por um lado, a pretendida industrialização autônoma fosse inviabilizada pela concentração da indústria pesada e de bens duráveis em São Paulo e pela unificação do mercado nacional, por outro lado, esse contexto ensejou o crescimento de novos espaços industriais com elevado grau de complementaridade entre as diversas estruturas dos sub-espaços nacionais. Dessa forma, a substituição da integração comercial pela integração produtiva, através da transferência de capital das regiões mais dinâmicas para aquelas de fraco dinamismo econômico, viabilizou novas frentes de investimento e a ocupação de espaços em que a disponibilidade de recursos naturais, aliada a condições concretas de incorporação econômica proporcionada pelo Estado, possibilitavam sua integração às novas formas de articulação da economia brasileira e mundial (AJARA, 2001).

Entretanto, a segunda metade da década de 70 marca o esgotamento de um longo ciclo de crescimento e prosperidade iniciado nos anos 50. A suspensão da conversibilidade do dólar em ouro em 1971 e a crescente flutuação das taxas de câmbio, a partir de 1973, foram sinais da iminente desestruturação da ordem econômica internacional, agravada pela deterioração das relações de troca entre os países e pelo aumento generalizado dos preços dos equipamentos e insumos produzidos nos países centrais, desequilibrando a balança de pagamentos e provocando uma reação do governo brasileiro na forma do II PND, um

ambicioso plano de ajuste estrutural que vai repercutir, sobremaneira, nas décadas seguintes (CARNEIRO, 2002).

Em linhas gerais, o plano implicava em um amplo programa de investimentos cujo objetivo era transformar a estrutura produtiva e superar os desequilíbrios externos, conduzindo o Brasil a uma posição de potência intermediária no plano internacional, conforme a estratégia geopolítica do regime vigente. O plano consistia em quatro eixos principais: modificações na matriz industrial, com ênfase nos bens intermediários e de capital; mudanças na organização empresarial, com ênfase no fortalecimento da empresa privada nacional; melhoria na distribuição de renda; e desconcentração regional da atividade produtiva em direção às regiões periféricas (CARNEIRO, 2002).

Esse conjunto de propostas materializou-se em diretrizes que propunham uma maior presença do Estado na reestruturação da economia, através de suporte financeiro e do fornecimento da infraestrutura viária, energética e de comunicações, além da instalação da indústria petroquímica e da produção de matérias-primas (celulose, alumínio, ferro e aço) e insumos necessários à indústria pesada, criando a necessidade de um fluxo de investimentos, somente sustentado por um alto endividamento externo (CARNEIRO, 2002).

Dessa forma, o fortalecimento da indústria pesada no centro dinâmico do País e da migração do capital produtivo em direção a regiões menos industrializadas, favoreceram o processo de integração do mercado nacional e de complementaridade interregional do setor industrial, com a abertura de novas fronteiras regionais e a criação de oportunidades de investimento fora das áreas de maior concentração industrial, sempre em função de decisões de governo na esfera do planejamento, e de vantagens locais, como a proximidade das fontes de matérias-primas necessárias à produção de bens intensivos em recursos naturais.

Dessa maneira, com o controle sobre as novas fronteiras espaciais, assegurado pela integração territorial, e lançadas as bases para o desenvolvimento científico e tecnológico, com a concentração de centros de pesquisa no interior do estado de São Paulo, o Estado adquire o controle sobre a reordenação espacial a partir de diretrizes e ações concretas, assegurando as bases de acumulação, segundo o novo modelo de reestruturação do sistema capitalista mundial.

É também nesse período que se ampliam, no País, de forma acelerada, os vários tipos de rede - urbana, viária, bancária, de comunicações, de instituições e de informação - que irão viabilizar um processo de interação entre os centros produtores, o mercado e os centros de serviços avançados, constituindo, assim, um espaço de fluxos, expressão da sociedade em

rede e da economia informacional e globalizada, que irá caracterizar as décadas seguintes (AJARA, 2001).

2.4 Políticas Públicas e Evolução da Agropecuária Modernizada no Centro-Oeste

A tendência esboçada, já na década de 50, de centrar na atividade industrial o eixo dinâmico da economia, reafirma-se ao longo da década de 70, embora a ênfase tenha se deslocado, na segunda metade da década, do setor de bens de consumo durável para o setor de bens intermediários e de capital, assim como para o setor agrário modernizado e voltado para a exportação.

A incorporação de terras do Centro-Oeste e a programada ocupação da Amazônia, com projetos de colonização e grandes empreendimentos, que deveriam absorver os pequenos produtores e trabalhadores excluídos das áreas de ocupação consolidada, completavam o projeto de reestruturação espacial, então em curso. Dessa maneira, a expansão do espaço agrário, num contexto de modernização da agricultura e consolidação de um complexo agroindustrial, simultaneamente a uma urbanização acelerada, conformam o processo de alargamento da fronteira, com base na produção de grãos, que irá caracterizar a região Centro-Oeste nas décadas subsequentes.

Além dos investimentos em infra-estrutura de transportes, energia e armazenagem, um conjunto de políticas públicas, gerais e específicas, tiveram efeitos substanciais sobre a evolução recente da agropecuária no Centro-Oeste, destacando-se, no âmbito nacional, o *crédito rural subsidiado* (1965-1980), que, apesar das distorções, tornou-se o principal instrumento utilizado para a expansão e mecanização da agricultura, favorecendo a incorporação de novas áreas e o financiamento da comercialização.

Nesse contexto, merecem, ainda, destaque, o conjunto de programas destinados a estimular a prática de uma bovinocultura tecnicizada, com apoio do BID e do Banco Mundial (1970-1977), a política de preços únicos de combustíveis para o território nacional e a *equiparação dos preços mínimos* das Aquisições do Governo Federal (AGFs), ressaltando-se, ainda, o papel cumprido pelos órgãos de assistência técnica e pesquisa, como a EMBRAPA e a EMATER, na adaptação de espécies e no desenvolvimento de técnicas de uso e manejo do solo (MUELLER, 1990).

Complementando e dando nova dimensão às políticas gerais, alguns programas específicos para o Centro-Oeste estiveram na base da dinâmica regional, como as políticas de estímulo à ocupação dos cerrados, que expandiram as frentes de agricultura comercial e

pecuária tecnificada, e as políticas de terras públicas e de incentivos fiscais a investimentos na Amazônia Legal, que tiveram forte impacto sobre a expansão de frentes especulativas no norte do Centro-Oeste, sendo que o resultado da evolução dessas diferentes frentes de ocupação não foi uniforme no tempo e no espaço.

Se no início da década de 70 a região contava com as frentes de subsistência ou camponesas e as de pecuária extensiva e rudimentar, a incorporação de três novas frentes na década de 80 ocasionaram as transformações ocorridas em sua base produtiva e em sua configuração espacial, ampliando a ocupação do Centro-Oeste e provocando o deslocamento das frentes precedentes (MUELLER, 1990).

O principal programa de incentivo às frentes comerciais, concebido conforme a visão de pólos de desenvolvimento, foi o POLOCENTRO, criado em 1975 e considerado o mais completo incentivo à implantação da agropecuária no Centro-Oeste. O programa teria sido, na realidade, concebido para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial nas áreas de cerrado, mediante o fornecimento de crédito altamente subsidiado e de assistência técnica e que, mesmo falhando no fomento dos pólos de desenvolvimento, induziu a incorporação de mais de dois milhões de hectares, estando, seguramente, na raiz dos diferenciais de produção e desenvolvimento interregional verificados na região. Entretanto, a crise econômica e a aceleração inflacionária do início da década de 80, acarretaram pressões por parte de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que provocaram a desaceleração ou redução de programas apoiados no crédito subsidiado, o que acabou levando à extinção do POLOCENTRO (MUELLER, 1990).

A retirada do crédito subsidiado genérico foi, entretanto, apenas substituída pelo crédito dirigido a produtos de maior peso, através de uma maior seletividade dos beneficiários, que passaram a dispor de mecanismos de valorização, incentivos e subsídios, além de crédito e de preços mínimos. A equiparação dos preços únicos, introduzida a partir de 1981 para as áreas agrícolas mais longínquas, eliminando o fator distância e, portanto, o custo do transporte, teve o propósito de substituir a grande oferta de crédito rural à agricultura, que constituiu um dos principais traços da política agrícola dos anos 70.

De maneira geral, pode-se dizer que a década de 70, no Centro-Oeste, foi marcada por um programa integrado de crescimento e tecnificação da agropecuária, com expansão da produção agrícola para comercialização *in natura* nos mercados nacionais e internacionais, apoiado em um sistema de crédito rural subsidiado e em uma política de preços mínimos, além de um sistema de pesquisa e extensão rural, que objetivavam a composição de uma pauta produtiva voltada para a exportação, a exemplo do que ocorria no Centro-Sul, onde

estruturava-se uma agricultura tecnicizada, com fortes articulações com a indústria, tanto a montante quanto a jusante.

Dessa forma, segundo Ajara (2001), as articulações da agricultura com a indústria produtora de insumos e máquinas, assim como com a indústria de processamento da produção, passam a revelar um novo padrão agrário e reafirmar a proposta de reordenação espacial da economia a partir de ações concretas do Estado, orientadas no sentido da integração da agricultura a um novo circuito produtivo. Como decorrência, o novo padrão agrário viria representar enormes mudanças qualitativas, a partir da formação posterior dos complexos agroindustriais e sua expansão, inclusive em áreas de fronteira, e da integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro, compondo um quadro onde a nova regulação da agricultura estaria associada à capacidade de financiamento e administração do Estado.

2.5 O Esgotamento do II PND e a Política de Ajuste Estrutural

Na segunda metade dos anos 70, o agravamento das condições no plano externo, com a desaceleração do crescimento do PIB dos países industrializados e do comércio internacional, e a conseqüente diminuição das formas de financiamento de maior estabilidade, do qual o II PND era largamente dependente, em prol de outras mais caras e instáveis, determinou sua revisão em 1977, com corte de investimento em vários setores, evidenciando a ruptura de um padrão de crescimento assentado na parceria entre o setor público e o privado, que havia vigorado por décadas. O segundo choque do petróleo em 1979 e a conseqüente elevação das taxas de juros no mercado internacional, assim como a inflação crescente e o aumento do endividamento público, no plano interno, ensejaram uma política econômica de contenção de gastos, eliminação de incentivos e retração dos financiamentos, preconizando a grande crise econômica da década seguinte (CARNEIRO, 2002).

Com efeito, a configuração de uma crise da dívida externa, no Brasil e em outros países em desenvolvimento, comprometeu a continuidade dos programas de expansão das atividades econômicas, fortemente dependentes de empréstimos externos, reduzindo a presença do Estado nas áreas de energia, telecomunicações, petróleo, siderurgia, petroquímica, mineração e transportes. Dessa maneira, o Estado, que desempenhava o duplo papel de agente financiador e empresário, é fortemente afetado pela recessão global que se esboçava, perdendo a capacidade de sustentar o crescimento econômico, ao reduzir seus níveis de investimento, assim como o poder de coordenar os investimentos privados através

de medidas de política econômica, inviabilizando o modelo de desenvolvimento contemplado no II PND (AJARA, 2001).

A política de ajuste estrutural, então adotada, consistiu em adequar o modelo econômico do país às novas condições de financiamento, bem mais caras e reduzidas, sendo que para isso era necessário diminuir o déficit público (via aumento da poupança interna, em especial a do setor público) e uma mudança nos preços relativos, objetivando aumentar o coeficiente exportado e diminuir o coeficiente importado, tendo como ponto central a adoção de uma política cambial ativa como instrumento para a competitividade das exportações, em substituição à política de subsídios que havia predominado até então (CARNEIRO, 2002).

Esse ajuste visava, além dos efeitos de curto prazo, um envolvimento do maior número possível de setores produtivos na consolidação das exportações como elemento chave do novo modelo e de seu efeito multiplicador na dinamização do mercado interno, não considerando a transferência de recursos para cobrir os serviços do endividamento externo como fator de limitação ao crescimento mas sim como necessário à reorientação da economia, que numa etapa posterior dependeria do desempenho das exportações (CARNEIRO, 2002).

Entretanto, segundo Ajara (2001), esse desempenho não foi suficiente para produzir, nos anos 80, uma nova dinâmica para a economia e para a indústria do País, já que as exportações de bens industriais intermediários e as oriundas dos complexos agroalimentares não conseguiram criar os encadeamentos com os demais setores produtivos.

Como decorrência desse fraco desempenho, e tendo em vista a complexidade da tarefa de compor os interesses do capital transnacional, do capital nacional, e do Estado, este, quando perde a capacidade de implementar políticas de desenvolvimento e de conduzir processos estruturantes, capazes de induzir a um novo ciclo de crescimento, passa a desenvolver estratégias sintonizadas com o processo de globalização, conforme uma concepção de política econômica operada pelas grandes empresas transnacionais, pelos governos dos países hegemônicos e pelo sistema financeiro, em escala global.

A substituição da política regional convencional pela implantação de grandes projetos nas áreas de mineração, metalurgia e hidreletricidade na Amazônia, implementados por empresas estatais transnacionalizadas e dotadas de centros de pesquisa e desenvolvimento, assim como a política de atração de investimentos externos, sinalizam a nova estratégia espacial em curso, articulada aos interesses dos grandes grupos econômicos e os do governo brasileiro, então empenhado em formular diretrizes indutoras da atividade econômica voltada para o exterior (AJARA, 2001).

Dessa forma, pode-se dizer que as grandes corporações transnacionais, favorecidas anteriormente pela política de atração industrial, comandada pelo Estado como parte do processo de desenvolvimento regional e integração nacional, foram as que mais beneficiaram-se do protecionismo do mercado interno e da política de incentivos e isenções fiscais destinadas a estimular as exportações, passando a efetuar articulações diretas, da instância local ou regional, com a economia mundial, conforme seus interesses e as possibilidades de inserção localizadas no mercado internacional.

Da mesma forma, as empresas estatais, de posição consolidada no mercado internacional e com autonomia em relação ao Estado, construíram sua própria territorialidade e blindagem contra crises, ao contrário das empresas de capital nacional, dispersas espacialmente e mais dependentes de formulações de políticas econômicas, que ressentem-se do fim do ciclo desenvolvimentista e do contexto recessivo que se instalou no final dos anos 70 (AJARA, 2001).

2.6 O Fim do Ciclo Desenvolvimentista e o Novo Padrão Agrícola

A possibilidade de inserção na nova dinâmica de integração competitiva ao mercado internacional, operou diferentes tipos de ajuste na indústria nos anos 80, seja através de aplicações financeiras em detrimento dos investimentos produtivos, seja na redefinição de mercados, através do aumento do coeficiente exportado ou, ainda, na introdução de alterações substanciais no processo produtivo. O processo de abertura da economia estabeleceu, dessa forma, um novo padrão de crescimento, menos voltado para o mercado interno, então muito limitado a novos estímulos, concentrando-se na expansão dos setores exportadores que detinham as melhores condições diferenciadas de competitividade e com maior peso na pauta de exportações, como papel e celulose, química, borracha, metalurgia e produtos agroindustriais (AJARA, 2001).

Por outro lado, enquanto a economia nacional passava pelo ajuste recessivo da primeira metade dos anos 80, com desaceleração dos investimentos públicos a partir do desmonte do II PND, no Centro-Oeste iniciava-se a fase de modernização da agropecuária comercial e acelerava-se o processo de implantação de grande parte da infraestrutura, o que veio fortalecer a competitividade regional, contrapondo-a às áreas de produção tradicionais, onde a infraestrutura já tornava-se obsoleta. Elevadas taxas de crescimento econômico, de emprego e de incremento populacional foram registradas, como reflexo direto dos estímulos

recebidos através das várias políticas nacionais e programas específicos, implementados na década anterior (GUIMARÃES & LEME, 2002).

Com efeito, conforme observa Martine (1990), embora a agricultura como um todo tenha perdido o tratamento privilegiado em suas relações com o setor financeiro, isso não afetou significativamente a produção agropecuária, que apresentou um desempenho notável em alguns setores, no período 1980/85, de notória retração do crédito e de sinalização negativa dos preços internacionais, tanto de matérias-primas como de produtos processados.

Esse fenômeno refletiria um estágio de plena ou relativa maturidade do novo padrão agrícola, quando a retirada de subsídios ao crédito teria encontrado uma estrutura produtiva tecnologicamente consolidada e capaz de reagir a estímulos de mercado, associado à incorporação de novas áreas com plantio de soja. Assim, a reprodução da base técnica e a incorporação de inovações tecnológicas passam a não depender tão somente de políticas de crédito subsidiado ou de modernização compulsória, mas seriam asseguradas pelos padrões tecnológicos impostos pelas agroindústrias processadoras e pela concorrência entre as indústrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas (MARTINE, 1990).

Da mesma forma, uma política agressiva de produção, que garantisse a rentabilidade via preços, foi implementada através de instrumentos como maxidesvalorizações cambiais, aumento de subsídios no custeio para determinados setores, queda na concessão de crédito para investimentos e elevação das taxas nominais de juros, que ocasionaram a diminuição significativa da área de lavouras permanentes e o aumento da área de lavouras temporárias, embora o ritmo de incorporação de fronteiras fosse mais lento do que em períodos anteriores, sendo notável apenas a expansão da fronteira no Centro-Oeste (MARTINE, 1990).

Entretanto, a partir do final dos anos 80 essa dinâmica é interrompida, em função, principalmente, das restrições financeiras e fiscais, externas e internas, que conduziram ao corte nos subsídios e ao abandono dos grandes programas e do planejamento estratégico. As mudanças na política econômica, em particular a extinção da política unificada de preços mínimos, e a indefinição da política de financiamento agrícola, levaram várias áreas do Centro-Oeste a sofrerem redução em seu dinamismo, com queda no volume da produção e expulsão populacional, culminando com a migração de crescentes parcelas da população rural para as áreas mais ao norte ou para os centros urbanos que se expandiram no período, num movimento que se consolida com o crescimento da pecuária, a expansão da soja e o estabelecimento das redes de comercialização e de entrepostos agropecuários (GUIMARÃES & LEME, 2002).

De maneira geral, pode-se dizer que a década de 80 foi marcada por um alto grau de instabilidade que se refletiu, principalmente, na queda dos investimentos, tanto os do setor público quanto os do setor privado, alternando breves períodos de expansão e retração dos ciclos econômicos. Os ajustes externos e internos incorporados à política econômica vigente, romperam com os nexos interregionais estabelecidos e com a complementaridade das estruturas produtivas, fundamentos do projeto nacional desenvolvimentista, favorecendo a abertura comercial e a reestruturação industrial que se instala no início dos anos 90, evidenciando a importante questão da competitividade como contraponto à divisão regional do trabalho, característica do modelo que se esgotara.

3 TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL DO CENTRO-OESTE NA CONTEMPORANEIDADE

A compreensão dos movimentos reestruturadores da economia brasileira, dentro de um contexto nacional desenvolvimentista, no período que precede o advento das novas formas de acumulação, teve como objetivo fundamentar a interpretação da nova dinâmica que se instala no território nacional, a partir do esgotamento desse modelo e da adoção de novas regras, mais flexíveis e alinhadas à uma rede global, bem como de seus desdobramentos sobre diferentes regiões do território nacional.

Nesse sentido, a transformação produtiva do Centro-Oeste passa a ser analisada a partir dos impactos causados pela expansão da agroindústria e das novas formas de produção consonantes com as novas técnicas advindas da revolução informacional, destacando, ainda, o seu rebatimento na rede urbana regional bem como a adoção da multimodalidade dos transportes e os novos caminhos de escoamento da produção, evidenciando a logística das grandes corporações que atuam naquele território, na nova configuração regional.

3.1 A Liberalização Econômica e a Nova Dinâmica Espacial da Economia Brasileira

O início dos anos 90 apresentava uma conjuntura interna recessiva que, combinada a uma alta instabilidade econômica no plano internacional, determinou um novo e importante ajuste na estrutura produtiva nacional, que viria caracterizar a década de 90 como um paradigma de crescimento alternativo ao desenvolvimentismo, cujo ciclo virtuoso se esgotara nos anos 70 e fôra definitivamente sepultado pela crise global dos anos 80.

De maneira geral, o crescimento alternativo implicava na adoção de um processo de liberalização econômica, cujo maior impacto no setor produtivo seria causado pela abertura

comercial e pelas privatizações, em oposição à política econômica anterior, fundada na industrialização por substituição de importações e na presença ostensiva do Estado na economia, tanto no papel de interventor quanto no de agente econômico.

A elevada proteção tarifária e o excesso de regulamentação da economia teriam ocasionado uma estrutura produtiva ineficiente, muito diversificada e pouco competitiva internacionalmente, o que levou a propostas de substituição das políticas de demanda e garantia de mercado por uma política de oferta sintetizada na ampliação da concorrência, que funcionaria como estímulo à incorporação de novas tecnologias, gerando aumento de produtividade e de salários reais (CARNEIRO, 2002).

Da mesma forma, as privatizações e eliminação dos vários monopólios estatais, proporcionariam uma gestão mais eficiente de diversos setores produtivos com os quais o Estado não teria mais condições de arcar, enquanto a abertura comercial se daria pelo rebaixamento geral das tarifas e pela supressão da proteção não tarifária, facilitando, assim, a entrada de novos produtores num mercado sem a proteção oficial e sujeito à concorrência.

Essas medidas, atuando em conjunto, deveriam promover uma rápida transformação da estrutura produtiva, induzindo à modernização das plantas industriais, mudança no *mix* de produtos e redução da verticalização, buscando sempre uma melhor alocação de recursos através de vantagens comparativas, e uma maior concorrência no mercado interno, o que resultaria num aumento da produtividade que, por sua vez, permitiria um acesso mais fácil ao mercado externo, via aumento da competitividade (CARNEIRO, 2002).

Essa reestruturação produtiva, com terceirização de atividades de apoio e novos métodos organizacionais, objetivava, ainda, o aumento da especialização, com ênfase na indústria intensiva em capital e nos setores de tecnologia mais avançada, e determinava uma ruptura com o processo histórico de crescimento, fundado na diversificação e na redução da dependência de importações.

Entretanto, o processo de substituição de importações, por ter ocorrido num contexto de industrialização periférica, não capacitou plenamente a indústria nacional para os novos padrões tecnológicos que se impunham, permitindo a internalização de apenas alguns setores e a especialização da economia de forma apenas parcial. Da mesma forma, a ausência de um centro autônomo de inovação tecnológica, comprometeu o acesso a novas técnicas capacitadoras para a concorrência plena, conforme exigia o novo paradigma de crescimento alternativo, e foi determinante na maneira como se deu a inserção internacional do Brasil, com uma pauta de exportações constituída por itens pouco dinâmicos, concentrada em setores de menor conteúdo tecnológico (CARNEIRO, 2002).

De fato, conforme Ajara (2001), embora tenham sido registrados aumentos nas exportações em diferentes regiões do País, ao longo das duas últimas décadas, não configurou-se um novo padrão de crescimento a partir do esforço exportador, haja vista não ter ocorrido a esperada expansão setorial liderada por um conjunto de atividades, mas tão somente um desempenho melhor de um ou outro segmento, num quadro geral de fraco dinamismo e de não definição de uma política industrial que objetivasse maior agregação de valor aos setores exportadores e competitivos, e criasse reais possibilidades de crescimento das atividades direcionadas ao mercado mundial.

Dessa maneira, a alternância de períodos de forte retração com períodos de recuperação da economia, característica do baixo dinamismo da década, atingiram, de forma diferenciada, os vários subsetores econômicos, especialmente os segmentos de bens duráveis e não duráveis e os de bens de capital, sendo que os setores com participação mais ativa no mercado externo, como os de bens intermediários e a agricultura de exportação, foram, a princípio, menos atingidos em sua dinâmica (AJARA, 2001).

Por outro lado, o processo de desconcentração espacial da economia, intenso nos anos 70 e fundamentado em encadeamentos, no âmbito do setor industrial e no campo interregional, que prolongou-se nos anos 80, embora com menor intensidade, proporcionou a abertura de opções localizadas de dinamização econômica em diferentes regiões, conferindo maior heterogeneidade à estrutura produtiva e definindo especializações, sobretudo as relativas à pauta de exportações, muitas vezes articuladas diretamente com o mercado internacional. Entretanto, a desconcentração espacial da atividade econômica, verificada após esse período, rompe com os tipos de encadeamentos anteriores, substituindo-os por um processo de crescimento fragmentado e condicionado às condições pretéritas das diferentes regiões, limitando o processo de desconcentração aos restritos espaços dinâmicos do território (AJARA, 2001).

Dessa forma, o processo de abertura da economia que se instala nos anos 90, ocasionou profundas alterações na dimensão espacial do desenvolvimento, rompendo com a lógica do período anterior de estruturação do mercado interno, fundada na complementaridade do conjunto da economia nacional à economia paulista, configurando-se, a partir daí, novas possibilidades de articulação econômica regional, possibilitando aos diferentes sistemas produtivos internos uma ligação direta com o mercado internacional. Por outro lado, o processo de reconcentração da economia, regido pela ótica da globalização, associado à redução da capacidade de coordenação do Estado nacional, em um contexto de inexistência de

planejamento, produziu impactos regionais bastante diferenciados, aprofundando a heterogeneidade inter e intrarregional.

Nesse sentido, apenas algumas regiões ou pólos que reunissem características como a proximidade de recursos naturais e facilidade de incorporação de novas áreas, além de infraestrutura de transportes e comunicação, associado a fatores de reconcentração espacial, como a concentração social e espacial da renda, da capacidade aquisitiva e de centros de pesquisa, teriam condições de atrair novos investimentos e formarem novas economias de aglomeração, contando para isso com estruturas modernas e com incentivos destinados à exportação, evidenciando o papel protagonista dos grandes grupos econômicos e financeiros na redefinição da dinâmica regional no Brasil (AJARA, 2001).

Por sua vez, da mesma maneira como ocorreu nos anos 70, a agricultura continuou a participar efetivamente do processo de desconcentração espacial da economia nas décadas seguintes, seja através da expansão das atividades nas áreas de ocupação já consolidadas, seja através da incorporação de áreas de fronteira, aumentando a superfície cultivada, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte e no estado da Bahia. Com o incremento da tecnificação, expresso pelo aumento acentuado da mecanização em geral, elevou-se a produtividade e ampliou-se o coeficiente de exportação, a despeito do contexto internacional desfavorável, alterando-se também o padrão de financiamento que, antes específico da agricultura, passa a favorecer a integração de capitais.

De maneira geral, pode-se dizer que o processo de reestruturação produtiva em curso, incorpora a desconcentração espacial observada nas últimas décadas, produto da ação do Estado e da grande empresa transnacional, e as novas características da reorganização da economia, com viés reconcentrador, abrindo espaço, ainda, para novas formas de atuação do Estado, enquanto potencial formulador de políticas de ordenação/reordenação territorial e como garantidor das condições de competitividade, num país de dimensões continentais e acentuados contrastes nas formas de organização da produção, na capacitação tecnológica e nas relações sociais de produção (AJARA, 2001).

3.2 O Fenômeno da Transformação Produtiva do Centro-Oeste

A configuração espacial do Centro-Oeste, nos dias atuais, é dividida entre o domínio da soja e de outras produções agrícolas modernas, compreendendo, ainda, os complexos agroindustriais, as redes técnicas e de fluxos de circulação de capital, transporte e mão-de-obra, onde predominam relações sociais densas e vínculos com o comércio internacional,

influindo no funcionamento da sociedade local e submetendo-a aos arranjos territoriais derivados de determinados mecanismos de ordenamento (BERNARDES, 2004).

Nesse sentido, conforme Milton Santos em palestra proferida na UFRJ, em 15/06/97:

"(...) o campo hoje é mais receptivo que a cidade ao pulsar dos atores hegemônicos. A tendência atual é não termos mais um meio natural, em função da inclusão desse conteúdo novo, a ciência, a técnica e a informação, formando o meio técnico informacional" (SANTOS, 1997 *apud* BERNARDES, 2004).

O quadro que se apresenta no final dos anos 90, demonstra que as ações combinadas do Estado e do capital privado transformaram a realidade econômica do Centro-Oeste, expandindo o comércio intra-regional e estabelecendo as condições regionais para a integração aos mercados nacional e internacional.

A conjugação dos interesses da pesquisa e da extensão rural aos dos grandes capitais, resultou na montagem de uma estrutura agroindustrial centrada sobre os setores de grãos e óleos vegetais, por um lado, e abate e preparação de carnes, por outro, provocando efeitos de encadeamento da base produtiva agropecuária, com os setores da indústria de insumos modernos e máquinas agrícolas, e com os setores de armazenagem, beneficiamento, comercialização e transporte de matérias-primas e alimentos, propiciando o deslocamento de grandes conglomerados industriais para a região, especialmente das chamadas empresas líderes do complexo agroindustrial, favorecendo, ainda, grupos empresariais regionais na ampliação de sua atuação para o âmbito nacional (GUIMARÃES & LEME, 2002).

O fenômeno da transformação produtiva do Centro-Oeste, embora deva-se considerar as assimetrias profundas que privilegiaram alguns sub-espacos econômicos, em consonância com a ótica globalizadora, pode ser dividido em três fases, segundo Castro & Fonseca (1995):

A primeira fase inicia-se com a adaptação de espécies de soja ao cerrado, ainda na década de 70, embora a instalação de empresas agroindustriais, especialmente em Goiás, não fosse um processo recente, notadamente no que se refere a operações de beneficiamento superficial de produtos como arroz, milho e abate de animais.

A segunda fase acontece durante a primeira metade da década de 80, quando ocorre a expansão da soja e do milho para áreas mais distantes do estado de Mato Grosso, observando-se, entretanto, que o deslocamento da produção de grãos antecede o da agroindústria que, embora possuidora de grandes redes de silos e armazéns, só instala suas plantas de esmagamento no Centro-Oeste na segunda metade da década de 80, com a expansão e consolidação do complexo grãos-carne.

Com o crescimento da produção de grãos e o melhor aparelhamento da infraestrutura viária e energética, além da mudança na estrutura produtiva do rebanho bovino, com a melhora das pastagens e do padrão genético, a partir de 1985 inicia-se, de fato, a consolidação do complexo grãos-carne, que caracteriza a terceira fase da transformação produtiva do Centro-Oeste. A ocupação da região por grandes grupos econômicos nacionais, que passam a disputar o mercado e estimular as multinacionais a instalarem suas plantas agroindustriais nesse espaço, consolidam o perfil da indústria de transformação no Centro-Oeste, a partir de vantagens competitivas de localização, evidenciando que a evolução do setor enfiou na direção do complexo grãos-carne, integrando e verticalizando a estrutura agroindustrial dos três estados.

Por outro lado, as autoras observam que a caracterização da agroindústria regional não é uniforme para o Centro-Oeste como um todo, assumindo características próprias em cada um dos três estados que a compõem.

Assim, a ocupação de Goiás, por anteceder a dos demais estados, apresenta uma maior dispersão relativa das atividades, abrigando a maior e mais diversificada agroindústria do Centro-Oeste, com importância significativa de empresas de capital internacional. Entretanto, por ter sido implantada anteriormente, as empresas líderes do complexo grãos-carne não chegaram a consolidar um padrão de integração que pressupõe amplas escalas de produção e uma fronteira agrícola em expansão, não se constituindo, portanto, no principal pólo de atração de novos capitais originários do Centro-Sul na década de 90.

Já o estado do Mato Grosso do Sul, beneficiado pela localização próxima aos principais mercados e de uma boa rede de transportes intermodais, composto por mais de 5000 km de estradas e das ferrovias Noroeste do Brasil, que o conecta com os portos de Santos e Paranaguá, e a Ferronorte, além da hidrovía Tietê-Paraná, assume uma posição intermediária entre os estados de Goiás e Mato Grosso, mantendo sua característica acentuadamente pecuarista, possuidor do maior rebanho do País, combinando-a com a expansão da sojicultura, incluindo o seu beneficiamento.

Ao contrário do estado de Goiás, no estado de Mato Grosso, de agroindustrialização mais recente e concentrada, com amplo predomínio da grande empresa nacional, a existência de incentivos fiscais na região, aliadas ao alto padrão tecnológico e à elevada escala de produção na fronteira mais distante, criaram as condições indispensáveis à modernização agroindustrial, neutralizando os custos relativos de transporte e consolidando um padrão próprio de relacionamento fornecedor-indústria, capaz de integrar a produção de soja com a produção de carne bovina e com a criação e o abate de pequenos animais, polarizando, assim,

uma concentração agroindustrial, na qual o outro pólo é o perfil da agroindústria mais diversificado de Goiás.

Dessa forma, as empresas instaladas em Mato Grosso, a exemplo da Sadia, da Ceval e da Perdígão, de capital nacional, do grupo Itamarati e Maggi, importantes empreendimentos regionais, além das multinacionais Samba, Cargill, Bunge e ADM, recriam na fronteira um ambiente bastante competitivo, gerando economias externas e de aglomeração, com interesses bastante articulados e capacidade de realizar grandes investimentos, favorecendo o encontro de soluções de parceria entre os setores público e privado no atendimento das necessidades de infra-estrutura da região (CASTRO & FONSECA, 1995).

Becker (2004), ao analisar a expansão da agropecuária modernizada, observa que a mesma constitui o braço avançado do processo de reorganização agroindustrial em curso, sendo fundamental para o movimento de interiorização da industrialização no país, servindo de estímulo e, ao mesmo tempo, beneficiando-se do processo de expansão da infra-estrutura de transporte e comunicações. Nesse sentido, tanto a agroindústria como a indústria frigorífica, apoiam-se nos núcleos urbanos existentes, estando essa expansão intimamente associada a dos demais setores econômicos, assim como existe uma ordem de precedência nessa associação, onde o crescimento da agropecuária antecede e determina o crescimento da indústria e dos serviços, mesmo em áreas onde a política pública não atuou em apoio às atividades urbanas.

Da mesma forma, a transformação dos pequenos e médios núcleos urbanos do interior em pólos difusores do desenvolvimento, além de significar incentivos e investimentos diretos em infra-estrutura, promove o fortalecimento institucional, capacitando o governo local para dialogar e atuar em mercados globalizados e altamente competitivos, como é o caso do mercado de grãos.

Outro aspecto a ser observado, é que a dinâmica demográfica também é determinada pela expansão da agropecuária, existindo uma forte correlação entre a renda gerada por esse setor e o grau de urbanização, que se traduz em maior produtividade e em mudanças estruturais, refletindo-se no crescimento das atividades urbanas como consequência do poder multiplicador que a expansão da renda gerada pela agropecuária e pelos segmentos agroindustriais têm sobre as demais atividades. A urbanização surge, assim, como força dinamizadora e, ao mesmo tempo, como resultante da redistribuição da população e de suas atividades (BECKER, 2004).

De maneira geral, pode-se dizer que a partir do deslocamento de grandes conglomerados industriais, que transferiram suas plantas de beneficiamento de grãos e

atividades integradas de criação e abate para as áreas dinâmicas do estado do Mato Grosso, foi atingido o processo final de gestação de uma agroindústria de padrão tecnológico moderno, concentrada em um número reduzido de setores, a partir de elevadas escalas planejadas de produção, utilizando-se da mesma estrutura concorrencial que caracteriza o complexo grãos-carne no Centro-Sul do país.

3.3 O Impacto da Expansão da Agroindústria na Rede Urbana Regional

O estudo realizado conjuntamente pelo IBGE/IPEA/UNICAMP- CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA NO BRASIL (1999), demonstra que o processo de desconcentração da economia brasileira, aí incluída a expansão da agroindústria no Centro-Oeste, reforçou e tornou mais complexa a integração da rede urbana nacional, ampliando e diversificando as funções desempenhadas pelos centros urbanos, assim como ampliaram-se as demandas de articulação e integração entre eles. Da mesma forma, verificou-se um crescimento populacional mais elevado nas antigas periferias econômicas nacionais e nos centros urbanos médios, provocando o espraiamento da urbanização, notadamente nas regiões de agricultura moderna, integrada a complexos agroindustriais, num contexto de inserção no mundo globalizado a partir da integração de alguns setores de atividade e de localidades específicas.

Nesse sentido, o estudo ressalta que o período fundamental para a compreensão da dinâmica urbana da região Centro-Oeste remonta aos anos 60/70, quando se constituíram as bases que viabilizaram as frentes modernas de ocupação, cujo impacto sobre a malha urbana regional representou o ápice das transformações que tiveram início na década de 1930, com a implementação das políticas nacionais de colonização, integração e interiorização e, ainda, com a posterior implantação dos dois principais núcleos urbanos de funções polares na região, Goiânia e Brasília.

Com efeito, o trabalho observa que as grandes mudanças na espacialidade do Centro-Oeste, decorrentes de ações diretas do Estado e que resultaram no surgimento de suas nucleações principais, são anteriores ao período da implantação da agropecuária intensiva, ou seja, tanto as transformações na infra-estrutura como o surgimento de Goiânia e Brasília, com considerável impactação na economia e espacialidade regionais, foram determinantes na configuração atual do sistema urbano do Centro-Oeste.

Nesse sentido, Guimarães & Leme (2002), reafirmam que esse sistema, de poucas e concentradas centralidades regionais, construído entre as décadas de 1930 e 1960, suportou o

avanço das frentes de expansão que, embora modificadoras da estrutura urbana, não foram suficientes para alterar, de forma significativa, a base urbana anterior, mesmo com a agroindustrialização e o processo de ocupação recente, alterando-se, quando muito, os pesos relativos de alguns centros intermediários, sem re-hierarquização ou mudanças na polarização e funcionalidade dos principais aglomerados urbanos, reforçando a espacialização preexistente e acentuando o papel e a abrangência dos grandes centros polares, assim como das cidades médias que exercem funções de centros sub-regionais.

No estabelecimento da configuração da rede urbana do Centro-Oeste, foi desenvolvido pelo IBGE, em duas versões, a partir de pesquisas de âmbito nacional, o trabalho Região de Influência das Cidades (REGIC), calcado na teoria das localidades centrais e que identifica diferentes níveis hierárquicos através da existência e frequência de bens e serviços oferecidos.

A primeira, com dados de 1978 (CARDOSO,1989), estabelecia os níveis de metrópole nacional, metrópole regional, centro sub-metropolitano, capital regional, centro sub-regional e centro de zona, identificando no Centro-Oeste uma metrópole regional - Goiânia, subordinando quatro capitais regionais, Anápolis (GO), Brasília (DF), Rondonópolis (MT) e Imperatriz (MA), e nenhum centro sub-metropolitano, já que os dois centros desse nível hierárquico no Centro-Oeste - Cuiabá e Campo Grande - pertenciam à região de influência de São Paulo e subordinavam, respectivamente, duas capitais regionais: Rondonópolis (MT) e Dourados (MS).

Já a segunda versão do REGIC (1993), estabelecia oito níveis de centralidade com uma nomenclatura diferente da primeira versão: o nível máximo correspondendo ao padrão metropolitano de cidade, o nível muito forte ao padrão predominantemente submetropolitano, o nível forte ao padrão predominantemente de capital regional, o nível forte para médio ao padrão predominantemente de centro sub-regional, o nível médio ao padrão tendendo a centro sub-regional, o nível médio para fraco ao padrão predominantemente de centro de zona (ou centro local), o nível fraco ao padrão tendendo a centro de zona e o nível muito fraco correspondendo aos municípios subordinados.

Nesse sentido, o trabalho realizado por IBGE/IPEA/UNICAMP (1999), ao analisar a distribuição espacial e a hierarquia urbana, a partir da segunda versão do REGIC (1993), elaborou uma classificação dos principais centros urbanos componentes da rede de cidades do Centro-Oeste, assim definidas:

- aglomeração urbana nacional: Brasília
- aglomeração metropolitana regional: Goiânia
- aglomeração não metropolitana regional: Cuiabá

- centro urbano isolado regional nível 1: Campo Grande
- centros urbanos isolados regionais nível 2: Anápolis, Dourados, Rondonópolis, Itumbiara e Rio Verde.

Além dessa classificação, o trabalho identifica, ainda, no Centro-Oeste, as categorias de centros urbanos isolados regionais nível 3, os centros urbanos isolados locais e um centro turístico.

Foi constatado, ainda, um forte grau de complementaridade do Centro-Oeste às funções socioeconômicas desempenhadas pela Grande São Paulo e, também, pelos principais municípios do interior desse estado e do Triângulo Mineiro, sendo possível identificar algumas características:

Primeiramente, só se consolidaram os principais centros regionais que guardam uma distância significativa da polarização paulista, num movimento dialético, onde a integração com São Paulo, ao mesmo tempo que representa um estímulo ao desenvolvimento produtivo, este somente se materializa espacialmente, sob a forma de núcleos regionais de expressão socioeconômica, quando há certa distância física da influência direta do município de São Paulo, assim como dos núcleos intermediários paulistas, triangulinos e paranaenses.

Dessa forma, a partir desse relacionamento centralizador de São Paulo com o conjunto da economia, constatou-se que a consolidação dos principais núcleos regionais centroestinos está vinculada à histórica integração à economia paulista, por um lado, e por outro, ao desenvolvimento fragmentado de um pequeno número de núcleos regionais, onde despontam alguns poucos núcleos de maior porte, que concentram a maior parte da população assim como a quase totalidade das principais funções urbanas, circundados por um conjunto de estruturas urbanas que pouco expressam a base produtiva de seu entorno.

Em segundo lugar, observou-se que as áreas delimitadas pelas mesorregiões do leste do Mato Grosso do Sul e do sul goiano, apesar do grande avanço na produção agropecuária e da maior proximidade de São Paulo, não tiveram um adensamento populacional expressivo, constituindo uma malha urbana esparsa e pouco representativa, podendo-se relacionar quatro fatores explicativos:

- a não ocupação pretérita da área com atividades mineratórias, importantes para a sedimentação de vários pontos de ocupação populacional do Centro-Oeste, conforme referido anteriormente;

- a ausência de projetos especiais de colonização dirigida, responsáveis pelo adensamento de várias áreas ao longo das rodovias tronco que cortam a região;
- a polarização exercida pelos núcleos urbanos de São Paulo e do Triângulo Mineiro, atraindo população e renda produzida nessa área;
- e, por fim, a própria forma de ocupação produtiva, com predomínio da pecuária extensiva e da monocultura intensiva, pouco empregadoras de mão-de-obra e deslocadoras das atividades primárias tradicionais de pequena escala e baixa produtividade.

Em terceiro lugar, é possível perceber que as áreas mais adensadas do Centro-Oeste concentram-se ao longo das principais vias de integração comercial com o Sudeste, principalmente nos pontos que guardam certa equidistância da polarização direta dos núcleos urbanos do Centro-Sul, destacando-se aquelas que passaram pela experiência mineradora ou foram objeto de programas de colonização, como as áreas do entorno de Dourados e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e de Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres no Mato Grosso, ao longo da BR-364.

Dessa forma, complementando o papel de centralidade de São Paulo, a integração Sudeste/Centro-Oeste evidencia-se a partir das áreas de influência dos principais núcleos intermediários situados nas bordas da região e dotados de infra-estrutura. A influência do Triângulo Mineiro, com centralidade em Uberlândia e estratégica capacidade de absorção dos estímulos da economia paulista, pode ser percebida pela sua área de influência que abrange o sudoeste goiano, leste de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ratificando o REGIC acerca da necessidade de ligar o desenvolvimento do Centro-Oeste ao papel de intermediação exercido pelos núcleos urbanos triangulinos, em especial Uberlândia.

Da mesma forma, no trabalho do IBGE, fica confirmada a análise sobre as diferenciadas áreas de influência de Goiânia e Brasília, tendo a primeira, com nível máximo de centralidade, conforme o REGIC, consolidado sua área de influência no sentido norte/noroeste e a segunda, com nível muito forte, limitando-se à função de grande absorvedora de população e significativo mercado consumidor, decorrente da concentração das funções de governo e de receptora de repasses fiscais.

Nesse sentido, o estudo reafirma que a espacialidade do Centro-Oeste, no início da década de 1990, cujo desenvolvimento da rede urbana regional está centrado em Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande, apesar da desconcentração econômica ocorrida, é marcada pela heterogeneidade intra-regional, com a concentração das funcionalidades urbanas em um número reduzido de centros urbanos, e a manutenção da estrutura desigual da antiga

ocupação, com vastas extensões territoriais ainda não integradas ao processo de desenvolvimento econômico, paralelamente a expressivos contingentes populacionais que continuam mantidos à margem do novo padrão de urbanização.

Com efeito, Guimarães & Leme (2002) ressaltam que, do ponto de vista espacial, o avanço produtivo no Centro-Oeste, ao contrário do desejado desenvolvimento socioeconômico regional, reforçou as disparidades regionais, evidenciando a importância da disponibilidade pretérita de infra-estrutura e possibilidade de inserção nos mercados. Dessa maneira, as grandes mudanças na espacialidade do Centro-Oeste, decorrentes das ações do poder público e que resultaram no surgimento de suas nucleações mais expressivas, são anteriores ao período de implantação dos complexos agroindustriais, ou seja, as transformações na base infra-estrutural, assim como o surgimento dos dois principais centros polares urbanos - Goiânia e Brasília - foram determinantes na configuração do sistema urbano do Centro-Oeste, e na maneira como ele se apresenta atualmente.

Dessa forma, a consolidação da última grande frente de expansão do Centro-Oeste, a dos complexos agroindustriais, foi norteada pela infra-estrutura e externalidades preexistentes, reforçando o papel de centralidade de um número reduzido de centros urbanos e acentuando a assimetria histórica da configuração e das funções urbanas dos municípios centroestinos. O resultado dessa forma concentrada de retenção dos efeitos difusores da expansão agroindustrial, foi a fragilização do potencial de constituição de núcleos intermediários, que poderiam gerar uma rede interiorana de cidades, ao contrário do que ocorreu, quando os demais setores de atividade, dada a heterogeneidade das funções urbanas no Centro-Oeste, apresentaram condições locais que reforçaram as tendências à concentração.

Dessa maneira, as atividades tipicamente urbanas localizaram-se em um número reduzido de mesorregiões e, nestas, em alguns poucos municípios, embora tenha sido favorecida uma razoável integração da região, concentrada em um seleto grupo de pólos de atração de investimentos privados de grande porte.

No caso de Mato Grosso, as atividades de indústria, comércio e serviços concentram-se, basicamente, na mesorregião centro-sul matogrossense, nucleada pelo aglomerado urbano de Cuiabá/Várzea Grande, enquanto a mesorregião norte-matogrossense desponta como a área de maior produção agropecuária, intensificando-se as correntes migratórias provenientes do Centro-Sul e do Nordeste que aceleram o ritmo de crescimento populacional de alguns municípios da região, como Sinop, Alta Floresta, Sorriso, Colider e Juína, na área de influência da BR-163. Já a mesorregião sudeste matogrossense desponta como a segunda em importância econômica no estado, sem configurar, entretanto, um outro subsistema produtivo,

na medida em que sua porção oeste, nucleada por Rondonópolis, faz parte do mesmo subsistema do centro-sul matogrossense, nucleado por Cuiabá.

O estudo do IBGE/IPEA/UNICAMP (1999), destaca, ainda, que a análise do cruzamento dos indicadores econômicos e demográficos do Centro-Oeste, evidencia a forma diferenciada do comportamento intra-regional, assim como a capacidade transitória da fronteira agrícola, de sustentação e fixação de fluxos migratórios expressivos, observando que o incremento populacional passa a se dar, principalmente, nas áreas urbanas, à exceção do estado de Mato Grosso, de perfil característico de área de fronteira, com uma dinâmica populacional que o diferencia dos estados de Goiás e de Mato Grosso do Sul.

De maneira geral, pode-se dizer que nos anos 90, houve uma diminuição dos fluxos migratórios interestaduais para o Centro-Oeste, com impactos significativos na rede urbana regional, cujo crescimento populacional, ao contrário de períodos anteriores, passou a ficar condicionado à própria dinâmica migratória inter-regional e intramunicipal, refletindo-se na concentração e consolidação de centros urbanos surgidos em outras décadas, não se observando o aparecimento de novos espaços urbanos expressivos, à exceção dos novos núcleos urbanos do norte-matogrossense, anteriormente citados.

3.4 Inserção Produtiva e Base Logística: Os Novos Caminhos do Centro-Oeste

Conforme observado anteriormente, a rede logística é a representação espacial dos pontos de origem, destino, armazenamento ou consumo das mercadorias, bem como de seus fluxos (meios de transporte e comunicação), estruturados em um sistema formado por territórios organizados em cadeias produtivas, onde *"as cidades e redes constituem a ossatura do território e a base logística para as relações que incorporam a região ao tecido produtivo nacional"* (BECKER, 2004 p. 95).

Nesse sentido, o ponto de partida para uma análise da rede logística do Centro-Oeste, deve ter como referência a configuração espacial gerada pelos desdobramentos do movimento dos agentes econômicos que ali se fixaram, e que resultaram na consolidação de poucos e diferenciados pontos de concentração dos fluxos econômicos, representados pela concentrada rede urbana regional, e pela infra-estrutura de armazenamento e transporte, privilegiando os entroncamentos rodoviários e a integração com São Paulo, entre outras características mais específicas.

3.4.1 A Importância da Base Infra-Estrutural Pretérita

A importância da base infra-estrutural sobre a qual consolidou-se a inserção produtiva dessa região, como foi observado, teve como característica principal a direção definida pelo traçado das rodovias associado ao modal rodoviário de transporte de cargas.

Algumas rodovias foram fundamentais nesse processo, como a BR-153 que, partindo de Goiânia (GO), no sentido sul, até São José do Rio Preto (SP), ligou essa capital diretamente com a economia paulista, sem a tradicional intermediação do triângulo mineiro, enquanto no sentido norte, batizada de Belém-Brasília, além de ter sido decisiva na projeção da área de influência de Goiânia e Anápolis, integrou o Sudeste à região Norte, secundarizando a influência sócio-econômica de Belém sobre o norte do Centro-Oeste.

Da mesma forma, destaca-se a importância da BR-060 que, partindo de Brasília, ligou Anápolis/Goiânia ao sudeste de Goiás, integrando-se à BR-364 e à BR-163, com o objetivo de atrair o potencial produtivo do sudoeste goiano, delimitando a área de penetração da influência triangulina e consolidando a centralidade exercida por Goiânia no centro-oeste do estado e no centro-leste de Mato Grosso (GUIMARÃES & LEME, 2002).

Já a BR-364, tornou-se a principal via de ligação entre o Sudeste, o Centro-Oeste, e o Norte do país, sendo fundamental para a consolidação dos três principais núcleos do estado de Mato Grosso, Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres, ao integrá-los, à noroeste, com os estados de Rondônia e Acre, e à sudeste com o Triângulo Mineiro, tornando-se a grande via de integração da fronteira. Entretanto, partindo do Triângulo Mineiro em direção a Cuiabá, essa BR serviu, principalmente, como grande rota de penetração da influência econômica de Uberlândia no sudoeste de Goiás e no sudeste de Mato Grosso, haja visto que Rondonópolis, distante 837 Km, foi o primeiro núcleo a apresentar alguma expressão urbana, desvinculada dessa influência, ao longo da rodovia.

Dessa forma, apesar do estímulo produtivo provocado pela BR-364, esse foi insuficiente para reter a renda gerada, na fronteira, reafirmando que a abertura de vias de escoamento não significa garantia de desenvolvimento regional, principalmente quando a região é fortemente polarizada por um núcleo externo à área. Assim, apenas Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres, distantes da influência direta de Uberlândia, e com suas próprias vantagens locais, beneficiaram-se diretamente dessa grande via de integração (GUIMARÃES & LEME, 2002).

Outro grande eixo construído no Centro-Oeste foi a BR-163, de traçado longitudinal, que possibilitou a formação de uma frente de exploração de madeira no extremo norte do

estado de Mato Grosso, seguida pela expansão da agropecuária, que vem respondendo pelo destacado incremento populacional dos núcleos de Sinop, Alta Floresta e Colider. Ao sul, a BR-163 faz a interligação de Rondonópolis (MT) e Campo Grande (MS), à Presidente Prudente (SP), via BR-267, beneficiando diretamente esses municípios, integrando-os e reforçando sua área de influência na fronteira agropecuária, sendo fundamental para situar Rondonópolis como entroncamento e núcleo de referência do centro-sul de Mato Grosso (GUIMARÃES & LEME, 2002).

Da mesma forma, reafirma-se a importância, na rede logística do Centro-Oeste, da implantação de uma infraestrutura de armazenamento (silos de recepção e armazenamento) nas áreas produtoras de soja, e a manutenção de uma relação de compra e venda sistemática com os produtores agrícolas, fundamentais na estratégia competitiva das empresas líderes de esmagamento.

Assim, conforme referido anteriormente, a presença dos grandes grupos esmagadores começa com a instalação de entrepostos de comercialização de grãos, direcionados às fábricas de esmagamento do Sul ou negociados no mercado internacional de *commodities*. Já na primeira metade da década de 80, com a expansão da soja e do milho para áreas mais distantes do estado do Mato Grosso, o volume (e retornos) das operações comerciais passa a justificar investimentos em infra-estrutura de armazenamento, que passa a acompanhar o deslocamento da produção, com a instalação de grandes redes de silos e armazéns, estrategicamente situados na região para o controle da oferta de grãos.

Nesse sentido, conforme Castro & Fonseca (1995), a instalação de armazéns e silos graneleiros obedece a uma logística de aproximação das agroindústrias de esmagamento com as áreas produtoras de grãos, para que a matéria-prima possa ser adquirida em condições vantajosas, observando-se que o ponto ideal de localização dos silos vai depender, ainda, da existência de uma infra-estrutura energética mínima, além de incentivos fiscais e condições especiais de financiamento, que contribuam para a formação de mercados regionais importantes.

Do ponto de vista técnico, o sistema de armazenamento de grãos desenvolveu importantes inovações, como a melhoria nos equipamentos de secagem contínua e automatizada, que garantem as condições ideais dos grãos na fase de processamento, bem como o aumento da capacidade estática, envolvendo alterações no *lay-out* e no sistema de fluxos de transporte da matéria-prima, o que requer projetos bem elaborados e instalações bem dimensionadas.

Por sua vez, o custo do investimento fixo em capacidade de armazenamento (em torno de 70 dólares/tonelada estática, em média, segundo dados do BNDES), justifica-se pela necessidade de eficiência no processo envolvendo *commodities* agrícolas que, diante da sazonalidade da produção, confere extrema importância a manutenção das características de homogeneidade que as tornam competitivas, especialmente o menor teor de umidade (10% contra 16% no Sul do país) e maior concentração de óleo e proteínas do grão, o que proporciona maior rendimento no processo de extração do óleo e industrialização do farelo (CASTRO & FONSECA, 1995).

Dessa forma, a expansão do cultivo da soja e do milho, ocorridos na década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, foi acompanhada pela entrada de empresas que atuam como *tradings* no mercado de *commodities*, primeiro através da instalação de entrepostos de comercialização de grãos e, mais tarde, por grandes investimentos na implantação de uma infra-estrutura de armazenamento, com alto padrão empresarial de estocagem, embora as grandes empresas do setor de esmagamento, nacionais e multinacionais, continuassem operando o processamento nos estados do Sul e do Sudeste, detentores de melhor infra-estrutura.

3.4.2 A Multimodalidade do Transporte e os Novos Caminhos do Centro-Oeste

A proximidade com as regiões produtoras, ao diminuir os custos das empresas relacionados à movimentação de cargas, associados à operação industrial, traz vantagens econômicas relativas, na medida em que as más condições do sistema rodoviário regional e a falta de opções definitivas de escoamento por via fluvial e/ou ferroviária ainda represente um forte constrangimento econômico.

Com efeito, o Custo Brasil vem sendo apontado como uma das principais causas de perda de competitividade da soja brasileira frente a americana, já que o peso dos custos do transporte da soja e seus derivados, na composição global dos custos, comprometem o sucesso da expansão, o que se agrava quando a quase totalidade do transporte é efetuada por rodovias altamente deficientes.

Becker (2004), referindo-se ao processo de consolidação da fronteira agropecuária modernizada, reafirma que qualquer estratégia territorial afirmadora do processo em curso no cerrado, implica em investimentos em uma rede de estradas locais articuladoras dos centros de comercialização e apoio à produção, assim como investimentos orientados para a expansão

dos grandes eixos de articulação entre as áreas de lavoura modernizada no Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão e os mercados nacional e internacional.

Nesse sentido, novas estratégias relacionadas à logística do transporte da produção regional, abrem novos horizontes para os diversos tipos de complexos já estruturados ou em estruturação na região, já que as formas e condições atuais de acesso aos mercados interno e externo impedem a colocação da soja a custo compatível, especialmente quando a produção se afasta dos tradicionais portos e centros consumidores, a exemplo de Mato Grosso.

Como parte dessas estratégias, Ajara (2001), observa que o Estado brasileiro, dentro do quadro nacional de acúmulo de crises, contradições e desigualdades, em grande parte derivado das forças da globalização, e buscando formular um novo plano de reordenação econômico-espacial, propôs a criação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - EIDs (BNDES, 1998) que, ao valorizar os aspectos infra-estruturais, voltados para a exportação, reafirma a estratégia de criação de espaços competitivos, buscando dinamizar segmentos espaciais específicos, reforçando, assim, o paradigma do crescimento econômico centrado na abertura da economia e na reestruturação produtiva.

Inseridos na lógica da competitividade, os EIDs são, na verdade, uma proposta de criação ou ampliação das condições de atratividade de investimentos em determinados segmentos espaciais do território. Ao estimular novas oportunidades de inversões privadas e reforçar ou expandir áreas de dinamismo econômico, dentro do critério de seletividade espacial, garantidor de maiores perspectivas de retorno aos investimentos, constitui-se, assim, num importante critério de decisão locacional que tenderá a reforçar a posição das regiões dinamizadas, e enfatizar o viés exportador (AJARA 2001).

Nesse sentido, os Planos Plurianuais do Governo Federal são definidos em função de sua capacidade de reduzir os custos de produção e comercialização, e de reforçar os elos entre as áreas mais dinamizadas, o que envolve uma série de investimentos em infra-estrutura, com vistas a estimular a consolidação dos grandes eixos de integração através de novas oportunidades de investimentos privados.

Tal como definidos nos programas, os eixos buscariam responder aos fluxos de bens e serviços já delineados pela atividade produtiva, limitando-se a intervenção do poder público a remover obstáculos e a abrir novos horizontes à iniciativa privada, destacando o papel do Estado mais na sua função regulatória do que na criação de externalidades do tipo abertura e manutenção de rodovias, instalação de portos, produção de energia, instalação de telecomunicações, etc.(AJARA, 2001).

Da mesma forma, LEMOS (2004), ao abordar os aspectos conceituais da definição dos EIDs como regiões de planejamento, observa que os *eixos* são definidos pelo BNDES (2000), como um *corte territorial composto por unidades territoriais contíguas, efetuado com objetivos de planejamento cuja lógica está relacionada às perspectivas de integração e desenvolvimento consideradas em termos espaciais*.

Nesse sentido, os eixos devem compreender aspectos de acessibilidade e possibilidades de estruturação produtiva interna, tendo como base as vertentes da logística existente, sendo que o critério básico para sua delimitação geográfica é a existência de uma rede multimodal de transporte de carga, efetiva ou potencial, possibilitando acesso aos diversos pontos situados em sua área de influência, resultando numa maior integração geográfica dentro de um eixo/região, sendo que estas vias constituem um sistema de transportes vinculado, efetivo ou potencial, à rede de cidades existente e sua hierarquia particular (LEMOS, 2004).

Dessa forma, os EIDs, reafirmam a questão espacial e traduzem mudanças na concepção de desenvolvimento na esfera de governo, orientadas pelos princípios da logística, já que a ligação das áreas produtivas dinâmicas com os mercados globalizados passa a se constituir em objeto de intervenção do Estado, enfatizando parcerias entre os setores público e privado e as diferentes instâncias de governo. A principal vantagem da proposta desse novo recorte espacial de região de planejamento seria a ampliação da visão centrada primordialmente sobre as estruturas de transporte, superando as limitações da concepção de corredores de exportação, à medida que inclui no seu horizonte de intervenção o entorno geográfico da base exportadora regional (LEMOS, 2004).

Dentro dessa perspectiva, embora essa alternativa não seja nova no âmbito do comércio regional, com a chegada da soja a regiões cada vez mais distantes dos centros consumidores e dos portos exportadores do Sul e do Sudeste, começou a viabilizar-se o desenvolvimento de corredores multimodais de escoamento da produção em direção ao norte do país, principalmente em função dos investimentos privados realizados, a exemplo da ferrovia Carajás e da hidrovia do rio Madeira que, ao minimizar os custos unitários de transporte, através da combinação entre os diversos modais, revelou-se a melhor opção, como alternativa ao transporte exclusivamente rodoviário.

De fato, tradicionalmente, a soja produzida é direcionada para os estados do Sul e do Sudeste, onde localizam-se a maioria das plantas esmagadoras, os portos exportadores e grande parte da infra-estrutura de armazenagem e comercialização de grãos, multiplicando a distância a ser percorrida até os mercados europeus e asiáticos. O deslocamento da produção

para regiões mais setentrionais, justifica a mudança de sentido no seu escoamento, ao baratear o transporte que, juntamente com os altos custos portuários e tributários, torna a soja brasileira menos competitiva frente a americana, mesmo com um custo menor de produção.

A esse respeito, Becker (2004), observa que a estruturação dos transportes multimodais representa um componente de comércio fundamental para se atuar no mercado mundial, onde a proximidade das áreas de produção em relação aos portos constitui um elemento territorial decisivo na definição da competitividade, já que, mesmo com a atuação em um mercado mundial onde as empresas competem globalmente e os fatores de produção deslocam-se cada vez com maior liberdade e velocidade, o fator locacional continua a desempenhar um papel central nas vantagens competitivas.

Nesse contexto, diferentemente dos processos anteriores de escoamento da produção, esses corredores, ao modificarem o sentido do fluxo de exportação, tornam as regiões produtoras mais distantes dos centros dinâmicos do país, as mais interessantes, em termos logísticos, devido às menores distâncias em relação aos mercados internacionais, tornando o processo de expansão da fronteira agrícola mais intenso, com impactos na economia, meio ambiente e estrutura social, em função desta nova infra-estrutura de transportes.

De fato, Costa (2000), observa que as novas regiões produtoras de soja, como os estados de Tocantins, Maranhão e Piauí, além do noroeste matogrossense, exportam toda sua produção através dos portos do norte do país, principalmente Itaqui (MA) e Itacoatiara (AM), sendo que, na safra de 1998 foram escoados por esses dois corredores 860 mil toneladas, sendo 370 mil pela BR-364 até Porto Velho e daí pela hidrovía do rio Madeira até o porto de Itacoatiara, e 490 mil pelo porto de Itaqui (MA), com a opção de utilização do modal rodoviário, através da ferrovia Carajás ou totalmente por via rodoviária.

Da mesma forma, Bernardes (2000), observa que o grupo Maggi, objetivando o escoamento da produção da Chapada dos Parecis, vem articulando o "Corredor Noroeste de Integração e Desenvolvimento", estruturado em parceria com os governos dos estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, e o apoio do governo federal. Juntamente com as obras na hidrovía Madeira-Amazonas, com terminais portuários especializados, frota graneleira, infra-estrutura e instalações alfandegárias, cogita-se da recuperação da BR-174 e da BR-364, além da construção da rodovia MT-235, chamada de "Celeiro da Produção", com 400 km de extensão, ligando a BR-163 a BR-364, prevista para atravessar a imensa Chapada dos Parecis. Dessa forma, enquanto o transporte Parecis/Paranaguá/Europa dura 11 dias, ao custo de 110 dólares/tonelada, o novo corredor Parecis/Porto Velho/Itacoatiara/Europa leva 8 dias, ao custo de 75 dólares/tonelada.

Licio & Corbucci (1996, *apud* Costa 2000), relacionam, ainda, quatro corredores planejados que visam direcionar a produção para o Norte e que contam com investimentos governamentais:

- Corredor Noroeste- correspondendo às BR-163 e BR-364, inclusive com a recuperação de cerca de 700 km, nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desse que é considerado o principal eixo rodoviário do Centro-Oeste, interligado aos rios Madeira e Amazonas, compondo a hidrovia do rio Madeira, tradicionalmente usada pela população da região, cujo destino é o porto de Itacoatiara;
- Corredor Centro-Norte- composto por dois eixos, sendo o primeiro formado pelo rio Tocantins, ferrovia Norte-Sul e ferrovia Carajás, e o segundo, formado pelo rio Araguaia (até Xambioá ou Conceição do Araguaia), rodovia (Xambioá- Estreito ou Conceição do Araguaia- Estreito), ferrovia Norte-Sul e ferrovia Carajás, até o porto de Itaquí (MA), seu destino final;
- Corredor Nordeste- constituído pelo rio São Francisco e pela malha viária do Nordeste, visando, principalmente o mercado interno, e o
- Corredor Centro-Leste- tendo como tronco principal a ferrovia Vitória-Minas.

Outro corredor bastante discutido é o que abrange a rodovia BR-163, do norte do estado de Mato Grosso até Itaituba (PA), e o rio Tapajós até Santarém (PA), com projetos de utilização dos rios Teles Pires e Juruena, observando-se que está incluído no planejamento estratégico a pavimentação dos 1147 km da BR-163, entre Santarém e o limite do estado de Mato Grosso.

Um outro corredor de exportação do Centro-Oeste, em discussão, é a Ferronorte, que objetiva o estabelecimento de um sistema ferroviário de transporte de carga e engloba a construção, exploração e conservação da estrada de ferro que liga as cidades de Porto Velho, Santarém e Cuiabá a Aparecida do Taboado (MS), unindo, então, seus trilhos à malha ferroviária paulista, através da ponte rodo-ferroviária sobre o rio Paraná, na divisa com São Paulo, abrindo, dessa forma, a alternativa de escoamento da produção através da hidrovia Tietê-Paraná.

De maneira geral, pode-se dizer que a existência de vias mais eficientes de escoamento e abastecimento, baseadas em maior multimodalidade nos transportes, abre melhores perspectivas para novos empreendimentos agropecuários, assim como para uma maior integração entre o extremo norte, o Centro-Oeste e o Sul-Sudeste do território nacional,

embora a lógica subjacente a esses programas venha reforçar a seletividade espacial, na medida em que os projetos envolvidos favoreçam interesses privados localizados e específicos, definidos pela racionalidade do investimento.

Uma vez abordados os movimentos que vêm marcando a reestruturação espacial da economia, nas últimas décadas, assim como os processos caracterizadores da dinâmica que redefine o território brasileiro em geral, e do Centro-Oeste, em particular, passa-se a analisar, com base em indicadores selecionados e em dados estatísticos referentes à geração de riqueza na mesorregião em estudo, aspectos que sintetizem as transformações econômicas recentes, objetivando avaliar em que medida ocorre, naquele espaço, uma configuração específica resultante de um amplo movimento, em escala mundial, de reestruturação econômico-espacial, perceptíveis na escala mesorregional.

4 A MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE: DA CRIAÇÃO DE UM PÓLO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA A AFIRMAÇÃO DE CENTRO DE GESTÃO E PÓLO LOGÍSTICO

Ao abrir a investigação, em nível empírico, acerca dos processos que atuam na reelaboração, ainda em curso, de determinado segmento do território nacional, sob a perspectiva da inclusão/exclusão espacial - diretriz dessa dissertação -, deve-se ter em mente que essa perspectiva, considerada como fenômeno integrante do movimento recente de reestruturação do espaço, em nível mundial, conforme Ajara (2001), possui um importante significado geográfico para a compreensão da realidade brasileira contemporânea, haja vista as assimetrias que se produzem e reproduzem sob a atuação dessa dinâmica no território, dando origem a espaços beneficiados pela inclusão na nova ordem global, ou dela excluídos.

Com efeito, os processos contidos no movimento de reestruturação do espaço e de redefinição econômico-produtiva, relacionam-se a inserção do País no mundo globalizado, via abertura comercial, e a redefinição do papel do Estado como tradicional indutor do crescimento econômico, impactando a reorganização do território e alterando a distribuição espacial da produção de riquezas, numa dinâmica territorial caracterizadora do final do milênio.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a redefinição econômico-produtiva é parte integrante do movimento globalizador e de que o sistema capitalista, ao se tornar global como forma de garantir sua reprodução, implicou na exacerbação da seletividade espacial, admite-se a existência de um padrão espacial específico de geração de riquezas no País, onde determinados segmentos, consonantes com a ótica globalizadora, inserem-se nessa dinâmica territorial característica do fim do século (AJARA, 2001).

Dentro dessa perspectiva e com o intuito de comprovar, no nível empírico, a trajetória inclusiva de um desses segmentos - a mesorregião sudeste matogrossense -, busca-se, agora, verificar o processo reestruturante de geração de riquezas ali ocorrido, no período de

referência, através de indicadores e mapeamentos que contemplem a evolução das principais atividades econômico-produtivas que deram suporte à trajetória desse espaço de fronteira, recorrendo-se, para fins analíticos, ao BME - Banco Multidimensional de Estatísticas -, ao CEMPRE - Cadastro Central de Empresas -, ao SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática -, à CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas - e aos dados das pesquisas PIB dos Municípios e Tendências Demográficas (IBGE) , entre outras fontes, como procedimento básico de trabalho, por melhor se adequar ao propósito de apreensão desse movimento.

A análise efetuada, com base nos dados que expressam a riqueza gerada na mesorregião em foco, relaciona-se aos componentes de maior peso nessa reestruturação econômico-produtiva, com ênfase no setor agropecuário tecnificado, especificamente à produção de soja, milho, arroz e algodão, assim como à evolução dos rebanhos bovino, suíno e de aves, além da composição e do cronograma de instalação de empresas ligadas ao setor agropecuário, à evolução da capacidade de armazenamento e da logística do território, compondo um quadro referenciado a três momentos - 1980, 1990 e 2000.

Dessa forma, os dados referentes a 1980, por antecederem a atuação efetiva dos processos de redefinição espacial em curso, expressam a realidade brasileira daquele espaço e o fim de um ciclo de crescimento associado aos investimentos previstos no II PND, significando um marco de esgotamento da capacidade estruturante dos processos precedentes. Já os dados referentes ao ano de 2000 refletem as transformações acumuladas ao longo desse período de redefinição da economia, enquanto a situação intermediária entre os marcos extremos é expressa pelos dados obtidos para o ano de 1990.

4.1 A Evolução Pretérita da Malha Municipal e da Base Produtiva

A diversidade da ocupação populacional e das respectivas bases produtivas do Centro-Oeste remonta às especificidades do processo histórico de internalização das vias de transporte, responsáveis pela integração dessas áreas à economia nacional. Entretanto, quando observada no plano interno, torna-se possível perceber a diversidade sócioeconômica, mesmo no plano intra-estadual, como responsável pela variada gama de experiências e funções regionais e municipais que moldaram um processo heterogêneo de adensamento populacional e desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação da riqueza, em muitos casos decisivos para as novas alternativas locais de atividade econômica e fomento populacional (GUIMARÃES & LEME, 2002).

Com efeito, embora a expansão econômica do Centro-Oeste, na função geral de complementaridade à economia paulista, fosse acompanhada por grandes fluxos migratórios, responsáveis por elevadas taxas de crescimento populacional, não se tratava de um espaço vazio mas, em função de seu legado histórico, de um espaço que dispunha de núcleos e experiências de vida urbana importantes, embora dispersas, como expressão de uma ocupação descontínua e sustentada por uma base econômica tradicional, subproduto característico da atividade mineratória originária, responsável pelo surgimento dos primeiros povoados, vilas e cidades, e da pecuária, enquanto um importante auxiliar na fixação dessa população (GUIMARÃES & LEME, 2002).

Da mesma forma, Ferreira (1997) observa que foi através da mineração que se deu a ocupação do estado do Mato Grosso, como forma de garantir a presença avançada da Corôa na região oeste do país. Essa atividade que, juntamente com a pecuária extensiva, formava sua base econômica, embora esteja hoje restrita a ocorrências pontuais, em tempos mais recentes foi responsável pelo povoamento da chamada zona diamantina, na região leste do estado, dando origem a diversas cidades como Poxoréu, Guiratinga, Alto Araguaia, Tesouro, etc.

Duarte (1989), observa que esta área, hoje correspondente à mesorregião sudeste matogrossense, em 1950 possuía apenas três grandes municípios, instalados em 1939: Poxoréu, Guiratinga e Alto Araguaia, tendo na garimpagem de diamantes a base de sua ocupação, nucleada e rarefeita. Entretanto, a ocupação agrícola, estimulada pelo governo estadual, iniciara-se por volta de 1940, ganhando força, posteriormente, com a implantação da colonização em terras devolutas, no município de Rondonópolis, atraindo nordestinos e goianos que se instalaram em áreas de matas, enquanto colonizadoras privadas foram responsáveis pela atração de produtores paulistas e paranaenses, que se instalaram nos municípios de Jaciara e Dom Aquino, nas décadas de 1950 e 1960.

A malha municipal evoluiu, como observado, a partir dos três municípios originais instalados em 1939, registrando-se, em 1954, a instalação dos municípios de Alto Garças, Itiquira e Ponte Branca, originados do município de Alto Araguaia; Rondonópolis, originado do município de Poxoréu; e os municípios de Tesouro e Torixoréu, originados do município de Guiratinga.

Fechando a década de 1950, foram instalados, em 1959, os municípios de Dom Aquino, originado de Poxoréu, e Jaciara, originado dos municípios de Poxoréu e de Cuiabá; em 1964, foram instalados os municípios de Araguainha, originado do município de Ponte Branca, e General Carneiro, originado dos municípios de Tesouro e Barra do Garças, enquanto

o único município instalado na década de 1970 foi Pedra Preta, em 1977, originário de Rondonópolis. (fig.01/tab.01)

Tabela 01 – Genealogia dos municípios

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE			
Genealogia dos municípios			
PERÍODO	Município	Ano de Instalação	ORIGEM
Até 1940	Alto Araguaia	1/1/1939	
	Guiratinga	1/1/1939	
	Poxoréu	1/1/1939	
Até 1959	Alto Garças	1/1/1954	Alto Araguaia
	Hiquira	1/1/1954	Alto Araguaia
	Ponte Branca	1/1/1954	Alto Araguaia
	Rondonópolis	1/1/1954	Poxoréu
	Tesouro	1/1/1954	Guiratinga
	Torixoréu	1/1/1954	Guiratinga
	Dom Aquino	1/1/1959	Poxoréu
Até 1979	Jaciara	1/1/1959	Cuiabá/Poxoréu
	Araguainha	1/1/1964	Ponte Branca
	General Carneiro	1/1/1964	Tesouro/Barra do Garças
Até 2001	Pedra Preta	1/2/1977	Rondonópolis
	Juscimeira	31/1/1981	Jaciara
	Alto Taquari	31/12/1986	Alto Araguaia
	Primavera do Leste	31/12/1986	Poxoréu/Cuiabá/Barra do Garças
	Campo Verde	1/1/1989	Cuiabá/Dom Aquino
	São José do Povo	3/10/1992	Rondonópolis
	Pontal do Araguaia	1/1/1993	Torixoréu/Guiratinga
	Ribeirãozinho	1/1/1993	Ponte Branca
	São Pedro da Cipa	1/1/1993	Jaciara/Dom Aquino

Fonte: IBGE, 2002

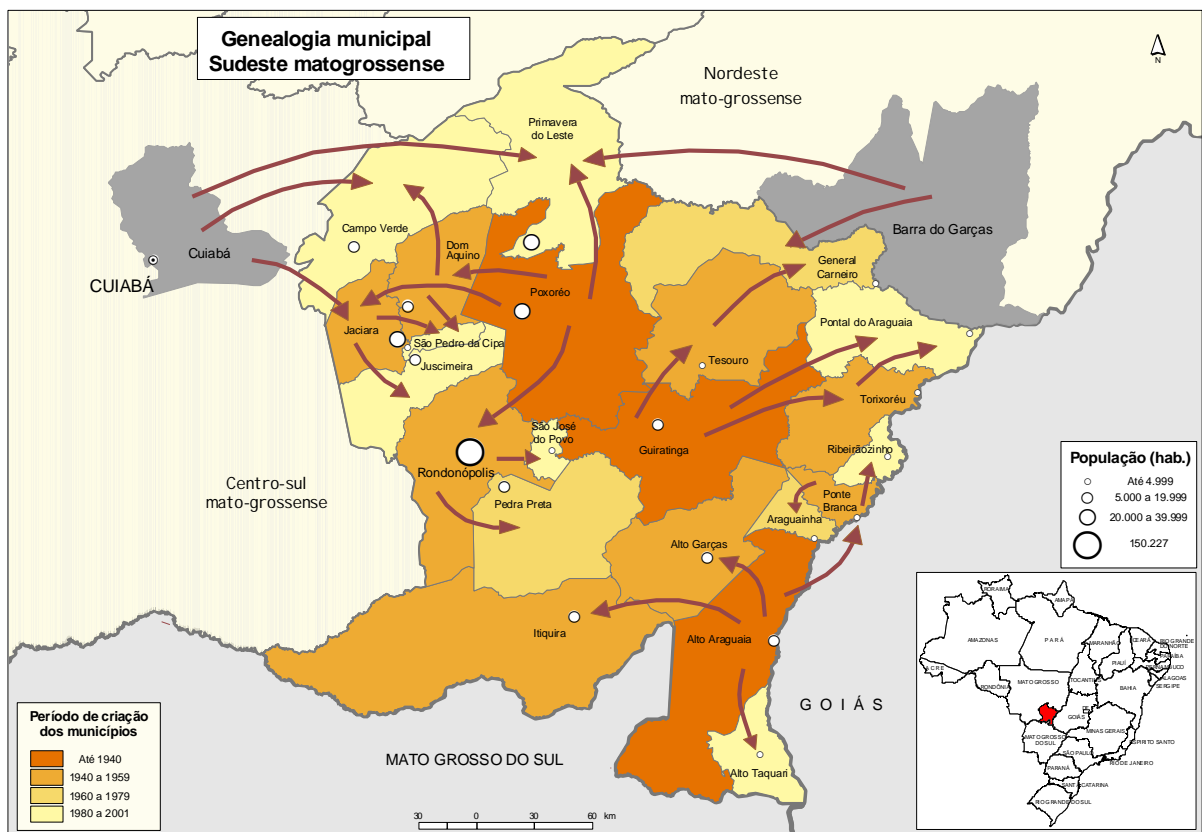


Figura 01 – Genealogia dos municípios da Mesorregião Sudeste Mato-grossense (Fonte: IBGE)

As grandes correntes povoadoras das décadas de 1950 e 1960 abriram, dessa forma, as fronteiras agrícolas das porções centro-norte e leste do estado do Mato Grosso, consolidando a região enquanto área periférica do Sudeste, sendo responsáveis por um incremento demográfico regional de 5,68% e 5,56% ao ano, nas décadas em questão, observando-se que os reflexos advindos da ação governamental como indutora do povoamento na região, são percebidos, principalmente, nas altas variações relativas de população rural na década de 1960 no estado (78,9%), com destaque para os municípios de Alto Garças e Rondonópolis (AJARA, 1989).

Nesse contexto, Silva (2005) observa que a implantação das rodovias tronco, a partir da década de 50, com o melhoramento das ligações rodoviárias com São Paulo, o Triângulo Mineiro e a Capital Federal, permitiu que o processo de ocupação por colonização ou iniciativas individuais, de parcelas das áreas agricultáveis do Mato Grosso, ampliasse a área polarizada por Rondonópolis que, ao final da década de 60, constituía a terceira região mais habitada do estado, concentrando 12% da população, abaixo somente das regiões de Cuiabá (45%) e de Garças (16%).

Já na década de 70, constatou-se, ao contrário, a existência de elevados percentuais de crescimento urbano em todos os estados do Centro-Oeste, destacando-se o estado de Mato Grosso, com um incremento de 173,4% na população urbana, e um crescimento ainda positivo de população rural, embora bastante inferior ao encontrado na década anterior (29,6% contra 78,9%), podendo-se dizer, de toda forma, que o crescimento populacional regional, na década de 70, apresentou tanto incrementos de natureza rural quanto urbana, sempre vinculados a um expressivo afluxo de população migrante (AJARA, 1989).

Dessa forma, a expansão da frente agrícola, em áreas até então subpovoadas do estado do Mato Grosso, foi acompanhada pelo surgimento de núcleos urbanos voltados à prestação de serviços à crescente população rural, enquanto nas áreas em processo de consolidação, verificou-se um decréscimo dessa população no período 70/80 e um incremento demográfico de natureza predominantemente urbana, a exemplo de Rondonópolis, indicando que a intensidade com que se processou a perda de população rural naquelas áreas deriva da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, centradas no emprego intensivo de capital e na pouca absorção de mão-de-obra (AJARA, 1989).

A reestruturação espacial que se iniciava então, processou-se de maneira diferenciada, conforme as formas de organização já existentes nas diferentes áreas da região e de acordo com os objetivos e políticas definidos nos planos governamentais, observando-se que as áreas beneficiadas pela intervenção do Estado apresentavam níveis superiores de desenvolvimento

econômico, evidenciando o caráter seletivo do processo de produção desse espaço geográfico, ao longo do tempo.

Dessa forma, a implantação do POLOCENTRO, criado em 1975 e concebido conforme a visão de pólos de desenvolvimento, envolveu nove áreas específicas da região Centro-Oeste, selecionadas segundo critérios de dotação de infra-estrutura e potencial de expansão da agropecuária comercial, sendo que em Mato Grosso, inicialmente orientando o plantio da soja, esse programa englobou a parte sudeste do estado, tendo como centro a região de Rondonópolis, até o vale do Alto Araguaia, na fronteira com Goiás.

Duarte (1989), observa que a lavoura comercial, praticada com elevada técnica e grande emprego de capital, reestruturou todo o espaço desse trecho matogrossense, particularizando o município de Rondonópolis que, por situar-se no entroncamento das duas principais rodovias do Brasil Central, passou a articular todo aquele espaço agrícola, armazenando e comercializando a produção, tanto através do "corredor sul", via São Paulo e Curitiba, pela BR-163, quanto para leste, na direção de Vitória, via Goiânia e Belo-Horizonte, pela BR-364.

Comentando a crescente centralidade exercida por Rondonópolis, que vê reforçada sua posição de centro regional mais importante em Mato Grosso, depois de Cuiabá, o autor menciona a comercialização da soja diretamente com centros extra-regionais, superando os limites que restringiam as relações comerciais com Uberlândia, assim como o fluxo intenso de ligações com toda essa área de agropecuária modernizada, através de linhas regulares de ônibus ligando Rondonópolis a Dom Aquino, Jaciara, Itiquira, Guiratinga e Poxoréu, como exemplos dessa centralidade.

Analisando o crescimento da população urbana e das cidades do Centro-Oeste, de acordo com seu tamanho populacional, a partir dos dados do Censo de 1980, Cardoso (1989), observa que durante a década de 70 houve expansão/consolidação dos centros regionais e sub-regionais que constituem a base das operações produtivas, e das cidades constituídas em capitais político-administrativas, sendo que, dentre as cidades de vinte mil e mais habitantes, que totalizavam 64,58% da população citadina do Centro-Oeste em 1980, todas elas já existiam como cidades em 1950, com pouquíssimas exceções, entre elas Rondonópolis, que, no entanto, já contava com 52315 habitantes por ocasião do Censo.

Recorrendo ao estudo elaborado pelo IBGE, Região de Influência das Cidades, em sua primeira versão, com dados de 1978, a autora observa, ainda, que Rondonópolis, capital regional, subordinava os centros de zona Guiratinga e Jaciara, subordinando-se, por sua vez, a dois centros de hierarquia superior, simultaneamente, - Goiânia, metrópole regional, e Cuiabá,

centro sub-metropolitano, pertencente a região de influência de São Paulo - indicando o prenúncio de uma articulação nas redes urbanas do Centro-Oeste, antes inexistente.

Dessa forma, no final da década de 1970, em função de um programa integrado de crescimento e tecnificação da agropecuária, apoiado em um sistema de crédito rural subsidiado e em uma política de preços mínimos, pavimentou-se o caminho para um novo padrão agrário, gestado nas áreas de maior dinamismo da região, onde já havia uma ocupação mais adensada e uma estrutura urbana de maior expressão, destacando-se, no estado do Mato Grosso, a mesorregião sudeste matogrossense.

Ao se analisar os dados referentes ao ano de 1980 (BME - PAM/PPM), para as cinco mesorregiões do estado do Mato Grosso, constata-se que, entre as quatro principais lavouras temporárias em processo de modernização, a produção de arroz de sequeiro destacava-se, distribuindo-se de maneira relativamente homogênea pelo estado, com a produção variando entre 290000 a 308000 toneladas, nas mesorregiões sudeste, nordeste e centro-sul, caindo para 186000 t na mesorregião norte e 93000 t na mesorregião sudoeste matogrossense, totalizando 1175041t no estado, em 1980. (fig.02/ tab.02 e 03)

Em relação aos quatorze municípios que formavam, então, a mesorregião sudeste matogrossense, os municípios de Itiquira, Jaciara, Rondonópolis, Dom Aquino e Poxoréu, localizados na porção oeste da mesorregião, estabeleciam um padrão concentrador da produção mesorregional de arroz, com contribuições individuais que variavam de 33000t (Poxoréu) a 49000t (Itiquira).

Reafirmando a importância dessa cultura, observa-se, ainda, a presença de 17 empresas classificadas como de produção e beneficiamento de arroz, concentradas em Rondonópolis (5), Jaciara(5), Juscimeira (2), Alto Araguaia (2), Guiratinga (1), Dom Aquino (1) e Pedra Preta (1), além de uma empresa ligada ao comércio atacadista de matérias-primas agrícolas, em Rondonópolis, e de uma empresa dedicada à coleta do látex e à fabricação de pneus e artefatos de borracha, dando início a diversificação produtiva, reafirmada na década seguinte.

A esse respeito, Ferreira (1997), observa que após extenso programa de incentivo à cultura da borracha, através do PROBOR - Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural -, registrou-se forte aumento da produção de látex em Mato Grosso, destacando-se o município de Itiquira, onde a multinacional francesa de pneus - Michelin, "*cultiva extenso seringal às margens da rodovia que liga Cuiabá a Campo Grande, deixando maravilhados, ante a exuberância da plantação, os viajantes que percorrem aquele trecho*" (FERREIRA, 1997).

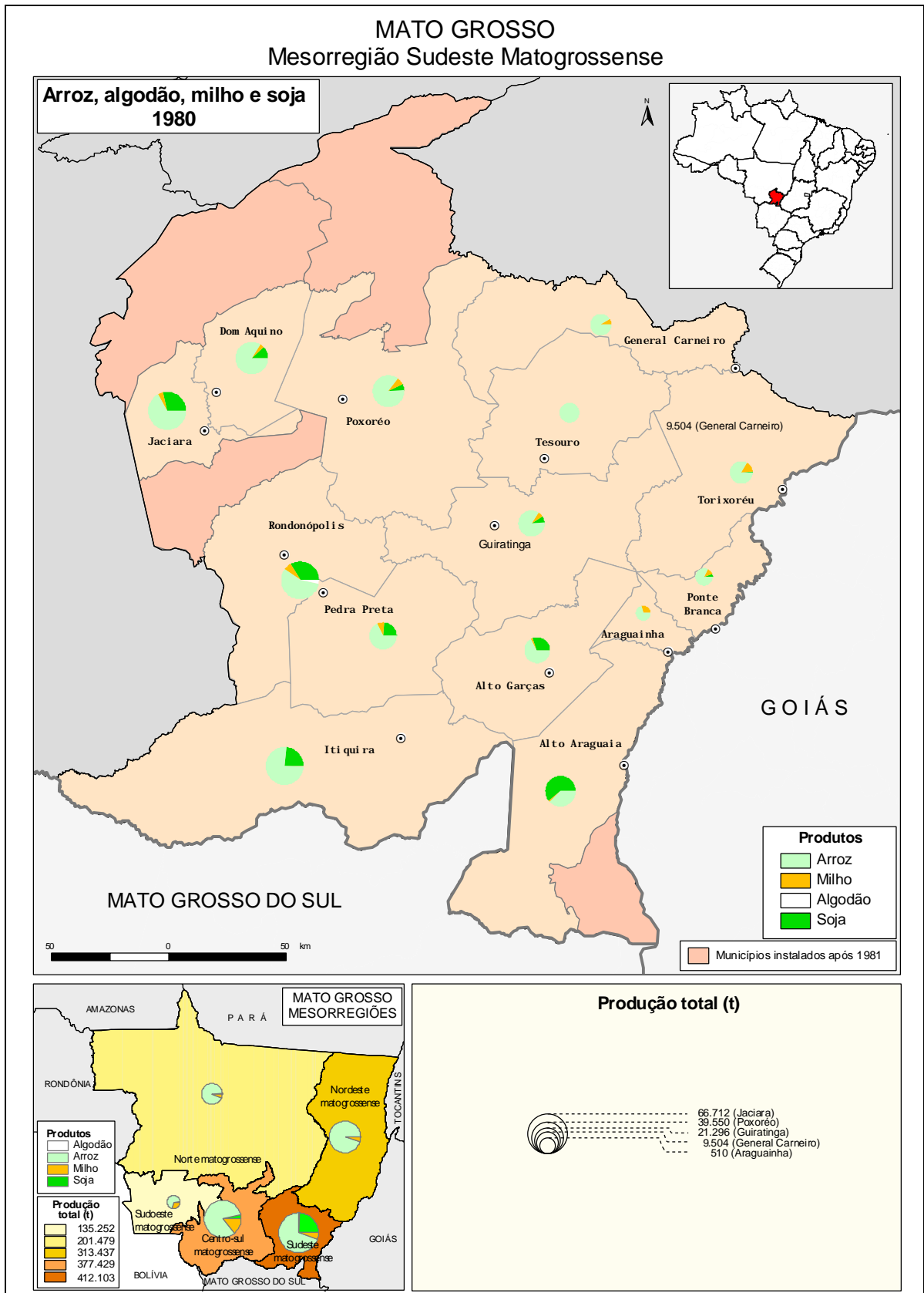


Figura 02: Produção de arroz, algodão, milho e soja em 1980.
(Fonte: IBGE/BME/PAM, Produção Agrícola Municipal)

Tabela 02 – Evolução da produção de arroz por mesorregião.

MATO GROSSO						
Evolução da produção de arroz (t)						
mesorregiões	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Centro-Sul Mato-Grossense	308630	18965	53158	-93,86	180,30	-82,78
Nordeste Mato-Grossense	296596	99452	194186	-66,47	95,26	-34,53
Norte Mato-Grossense	186502	212788	1489073	14,09	599,79	698,42
Sudeste Mato-Grossense	290313	36015	64919	-87,59	80,26	-77,64
Sudoeste Mato-Grossense	93000	53502	50181	-42,47	-6,21	-46,04
Total UF	1175041	420722	1851517	-64,20	340,08	57,57

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 03 – Evolução da produção de arroz por município

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE						
Evolução da produção de arroz (t)						
municípios	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Alto Araguaia	13500	2750	2100	-79,63	-23,64	-103,79
Alto Garças	13500	645	1620	-95,22	151,16	-105,88
Alto Taquari	0	216	1440	0,00	566,67	0,00
Araguainha	360	79	150	-78,06	89,87	-152,04
Campo Verde	0	7121	12272	0,00	72,34	0,00
Dorn Aquino	35396	832	2263	-97,65	172,00	-104,32
General Carneiro	8676	2837	1890	-67,30	-33,38	-103,56
Guiratinga	18000	1128	1680	-93,73	48,94	-105,58
Itiquira	49200	2071	3016	-95,79	45,63	-103,18
Jaciara	44977	548	2314	-98,78	322,26	-104,27
Juscimeira	0	960	1271	0,00	32,40	0,00
Pedra Preta	16800	2086	1098	-87,58	-47,36	-107,98
Pontal do Araguaia	0	0	360	0,00	0,00	0,00
Ponte Branca	2280	492	288	-78,42	-41,46	-127,23
Poxoréo	33840	3371	8730	-90,04	158,97	-101,03
Primavera do Leste	0	8070	18019	0,00	123,28	0,00
Ribeirãozinho	0	0	1092	0,00	0,00	0,00
Rondonópolis	37200	1585	3690	-95,74	132,81	-102,59
São José do Povo	0	0	360	0,00	0,00	0,00
São Pedro da Cipa	0	0	144	0,00	0,00	0,00
Tesouro	6384	313	702	-95,10	124,28	-113,55
Torixoréu	10200	911	420	-91,07	-53,90	-121,68
Total meso	290313	36015	64919	-87,59	80,26	-77,64

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 02 – Evolução da produção de milho por mesorregião.

MATO GROSSO						
Evolução da produção de milho (t)						
mesorregiões	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Centro-Sul Mato-Grossense	53388	37364	41424	-30,01	10,86	-22,40
Nordeste Mato-Grossense	15941	64159	97489	302,47	51,94	511,56
Norte Mato-Grossense	12422	207405	809109	1569,65	290,11	6413,51
Sudeste Mato-Grossense	19571	192120	393669	881,65	104,90	1911,49
Sudoeste Mato-Grossense	41250	117925	87981	185,87	-25,39	113,28
Total UF	142572	618973	1429672	334,14	130,97	902,77

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 03 – Evolução da produção de arroz por município

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE						
Evolução da produção de milho (t)						
municípios	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Alto Araguaia	432	5400	6961	1150,00	28,90	1511,34
Alto Garças	375	11038	14851	2843,46	34,54	3860,26
Alto Taquari	0	28878	54000	0	86,99	0
Araguainha	150	80	240	-46,66	200,00	60
Campo Verde	0	27270	85725	0	214,35	0
Dom Aquino	1500	1228	11742	-18,13	856,18	682,8
General Carneiro	828	862	6389	4,10	641,18	671,61
Guiratinga	1406	6300	22559	348,07	258,07	1504,48
Itiquira	270	25006	24986	9161,48	-0,07	9154,07
Jaciara	2370	8436	24666	255,94	192,38	940,75
Juscimeira	0	2520	11425	0	353,37	0
Pedra Preta	1980	20685	10264	944,69	-50,37	418,38
Pontal do Araguaia	0	0	274	0	0	0
Ponte Branca	375	218	250	-41,86	14,67	-33,33
Poxoréo	3000	4710	27667	57,00	487,40	822,23
Primavera do Leste	0	10162	71832	0	606,86	0
Ribeirãozinho	0	0	150	0	0	0
Rondonópolis	4500	37515	15872	733,66	-57,69	252,71
São José do Povo	0	0	1080	0	0	0
São Pedro da Cipa	0	0	216	0	0	0
Tesouro	450	1080	2160	140,00	100,00	380,00
Torixoréu	1935	732	360	-62,17	-50,81	-81,39
Total meso	19571	192120	393669	627,81	-48,27	-73,43

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 06 – Evolução da produção de soja por mesorregião.

MATO GROSSO						
Evolução da produção de soja (t)						
mesorregiões	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Centro-Sul Mato-Grossense	14061	45956	74999	226,83	63,19	433,38
Nordeste Mato-Grossense	900	225844	630140	24993,77	179,01	69915,55
Norte Mato-Grossense	2432	1302932	5497870	53474,50	321,96	225963,73
Sudeste Mato-Grossense	99780	1450862	2489565	1354,06	71,59	2395,05
Sudoeste Mato-Grossense	0	39121	81896	0	109,34	0
Total UF	117173	3064715	8774470	2515,54	186,30	7388,47

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 07 – Evolução da produção de soja por município

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE						
Evolução da produção de soja (t)						
municípios	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Alto Araguaia	21600	11520	44100	-46,67	282,81	104,17
Alto Garças	6300	72838	178325	1056,16	144,82	2730,56
Alto Taquari	0	139320	197640	0,00	41,86	0,00
Araguainha	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Campo Verde	0	231703	297635	0,00	28,46	0,00
Dom Aquino	5250	0	73997	-100,00	0,00	1309,47
General Carneiro	0	17888	102789	0,00	474,63	0,00
Guiratinga	1890	58355	147750	2987,57	153,19	7717,46
Itiquira	15120	266916	351945	1665,32	31,86	2227,68
Jaciara	19050	42408	67210	122,61	58,48	252,81
Juscimeira	0	13494	43352	0,00	221,27	0,00
Pedra Preta	5940	74678	134251	1157,21	79,77	2160,12
Pontal do Araguaia	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Ponte Branca	150	5440	0	3526,67	-100,00	-100,00
Poxoréo	2700	51293	108430	1799,74	111,39	3915,93
Primavera do Leste	0	303961	522070	0,00	71,76	0,00
Ribeirãozinho	0	0	17136	0,00	0,00	0,00
Rondonópolis	21600	145733	148500	574,69	1,90	587,50
São José do Povo	0	0	0	0,00	0,00	0,00
São Pedro da Cipa	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Tesouro	0	10432	35502	0,00	240,32	0,00
Torixoréu	180	4883	18933	2612,78	287,73	10418,33
Total meso	99780	1450862	2489565	1354,06	71,59	2395,05

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 08 – Evolução da produção de algodão por mesorregião.

MATO GROSSO						
Evolução da produção de algodão (t)						
mesorregiões	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Centro-Sul Mato-Grossense	1350	5358	540	296,89	-89,92	-45,02
Nordeste Mato-Grossense	0	0	104911	0,00	0,00	0,00
Norte Mato-Grossense	123	24991	388744	20217,89	1455,54	-94,80
Sudeste Mato-Grossense	2439	5098	504918	109,02	9804,24	-99,98
Sudoeste Mato-Grossense	1002	22187	3723	2114,27	-83,22	-43,21
Total UF	4914	57634	1002836	1072,85	1640,01	-99,89

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000

Tabela 09 – Evolução da produção de algodão por município

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE						
Evolução da produção de algodão (t)						
municípios	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Alto Araguaia	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Alto Garças	0	0	33170	0,00	0,00	0,00
Alto Taquari	0	0	17076	0,00	0,00	0,00
Araguainha	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Campo Verde	0	0	147642	0,00	0,00	0,00
Dom Aquino	0	0	16139	0,00	0,00	0,00
General Carneiro	0	0	1283	0,00	0,00	0,00
Guiratinga	0	0	3394	0,00	0,00	0,00
Itiquira	0	0	71187	0,00	0,00	0,00
Jaciara	315	100	15499	-68,25	15399	4820,31
Juscimeira	0	513	15	0,00	-97,07	0,00
Pedra Preta	135	1950	60635	1344,44	3009,48	44814,81
Pontal do Araguaia	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Ponte Branca	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Poxoréo	9	0	12629	-100,00	0,00	140222,22
Primavera do Leste	0	0	64273	0,00	0,00	0,00
Ribeirãozinho	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Rondonópolis	1980	2535	60891	28,03	2302,01	2975,30
São José do Povo	0	0	900	0,00	0,00	0,00
São Pedro da Cipa	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Tesouro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Torixoréu	0	0	185	0,00	0,00	0,00
Total meso	2439	5098	504918	109,02	9804,23	20601,84

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

A produção de milho, segundo maior produto em importância no estado em 1980, (142572 t), concentrava-se nas mesorregiões centro-sul (53000t) e sudoeste matogrossense (41000t), enquanto nas demais mesorregiões a produção variava entre 15000 e 19000 toneladas, evidenciando a importância do arroz como principal produto agrícola regional, com uma produção quase dez vezes maior do que a de milho. (fig.02/ tab.04 e 05)

Já na distribuição por município, da produção mesorregional de milho, (19571 t, em 1980), destacavam-se os municípios de Rondonópolis (4500 t) e Poxoréu (3000 t), não sendo possível estabelecer-se um padrão de concentração produtiva, em razão do baixo quantitativo apurado.

A quase totalidade da produção de soja, o terceiro produto em importância no estado do Mato Grosso em 1980, com 117173t, concentrava-se na mesorregião sudeste matogrossense (100000t), como resultado dos investimentos realizados a partir de 1975, dentro do programa governamental do POLOCENTRO, conforme referido anteriormente. Considerando-se a distribuição da produção pelos quatorze municípios que compunham a mesorregião, evidencia-se, como no caso da produção de milho, uma concentração nos municípios localizados na sua parte oeste, à exceção do município de Alto Araguaia (21600t), destacando-se os municípios de Rondonópolis, também com 21600t, Jaciara, com 19000t e Itiquira, com 15000t. (fig.02/ tab.06 e 07)

Já a incipiente produção de algodão totalizava modestas 4914 toneladas em 1980, no estado, distribuídas pelas mesorregiões sudeste, centro-sul e sudoeste matogrossense, sendo que a mesorregião sudeste, com 2500 t, já destacava-se como a maior produtora de uma cultura que viria a deslanchar somente na década de 90, podendo-se atribuir ao município de Rondonópolis, com uma produção de 1980 t, a quase totalidade do algodão produzido na mesorregião sudeste matogrossense, naquele ano. (fig. 02/ tab.08 e 09)

Quanto à capacidade de estocagem, anteriormente restrita aos entrepostos comerciais, conforme já referido, concentrava-se, em 1980, na mesorregião sudeste matogrossense, com uma capacidade estática de 27680 toneladas, distribuída pelos municípios de Rondonópolis (17680t) e Alto Araguaia (10000t), enquanto nas demais mesorregiões essa capacidade era irrisória, com 900 toneladas na mesorregião norte matogrossense e 180 toneladas na mesorregião centro-sul matogrossense. (fig.08/ tab.16)

Em relação ao rebanho bovino, os dados referentes ao ano de 1980, indicam uma distribuição concentrada na mesorregião centro-sul (1900000 cabeças), seguida das mesorregiões nordeste (1137000 cabeças), sudeste (1064000 cabeças) e sudoeste (862000 cabeças), enquanto a mesorregião norte matogrossense (284000 cabeças), em processo de

recepção dos fluxos migratórios que se dirigiam para o norte, já começava a formar um rebanho que viria a ser o maior do estado. (fig.03/ tab.10 e 11)

A distribuição do rebanho bovino na mesorregião sudeste matogrossense, em 1980, concentrava-se nos municípios de Pedra Preta (191000 cabeças), Poxoréu (156000 cabeças), Rondonópolis (105000 cabeças), Itiquira (100000 cabeças) e Jaciara (97000 cabeças), observando-se, entretanto, a ocorrência de bovinos em todos os demais municípios, com o tamanho do rebanho variando entre 11000 cabeças (Araguainha) e 71000 cabeças (Guiratinga).

A exemplo do contingente bovino, de maior expressão na mesorregião centro-sul, também o rebanho suíno tinha seu maior contingente naquela mesorregião, em 1980, com um efetivo de 232000 cabeças contra 112000 cabeças na mesorregião sudoeste matogrossense, 105000 cabeças na mesorregião sudeste, 64000 cabeças na mesorregião nordeste e 42000 cabeças de suínos na mesorregião norte matogrossense. (fig.03/ tab.12 e 13)

Quanto à distribuição desse rebanho na mesorregião sudeste matogrossense, destacavam-se os municípios de Rondonópolis e Poxoréu, com 20000 cabeças cada um e Pedra Preta, com 16000 cabeças, enquanto os demais tinham um contingente que variava entre 1100 cabeças (Tesouro) e 10000 cabeças (Jaciara).

Já a distribuição do contingente de aves, em 1980, revela uma forte presença na mesorregião centro-sul matogrossense (1461000 cabeças), vindo a seguir a mesorregião sudeste matogrossense, com menos da metade desse contingente (644000 cabeças), seguida das mesorregiões sudoeste (540000 cabeças), norte (287000 cabeças) e nordeste matogrossense, com 251000 cabeças. (fig.03/ tab.14 e 15)

Quanto à distribuição desse contingente na mesorregião sudeste matogrossense, destacam-se os municípios de Poxoréu (165000 cabeças) e Rondonópolis (135000 cabeças), vindo a seguir os municípios de Jaciara (70000 cabeças) e Pedra Preta (63000 cabeças), reafirmado o maior potencial produtivo da porção oeste dessa mesorregião, enquanto na sua porção leste destacam-se os municípios de Torixoréu (55000 cabeças), Alto Araguaia (33000 cabeças) e Guiratinga (22000 cabeças).

De maneira geral, pode-se dizer que, como decorrência de uma conjuntura pretérita que envolveu vários fatores, procedeu-se a grande mudança funcional do Centro-Oeste e, em especial, da mesorregião sudeste matogrossense - o salto modernizante da agropecuária que viria ocorrer nas décadas de 80 e 90 - incluindo a articulação com a indústria produtora de insumos, máquinas e de processamento, e a integração de capitais intersetoriais pelo capital

financeiro, permitindo vislumbrar o novo padrão agrário, representativo das grandes mudanças que viriam com a formação dos complexos agroindustriais.

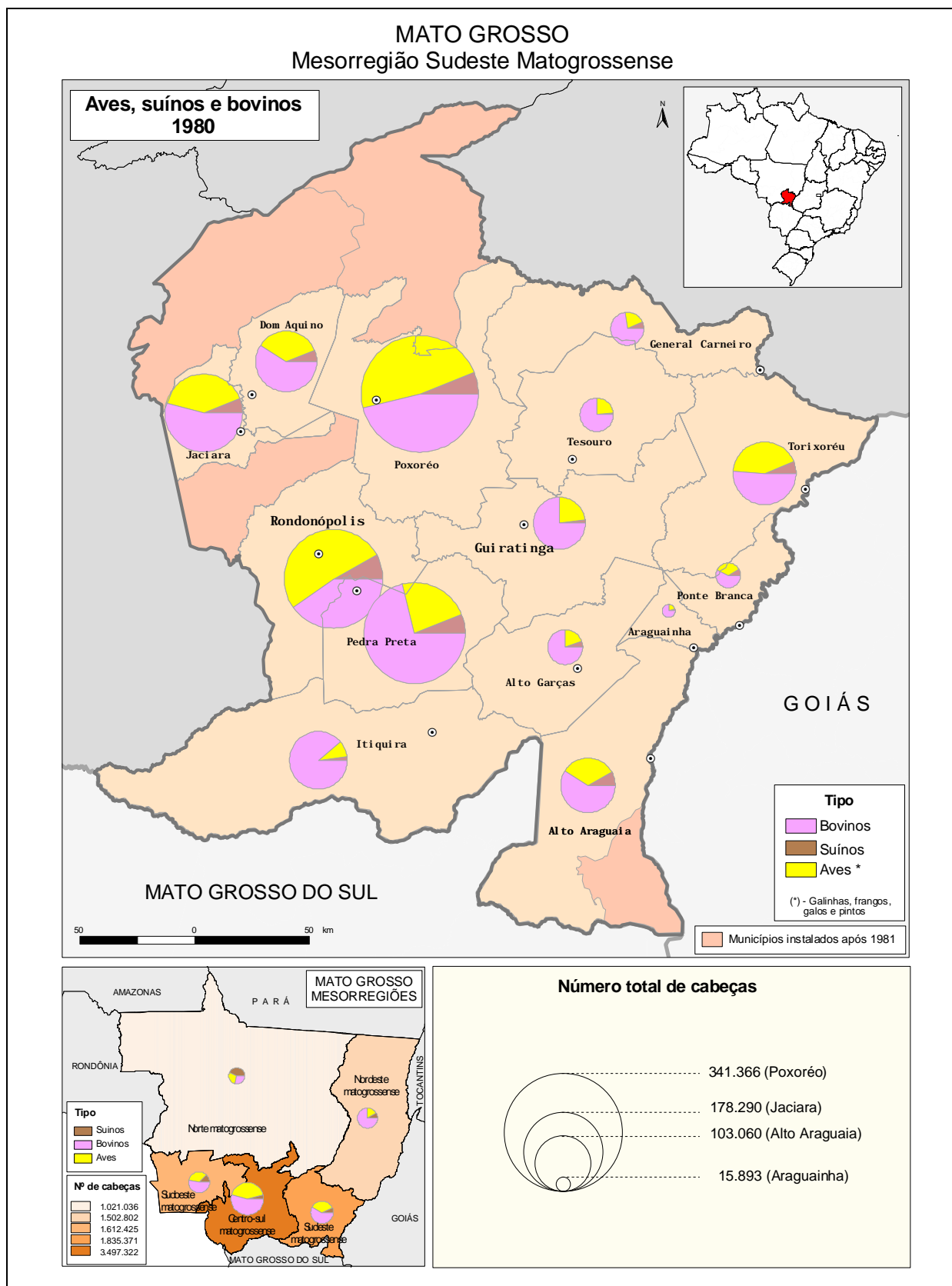


Figura 03 – Tamanho dos rebanhos em 1980
(Fonte: IBGE/BME/PPM-Produção Pecuária Municipal)

Tabela 10 – Evolução da criação de bovinos por mesorregião.

MATO GROSSO						
Evolução do rebanho bovino (nº de cabeças)						
mesorregiões	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Centro-Sul Mato-Grossense	1901099	1495741	2343202	-21,32	56,65	23,25
Nordeste Mato-Grossense	1137366	1908438	4145266	67,79	117,20	264,46
Norte Mato-Grossense	284316	1861472	6781918	554,71	264,33	2285,34
Sudeste Mato-Grossense	1064053	2134700	2473865	100,61	15,88	132,49
Sudoeste Mato-Grossense	862483	1640907	3180281	90,25	93,81	268,73
Total UF	5249317	9041258	18924532	72,23	109,31	260,51

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 11 – Evolução da criação de bovinos por município.

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE						
Evolução do rebanho bovino (nº de cabeças)						
municípios	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Alto Araguaia	61500	140500	158185	128,46	12,59	157,21
Alto Garças	40397	73414	96971	81,73	32,09	140,05
Alto Taquari	0	30312	37182	0,00	22,66	0,00
Araguainha	11826	19349	22160	63,61	14,53	87,38
Campo Verde	0	93913	109481	0,00	16,58	0,00
Dom Aquino	71328	89586	83984	25,60	-6,25	17,74
General Carneiro	36222	66562	111245	83,76	67,13	207,12
Guiratinga	71299	108550	114694	52,25	5,66	60,86
Itiquira	100090	220500	269022	120,30	22,01	168,78
Jaciara	96954	71131	90890	-26,63	27,78	-6,25
Juscimeira	0	184748	152347	0,00	-17,54	0,00
Pedra Preta	191000	232096	249009	21,52	7,29	30,37
Pontal do Araguaia	0	26689	94859	0,00	255,42	0,00
Ponte Branca	19470	0	22110	-100,00	0,00	13,56
Poxoréo	156516	294562	241572	88,20	-17,99	54,34
Primavera do Leste	0	76045	66956	0,00	-11,95	0,00
Ribeirãozinho	0	0	22403	0,00	0,00	0,00
Rondonópolis	105440	251102	293374	138,15	16,83	178,24
São José do Povo	0	0	51738	0,00	0,00	0,00
São Pedro da Cipa	0	0	15337	0,00	0,00	0,00
Tesouro	37556	54475	64096	45,05	17,66	70,67
Torixoréu	64455	101166	106250	56,96	5,03	64,84
Total meso	1064053	2134700	2473865	100,62	15,89	132,49

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 12 – Evolução da criação de suínos por mesorregião.

MATO GROSSO						
Evolução do rebanho suíno (nº de cabeças)						
mesorregiões	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Centro-Sul Mato-Grossense	232273	134564	75303	-42,07	-44,04	-67,58
Nordeste Mato-Grossense	64036	113982	123149	78,00	8,04	92,31
Norte Mato-Grossense	42141	449618	401815	966,94	-10,63	853,50
Sudeste Mato-Grossense	105519	126870	143437	20,23	13,06	35,93
Sudoeste Mato-Grossense	111973	209073	90380	86,72	-56,77	-19,28
Total UF	555942	1034107	834084	86,01	-19,34	50,03

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 11 – Evolução da criação de suínos por município.

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE						
Evolução do rebanho suíno (nº de cabeças)						
municípios	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Alto Araguaia	8030	14.091	7421	75,48	-47,34	-7,58
Alto Garças	2512	9.554	5977	280,33	-37,44	137,94
Alto Taquari	0	608	2313	0,00	280,43	0,00
Araguainha	675	1.000	808	48,15	-19,20	19,70
Campo Verde	0	4.252	16091	0,00	278,43	0,00
Dom Aquino	7906	3.752	3458	-52,54	-7,84	-56,26
General Carneiro	3466	2.268	1879	-34,56	-17,15	-45,79
Guiratinga	2367	3.637	3232	53,65	-11,14	36,54
Itiquira	2164	5.516	8881	154,90	61,00	310,40
Jaciara	10734	2.421	2621	-77,45	8,26	-75,58
Juscimeira	0	14.370	3820	0,00	-73,42	0,00
Pedra Preta	16000	11.298	14275	-29,39	26,35	-10,78
Pontal do Araguaia	0	4.027	1341	0,00	-66,70	0,00
Ponte Branca	2596	0	1737	-100,00	0,00	-33,09
Poxoréo	20098	30.100	8214	49,77	-72,71	-59,13
Primavera do Leste	0	4.227	10734	0,00	153,94	0,00
Ribeirãozinho	0	0	1524	0,00	0,00	0,00
Rondonópolis	19984	8.348	40578	-58,23	386,08	103,05
São José do Povo	0	0	1878	0,00	0,00	0,00
São Pedro da Cipa	0	0	1828	0,00	0,00	0,00
Tesouro	1108	1.380	1435	24,55	3,99	29,51
Torixoréu	7879	6.021	3392	-23,58	-43,66	-56,95
Total meso	105519	126870	143437	20,23	13,06	35,93

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 14 – Evolução da criação de aves por mesorregião.

MATO GROSSO						
Evolução da criação de aves (n° cabeças)						
mesorregiões	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Centro-Sul Mato-Grossense	134564	232273	75303	72,61	-67,58	-44,04
Nordeste Mato-Grossense	113982	64036	123149	-43,82	92,31	8,04
Norte Mato-Grossense	449618	42141	401815	-90,63	853,5	-10,63
Sudeste Mato-Grossense	126870	105519	143437	-16,83	35,93	13,06
Sudoeste Mato-Grossense	209073	111973	90380	-46,44	-19,28	-56,77
Total UF	1034107	555942	834084	-46,24	50,03	-19,34

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

Tabela 15 – Evolução da criação de aves por município.

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE						
Evolução da criação de aves (n° cabeças)						
municípios	1980	1990	2000	Variação (%)		
				1980/1990	1990/2000	1980/2000
Alto Araguaia	33530	118.110	36.026	252,25	-69,5	7,44
Alto Garças	10796	84.613	18.185	683,74	-78,51	68,44
Alto Taquari		20.629	10.933	0	-47	0
Araguainha	3392	21.600	4.203	536,79	-80,54	23,91
Campo Verde		20.429	6.226.497	0	30378,72	0
Dom Aquino	42496	20.390	176.616	-52,02	766,19	315,61
General Carneiro	10232	11.487	12.900	12,27	12,3	26,08
Guiratinga	21974	23.812	28.135	8,36	18,15	28,04
Itiquira	9690	14.751	26.490	52,23	79,58	173,37
Jaciara	70602	25.187	230.050	-64,33	813,37	225,84
Juscimeira		44.556	49.350	0	10,76	0
Pedra Preta	63100	23.055	25.947	-63,46	12,54	-58,88
Pontal do Araguaia		0	17.948	0	0	0
Ponte Branca	11968	43.807	7.899	266,03	-81,97	-34
Poxoréo	164752	105.119	67.768	-36,2	-35,53	-58,87
Primavera do Leste		24.327	49.775	0	104,61	0
Ribeirãozinho		0	5.390	0	0	0
Rondonópolis	134688	46.595	103.288	-65,41	121,67	-23,31
São José do Povo		0	15.230	0	0	0
São Pedro da Cipa		0	6.324	0	0	0
Tesouro	11819	13.547	10.990	14,62	-18,88	-7,01
Torixoréu	55409	36.056	20.569	-34,93	-42,95	-62,88
Total Meso	644448	698070	7150513	8,32	924,33	1009,56

Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), 1980, 1990 e 2000.

4.2 O Salto Modernizante e o Modelo Sudeste Matogrossense

Conforme referido anteriormente, enquanto a economia nacional passava pelo ajuste recessivo da primeira metade dos anos 80, como consequência do desmonte do II PND, iniciava-se, no Centro-Oeste, a fase de modernização da agropecuária comercial, ao mesmo tempo em que acelerava-se o processo de implantação da infra-estrutura agro-industrial, contribuindo para as elevadas taxas de crescimento econômico, de emprego e de incremento populacional, observadas no período, reflexo das políticas nacionais e específicas implementadas anteriormente.

Com efeito, conforme observado, embora a agricultura tenha perdido o tratamento privilegiado que mantinha com o setor financeiro, a produção agropecuária apresentou um ótimo desempenho em determinados setores, no período 1980/85, a despeito da retração do crédito e da queda dos preços internacionais, tanto de *commodities* quanto de produtos processados, refletindo um estágio de relativa maturidade do novo padrão agrícola. O fim do crédito subsidiado teria coincidido, dessa forma, com a consolidação de uma estrutura produtiva, onde a incorporação de inovações tecnológicas seria assegurada pelos padrões impostos pelas agroindústrias processadoras e pela concorrência entre as indústrias produtoras de insumos e de máquinas agrícolas, garantindo, assim, a reprodução da base técnica, independentemente das políticas de crédito (MARTINE, 1990).

Por outro lado, segundo Guimarães & Leme (2002), as restrições financeiras e fiscais, externas e internas, acentuadas na segunda metade da década, forçaram os cortes nos subsídios e o abandono dos grandes programas setoriais, particularmente a extinção da política unificada de preços mínimos, levando várias áreas do Centro-Oeste a sofrerem redução em seu dinamismo e ocasionando queda no volume da produção, favorecendo, assim, a migração de grandes parcelas da população rural para áreas situadas mais ao norte ou para os centros urbanos que se formavam no período, num movimento consolidado com o crescimento da agropecuária e o estabelecimento das redes de comercialização.

Conforme já referido, Castro & Fonseca (1995), observam que após a fase de adaptação da soja ao cerrado, ocorrida durante a década de 70, e da expansão dessa lavoura e do milho para áreas mais distantes do estado do Mato Grosso, ocorrida na primeira metade da década de 80, inicia-se, de fato, a partir de 1985, a consolidação da transformação produtiva do Centro-Oeste, com a ocupação das áreas mais dinamizadas por grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, convencidos das vantagens competitivas locais.

Dessa forma, segundo as autoras, com base em dados do IBGE, o desempenho agropecuário do Centro-Oeste foi muito superior ao nacional durante a década de 1980, apresentando taxas geométricas de crescimento da produção da ordem de 9,41% para o milho, entre 1980 e 1989, contra 2,7%, ao ano, em média, para a produção nacional, e de 16,56% de crescimento da produção regional de soja contra 4,7% para a produção nacional. Já a produção regional de arroz, tradicional produto de abertura de fronteira, teve uma taxa de crescimento negativa, embora tenha crescido a 1,2%, em média, para o Brasil.

Quanto à participação do produto regional no total nacional, o arroz passou de 32% em 1980 para 13% em 1991 enquanto a participação do milho e da soja, que era de 10% e 12,5%, respectivamente, em 1980, chegou a 19% e 43,7%, do total, no final da década, numa demonstração da vigorosa expansão agrícola em andamento no Centro-Oeste, notadamente nas áreas mais dinamizadas, sustentada nos expressivos ganhos de produtividade, verificados para quase todos os produtos, associados ao potencial, ainda não esgotado, de tecnificação da agricultura.

Na verificação dos dados relativos à 1990 (BME - PAM/PPM), referenciados à lavoura de arroz, segundo as mesorregiões do estado do Mato Grosso, observa-se uma redução significativa da produção para todas as mesorregiões (entre -42,47% e -93,86%), à exceção da mesorregião norte matogrossense, que apresentou uma variação positiva de 14,09% na década, confirmando o deslocamento dessa lavoura, típica de abertura de fronteira, para as regiões mais setentrionais do estado. (fig.04/ tab. 02 e 03)

Quanto à produção de arroz, relativa aos municípios componentes da mesorregião sudeste matogrossense, constata-se uma variação negativa entre -67,3% e -98,78%, ocorrida em todos os municípios, embora vinte empresas, classificadas como de produção e beneficiamento de arroz, fossem instaladas na mesorregião, no período.

Quanto à evolução da produção de milho, segundo as mesorregiões do estado, observa-se uma forte variação positiva em todas elas, à exceção da mesorregião centro-sul (-30%), centro administrativo do Mato Grosso, destacando-se as mesorregiões sudeste e norte matogrossense, com variações surpreendentes (881% e 1570%, respectivamente), já antecipando o enorme potencial que viria caracterizar as duas maiores regiões produtoras de grãos do estado. (fig.04/ tab.04 e 05)

Em relação à distribuição da produção mesorregional de milho, por município, Rondonópolis aparece como o maior produtor (37500t), seguido por Alto Taquari (28000t), Campo Verde (27000t), Itiquira (25000t) e Pedra Preta (20000t), cabendo aos demais municípios uma produção entre 80t (Araguainha) e 11000t (Alto Garças), em 1990.

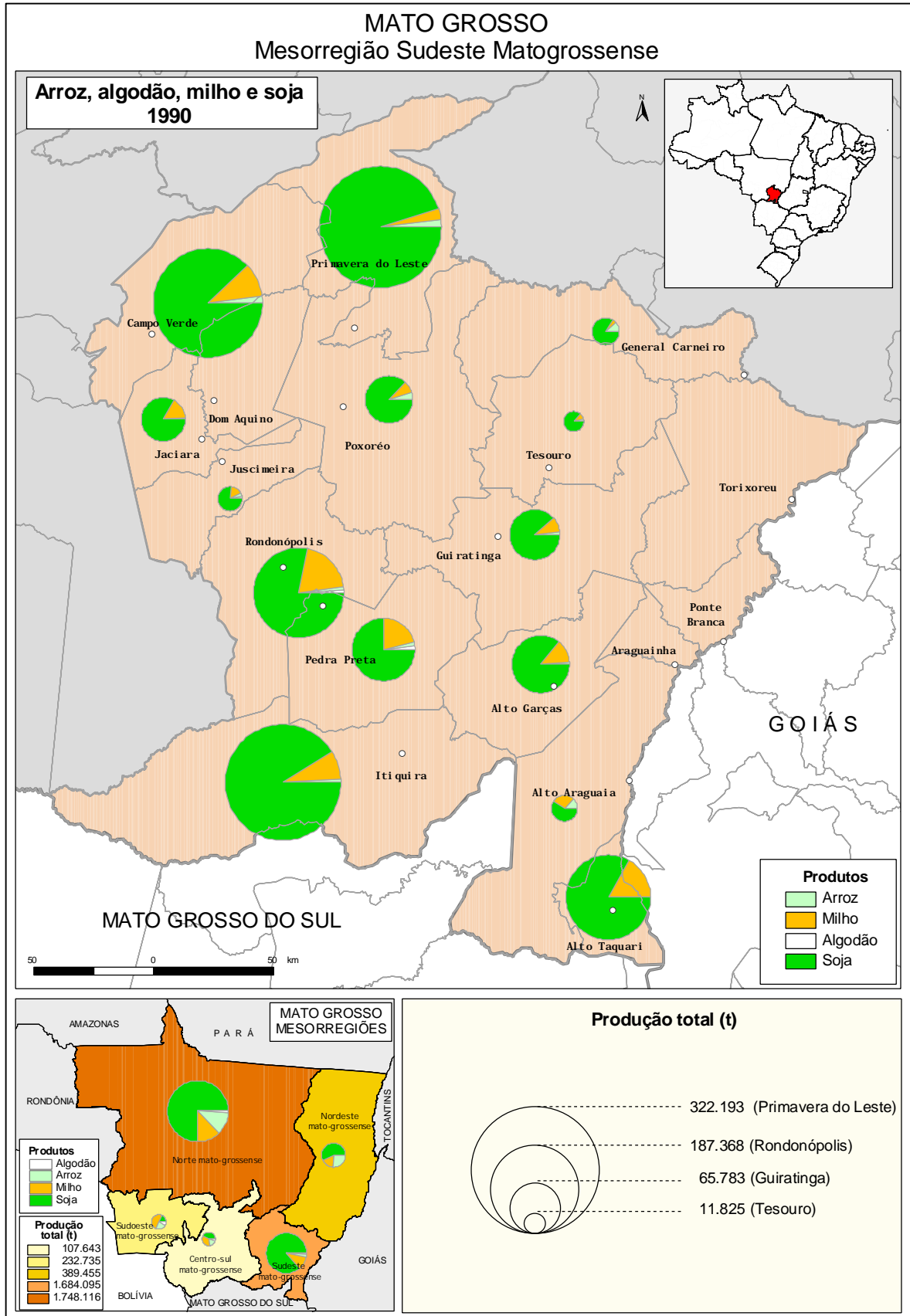


Figura 04 – Tamanho dos rebanhos em 1980
(Fonte: IBGE/BME/PPM-Produção Pecuária Municipal)

Ao se focar a evolução da produção de soja, na década de 80, para o conjunto das mesorregiões do estado, percebe-se, de imediato, a dimensão e a importância dessa lavoura, haja vista a grandeza dos números que apresenta. De fato, à exceção da mesorregião centro-sul, com um crescimento de 226% no período, passando de uma produção de 14000t em 1980 para 46000t em 1990, e da mesorregião sudoeste matogrossense, que não produzia soja anteriormente e produziu 39000t em 1990, as demais mesorregiões apresentam resultados surpreendentes. (fig.04/ tab.06 e 07)

Com efeito, até a mesorregião nordeste matogrossense, que tinha uma produção de apenas 900 toneladas em 1980, produziu 226000t em 1990, juntando-se ao grupo que tem na soja sua base econômica. Entretanto, as mesorregiões sudeste e norte matogrossense, tiveram um desempenho, na década, que não deixou dúvidas sobre o potencial produtivo daquele espaço regional, com uma produção de 1450000t e 1300000t, respectivamente, confirmando o estreitamento das intensas relações que viriam a caracterizar as duas maiores áreas produtoras de soja no cerrado, na década seguinte.

Quanto à distribuição dessa produção pelos municípios da mesorregião sudeste matogrossense, pode-se dizer que a expansão dessa lavoura obedece ao padrão, identificado anteriormente, de ocupação de áreas mais ao norte. Dessa forma, os municípios de Campo Verde e Primavera do Leste, criados na década, tiveram uma produção de 232000t e 304000t, respectivamente, assim como o município de Alto Taquari que, embora situado na porção meridional da mesorregião, divisa com o estado de Goiás, também beneficiou-se dessa expansão, com uma produção de 140000t em 1990. Completando o elenco dos municípios com maior volume de produção no período, destacam-se Itiquira, com 267000t e Rondonópolis, com 146000t.

Já a produção de algodão no estado, mais que decuplicou no período, passando de menos de 5000t em 1980 para quase 58000t em 1990, com destaque para as mesorregiões norte (25000t) e sudoeste matogrossense (22000t), embora essa produção fosse irrisória, se comparada à que estava por vir na década seguinte. (fig.04/ tab.08 e 09)

Em relação à mesorregião sudeste matogrossense, pode-se dizer que não houve variações significativas no período, com a produção restrita aos três municípios que já produziam em 1980, acrescidos do município de Juscimeira, atingindo um total de 5000 toneladas para o conjunto da mesorregião, que, no entanto, viria a se tornar a principal produtora do estado na década seguinte.

A verificação da evolução dos rebanhos no período, segundo as mesorregiões, demonstra o forte incremento do rebanho bovino em todas elas, especialmente na mesorregião

norte matogrossense (555%), seguindo-se a mesorregião sudeste (100%), sudoeste (90%) e nordeste (68%), excetuando-se a mesorregião centro-sul que, conforme já mencionado, em função da crescente complexidade administrativa e conseqüente priorização do setor serviços, apresentou uma variação negativa de 21% no período. (fig.05/ tab. 10 e 11)

Quanto à distribuição desse rebanho, segundo os municípios da mesorregião sudeste matogrossense, destacam-se os municípios de Poxoréu (294000 cabeças), Rondonópolis (251000 cabeças), Pedra Preta (232000 cabeças) e Itiquira (220000 cabeças), registrando-se, ainda, duas variações negativas (Ponte Branca e Jaciara), pouco significativas.

Em relação ao rebanho suíno, verificou-se um aumento desse contingente para todas as mesorregiões, à exceção da mesorregião centro-sul, que apresentou uma variação negativa de 42%, provavelmente pelas mesmas razões descritas anteriormente, destacando-se, ainda, o crescimento desse rebanho na mesorregião norte matogrossense (966%), passando de um contingente de 42000 cabeças em 1980 para 450000 cabeças em 1990. (fig.05/ tab.12 e 13)

Na distribuição desse rebanho, segundo os municípios da mesorregião sudeste matogrossense, destaca-se o município de Poxoréu, com um efetivo de 30000 cabeças, seguido dos municípios de Juscimeira e Alto Araguaia, ambos com 14000 cabeças, verificando-se, entretanto, uma variação negativa em sete municípios, atingindo, principalmente, Rondonópolis, Pedra Preta e Jaciara.

Já o contingente de aves mais que dobrou no período, para o conjunto da UF, destacando-se a mesorregião norte matogrossense, com uma variação de 950% (mais de três milhões de unidades), equivalente a metade do total do estado. Entretanto, a mesorregião centro-sul teve uma variação negativa no período de 22%, confirmando a diminuição do peso do setor primário na formação da riqueza mesorregional, registrando-se, ainda, o fraco incremento do contingente de aves na mesorregião sudeste matogrossense, permanecendo pouco abaixo de 700000 unidades. (fig.05/ tab.14 e 15)

Quanto à distribuição desse contingente pelos municípios da mesorregião sudeste, destacam-se os municípios de Alto Araguaia e Poxoréu, ambos com mais de 100000 unidades, registrando-se, entretanto, variações negativas em seis municípios, com destaque para Rondonópolis que teve seu contingente diminuído de 135000 para 46000 unidades.

Acompanhando o aumento da produção, a evolução da capacidade de estocagem, iniciada no começo da década de 80, com a implantação da infra-estrutura de armazenamento, ocorreu de forma generalizada para todo o estado, inclusive para as mesorregiões com menor potencial produtivo.

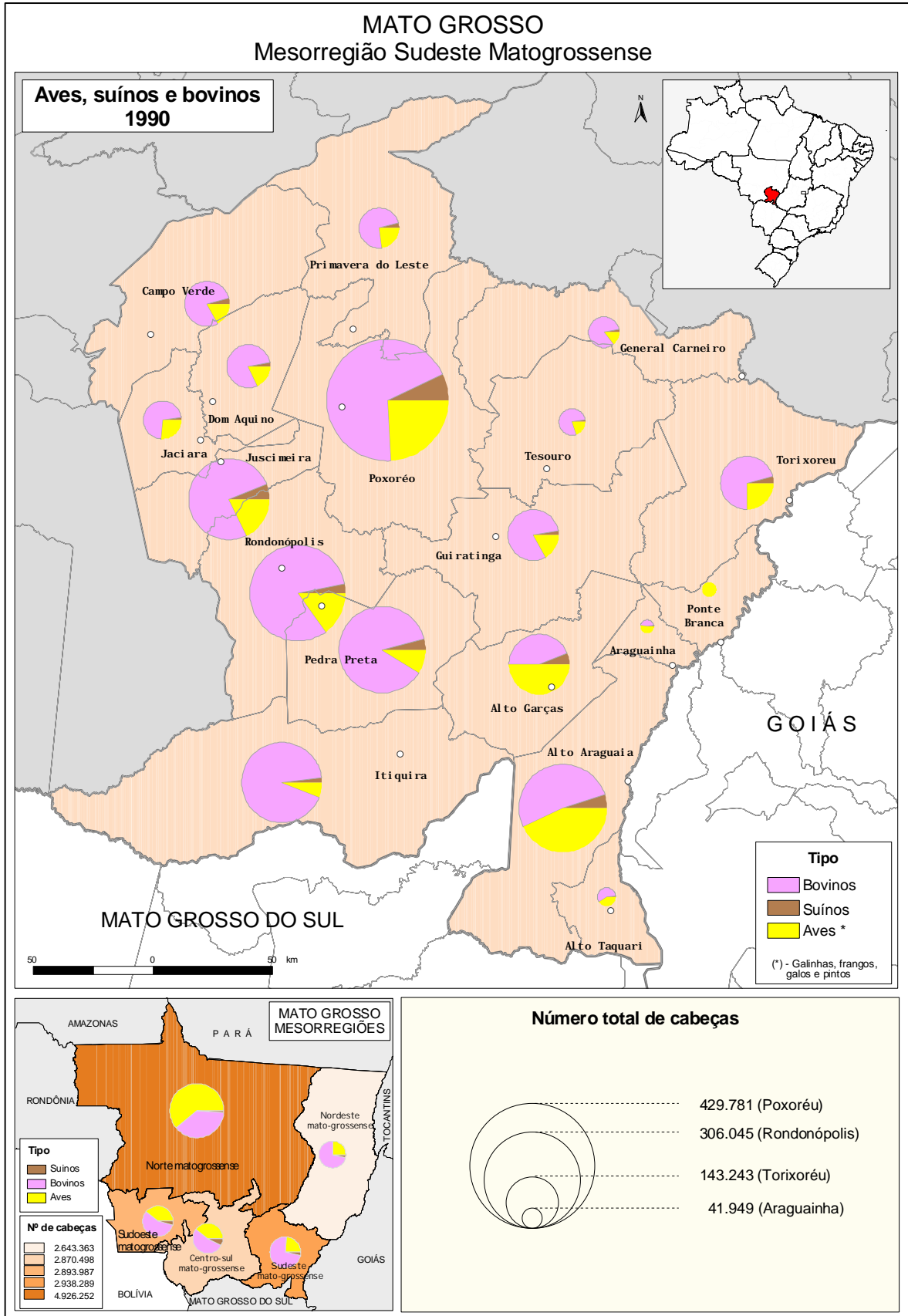


Figura 05 – Tamanho dos rebanhos em 1990
(Fonte: IBGE/BME/PPM-Produção Pecuária Municipal)

Dessa forma, a mesorregião centro-sul, a despeito de registrar um decréscimo na sua produção, teve aumentada a sua capacidade de armazenamento de 180t para 546000t, no período, enquanto as mesorregiões nordeste e sudoeste matogrossense, por sua vez, passaram de uma situação de inexistência de infra-estrutura de armazenagem para uma capacidade estática de 243000 e 163000 toneladas, respectivamente. Já as mesorregiões sudeste e norte matogrossense, confirmando seu enorme potencial produtivo, atingiram uma capacidade de estocagem da ordem de 1,5 milhões e 2,2 milhões de toneladas, respectivamente.

Na verificação da distribuição dessa capacidade, internamente à mesorregião sudeste matogrossense, anteriormente restrita aos municípios de Rondonópolis e Alto Araguaia, constatou-se, de forma semelhante, a implantação da infra-estrutura de armazenagem em vários municípios, com destaque para Primavera do Leste (342000t), Campo Verde (173000t), Itiquira (155000t), Alto Taquari (110000t), Alto Garças (83000t) e Pedra Preta (60000t), sendo que Rondonópolis ampliou sua capacidade para 465000t. (fig.08/ tab.16)

Castro & Fonseca (1995), exemplificam a estratégia de localização dessa infra-estrutura, em Mato Grosso, através da atuação dos grupos Ceval e Sadia que, juntamente com o grupo Perdigão, formam o conjunto das três principais empresas agropecuárias do estado.

Dessa forma, o grupo Ceval instala-se em Rondonópolis em 1980, construindo armazéns graneleiros e silos com capacidade de 18 mil toneladas, expandindo, a partir de 1983, suas atividades para a mesorregião norte matogrossense, ao longo da BR-163. Em 1990 já contava com mais de dez armazéns e vinte silos graneleiros gigantes, sendo que as unidades próximas à fábrica, situadas em Rondonópolis e Campo Verde, ambas na mesorregião sudeste matogrossense, possuíam a capacidade de estocagem de mais de 100 mil toneladas. Já o grupo Sadia, instalado em Mato Grosso desde 1983, com a implantação de unidades no meio norte do estado, somente em Rondonópolis (onde instalou uma fábrica em 1986), Primavera do Leste e Campo Verde, todas na mesorregião sudeste matogrossense, acumulou capacidade de estocagem de mais de 150 mil toneladas.

A evolução da produção agropecuária da mesorregião sudeste matogrossense, na década de 80, impulsionou, de forma decisiva, novos investimentos na agroindústria que, antes restritos ao segmento de beneficiamento, fabricação e comercialização de produtos do arroz, conforme a CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas - (IBGE), passam a indicar claramente o processo de diversificação produtiva que se instala naquele espaço, através da instalação de empresas fabricantes de fertilizantes, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas, produção de óleo bruto e beneficiamento de algodão, consolidando o município de Rondonópolis como um dos principais núcleos urbanos do Centro-Oeste.

Acompanhando o espetacular crescimento da capacidade estática de armazenamento e o fortalecimento do processo de diversificação produtiva, 37 empresas, ligadas ao segmento agroindustrial, instalam-se em municípios componentes da mesorregião sudeste matogrossense no período que vai de 1981 a 1990, estando assim distribuídas (CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS – IBGE): (fig.12)

- 19 empresas relacionadas ao beneficiamento e fabricação de produtos de arroz, sendo 8 em Rondonópolis, 1 em Guiratinga, 1 em Juscimeira, 1 em Primavera do Leste, 1 em Campo Verde, 1 em Alto Taquari, 1 em Itiquira, 2 em D. Aquino, 2 em Jaciara e 1 em Ponte Branca.
- 7 empresas ligadas à produção de óleos vegetais em bruto, sendo 5 em Rondonópolis, 1 em Campo Verde e 1 em Alto Taquari.
- 3 empresas dedicadas à fabricação de fertilizantes, sendo 1 em Rondonópolis, 1 em Primavera do Leste e 1 em Campo Verde.
- 1 empresa de beneficiamento de algodão, localizada em Rondonópolis.
- 1 empresa fabricante de máquinas e equipamentos para a agricultura, localizada em Rondonópolis.
- 1 empresa fabricante de tratores agrícolas, situada em Campo Verde.
- 3 empresas atacadistas de matérias-primas agrícolas, sendo 2 em Itiquira e 1 em Jaciara.
- 1 cooperativa de preparo do leite em Juscimeira.
- 1 empresa dedicada à coleta de látex e a fabricação de pneus e artefatos de borracha em Itiquira.

Castro & Fonseca (1995), observam que os investimentos agroindustriais associados à cadeia de soja, realizados na região do cerrado central nos últimos anos da década de 1980, refletem o esforço concentrado de ampliação da capacidade produtiva de algumas das maiores empresas do segmento carne-óleos-rações, tanto em função de decisões de realocação, motivadas pela tendência das empresas de situarem suas plantas de extração de óleo bruto junto às regiões com maior potencial produtivo, como pelo maior rendimento no processo de extração do óleo e do farelo, em razão da melhor qualidade da matéria-prima.

Avaliando a dimensão dos investimentos realizados e considerando que a instalação de uma planta de esmagamento de soja, de porte médio/grande (entre 1000 e 1600t/dia) mobiliza recursos em torno de U\$40 milhões, as autoras estimam em U\$400 milhões o montante investido (entre financiamentos, recursos próprios e incentivos fiscais) com a instalação da capacidade produtiva no Cerrado Central, entre 1987 e 1991, a maior parte em Mato Grosso,

especialmente em Rondonópolis, a exemplo da Ceval e da Sadia, duas das empresas que mais investiram no período considerado.

Paralelamente ao vigoroso crescimento da produção, registrou-se, no período, o desenvolvimento fragmentado de um pequeno número de centros urbanos, geralmente vinculados ao suporte das atividades agroindustriais ou administrativas, embora os principais núcleos regionais do Centro-Oeste, Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande, confirmassem a concentração da maior parte da população, assim como da quase totalidade das principais funções urbanas.

Dessa forma, esse novo espaço urbano estruturado pela agricultura moderna, estaria voltado para o fornecimento das condições gerais exigidas pela produção, constituindo o suporte material onde se instalam as atividades comerciais à ela relacionadas, bem como os serviços de consultoria, planejamento, redes de informação e fornecimento de crédito, assegurando as atividades de gestão e reafirmando, conforme Bernardes (2005), que *“a cidade fornece a presidência do mundo rural, mundo que é extremamente vulnerável ao grande capital, resultando no surgimento de distintas territorialidades no interior desses urbanos.”*

Nesse sentido, Becker (2004), observa que as transformações processadas na economia, aliadas à políticas públicas, promoveram a incorporação ao tecido produtivo de núcleos de segunda ordem, a exemplo de algumas cidades do interior matogrossense que, ao concentrar os serviços e a mão-de-obra envolvidos no processo de produção agroindustrial tecnificado, tornaram-se pontos de apoio técnico e operacional. Cidades como Rondonópolis, por exemplo, afirmam-se como núcleos de difusão da comunicação regional, além de pólos concentradores da indústria de fertilizantes, de algodão e de esmagamento da soja, atraindo elevados investimentos nesses setores.

Na conformação espacial do sudeste do estado do Mato Grosso, acompanhando o processo de urbanização, mais quatro municípios foram criados na década, aumentando para dezoito as prefeituras componentes da mesorregião sudeste matogrossense. À exceção do município de Alto Taquari, desmembrado do município de Alto Araguaia, em 1986, e limítrofe ao estado de Goiás, os demais municípios criados no período - Juscimeira (1981), originado de Jaciara; Primavera do Leste (1986), originado de Poxoréu, Cuiabá e Barra do Garças; e Campo Verde (1989), originado de Cuiabá e Dom Aquino, situam-se na porção noroeste dessa mesorregião, confirmando o padrão descrito anteriormente, de tendência à ocupação preferencial em direção às áreas setentrionais do estado.

Completando a malha municipal atual, mais quatro municípios foram criados na década de 1990, sendo dois na porção nordeste da mesorregião sudeste matogrossense- Pontal

do Araguaia (1993), originado dos municípios de Torixoréu e Guiratinga, e Ribeirãozinho (1993), originado do município de Ponte Branca-, e dois na região noroeste dessa mesorregião- São Pedro da Cipa (1993), originado dos municípios de Jaciara e Dom Aquino, e São José do Povo (1992), originado do município de Rondonópolis. (fig.01/ tab.01)

O IBGE, na publicação TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS – Uma Análise dos Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 – estabelece uma classificação para estratificar as taxas de crescimento populacional dos municípios brasileiros no período 1991/2000. Dessa forma, para efeito das análises, os municípios foram classificados em quatro classes, segundo as taxas médias geométricas de crescimento anual da população, referentes aos municípios que tiveram taxas negativas (perda populacional) e aos que tiveram crescimento entre 0% e 1,5% (crescimento baixo ou moderado e, provavelmente, abaixo do crescimento vegetativo); entre 1,5% e 3% (municípios com crescimento médio); e acima de 3% ao ano (municípios com crescimento acelerado).

Entre os municípios que apresentaram crescimento populacional negativo, no período, a grande maioria possuía população de até 50000 habitantes (99,2%) os quais concentravam também, a maior parte da população desse grupo (92,2%), revelando uma associação destes municípios com os que foram criados no transcurso de 1991 a 2000.

A esse respeito, Bernardes (2005), observa que as cidades surgem e crescem rapidamente em áreas de expansão recente da fronteira agrícola, sendo que os distritos desmembrados dos municípios de origem, frequentemente já se tornaram grandes produtores, o que coloca o processo de produção e expansão da fronteira da soja como principal responsável pelo notável crescimento das áreas urbanas em Mato Grosso.

Entre os municípios da mesorregião sudeste matogrossense que apresentaram perda de população no período 1991-2000, figuram Araguainha (-0,52%); Dom Aquino (-0,45%); Guiratinga (-1,72%); Ponte Branca (-1,06%); Poxoréu (-1,95%); Tesouro (-4,10%) e Torixoréu (-1,84%).

No grupo de municípios da mesorregião sudeste matogrossense que apresentou um ritmo de crescimento anual baixo, entre 0% e 1,5%, portanto abaixo da média nacional (1,6% ao ano), no período de referência, figuram os municípios de Alto Araguaia (0,65%), Alto Garças (0,04%), General Carneiro (0,11%), Juscimeira (1,09%), São José do Povo (0,42%) e São Pedro da Cipa (0,65%).

Já no conjunto de municípios dessa mesorregião, classificados como de crescimento médio (1,5% a 3% ao ano), estão os municípios de Itiquira (1,57%), Jaciara (2,68%), Pedra Preta (2,19%) e Rondonópolis (2,20%), enquanto na classe dos municípios que tiveram um

crescimento alto (acima de 3% ao ano), figuram Alto Taquari (4,53%), Campo Verde (12,6%), Pontal do Araguaia (3,92%), Primavera do Leste (13,86%) e Ribeirãozinho (3,73%). (fig.06)

A esse respeito, a análise observa que os municípios com crescimento acima de 5% ao ano situavam-se, principalmente, no estado do Mato Grosso, seguido dos estados do Pará e de São Paulo, destacando uma área de crescimento proeminente na Amazônia Legal, onde os municípios de Campo Verde e Primavera do Leste, ambos criados na segunda metade da década de 1980 e limítrofes à mesorregião norte matogrossense, com taxas médias geométricas de crescimento anual acima de 12%, confirmam o padrão de expansão e dinamização em direção às áreas setentrionais do estado, no eixo da BR-163.

Conforme a classificação estabelecida pelo REGIC (IBGE/1993), os dois principais centros urbanos do estado de Mato Grosso referem-se à aglomeração urbana regional, não metropolitana, de Cuiabá, capital do estado e situada na região de influência de São Paulo, e Rondonópolis, núcleo da mesorregião sudeste matogrossense e integrante da rede urbana comandada por Cuiabá, classificado como centro urbano isolado regional nível 2, que se refere à cidades que tiveram grande parte de seu crescimento populacional relacionada aos fluxos migratórios direcionados às áreas de fronteira, em décadas anteriores, e cuja dinâmica estendeu-se aos anos 80 e 90.

Nessa classificação, a área de influência de Rondonópolis não conforma uma aglomeração urbana e seu poder de centralidade situa-se entre os níveis médio e médio para forte, com a PEA em atividades urbanas situando-se entre 75% e 93%, e os volumes populacionais variando de 80 mil a 140 mil habitantes. De maneira geral, esses centros urbanos isolados mantiveram seus ritmos de crescimento populacional dos anos 80 para os anos 90, demonstrando o vigor dessas localidades na nova dinâmica econômica do Centro-Oeste (IBGE/IPEA/UNICAMP, 1999)

A década de 1990 veio confirmar o vigor da nova dinâmica imprimida aos processos em curso no Centro-Oeste, que atuando numa escala ampliada, reafirmam o novo padrão agrário que, aos poucos, se consolida e torna-se mais complexo, à medida que o processo de industrialização da agricultura ultrapassa o patamar de simples usuário de insumos industriais para assinalar um momento de inflexão, a partir do qual a indústria passa a indicar a direção, a maneira e o ritmo das mudanças na base técnica da agricultura, integrando-a à sua dinâmica e condicionando seu crescimento a partir de mudanças na estrutura produtiva e do estabelecimento de articulações diretas com a economia global e com o capital financeiro (AJARA, 2001).

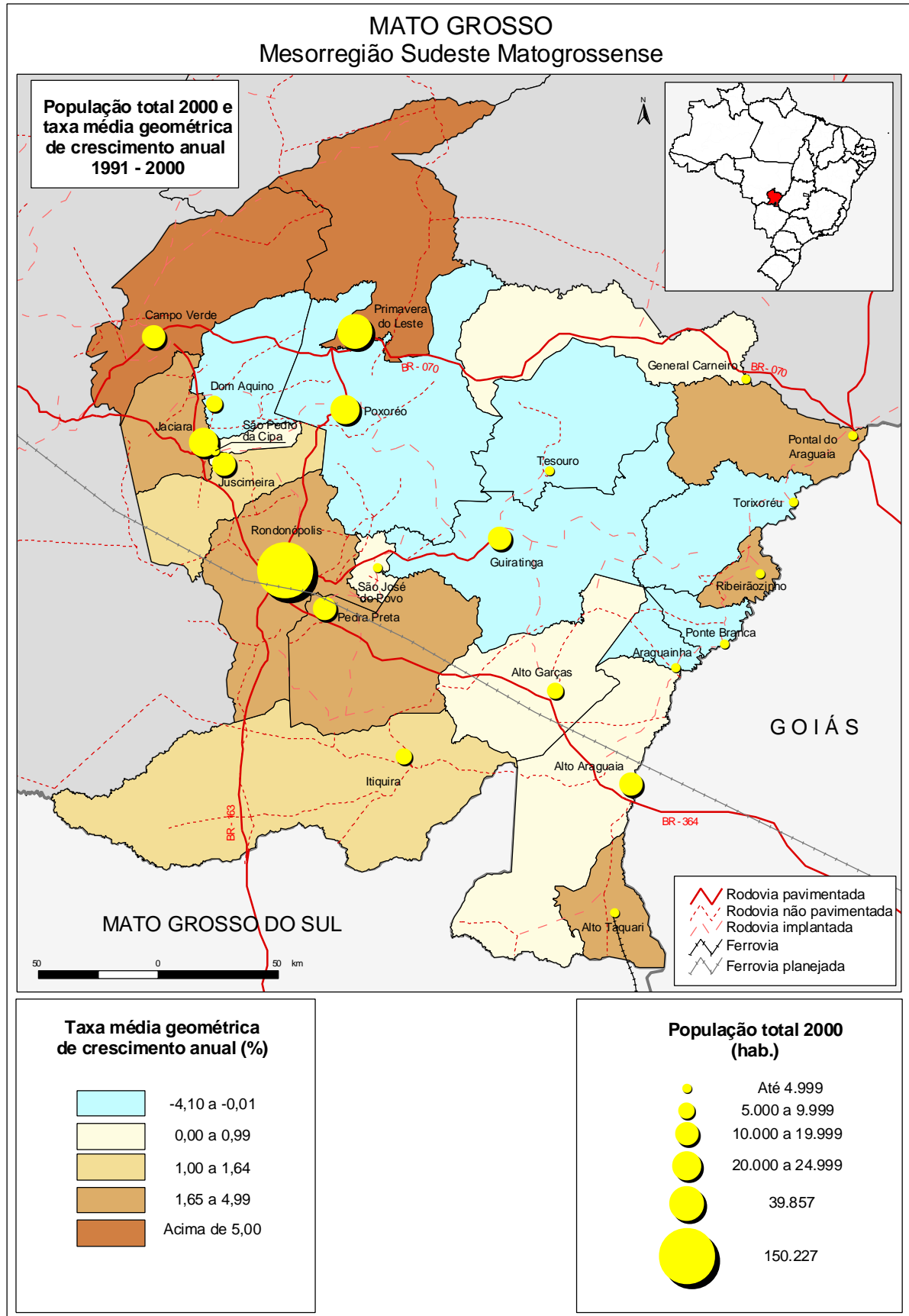


Figura 06 – População total 2000 e taxa média geométrica de crescimento anual 1991-2000.
(Fonte: IBGE/Estudos e Pesquisas vol.13-Tendências Demográficas, 2000)

Com efeito, as mudanças na estrutura produtiva e na base técnica da agricultura, dentro de um contexto de alta competitividade entre as empresas, revelam as estratégias adotadas pelos agentes hegemônicos, nos anos 90, de diversificação e integração de atividades, como garantidoras do retorno dos investimentos realizados, e da reprodução, em escala ampliada, de um modo de produção pautado em tecnologias difundidas, com sucesso, em núcleos pioneiros da mecanização da agricultura, situados no Sul-Sudeste.

Becker (2004), referindo-se à integração de atividades, observa que a expansão da lavoura tecnificada, seja de soja, milho, arroz ou algodão, não esgota o processo de consolidação da fronteira agropecuária, constituindo-se num elemento de interação na evolução do uso da terra regional com outra vertente, também inovadora, a pecuária modernizada. Da mesma forma, a tendência à convergência dos padrões regionais de ocupação e uso da terra àqueles já consolidados no Centro-Sul do país, envolvem a diversificação e a substituição da expansão horizontal pelo crescimento vertical/intensivo, dependente do uso de máquinas e insumos modernos, produzidos pelos diferentes segmentos da agroindústria.

A esse respeito, Bernardes (2003), afirma que o acelerado crescimento da produção e da produtividade do algodão em Mato Grosso, confirma a fronteira agrícola desse estado como pólo nacional de difusão de inovações no campo, o que pressupõe a existência de um mercado de máquinas e insumos, e infra-estrutura de transporte e comercialização, sinalizando que a cotonicultura, longe de constituir uma cultura pioneira, desenvolve-se no interior de um processo de tecnificação/diversificação das atividades econômicas em uma fronteira em consolidação.

Nesse contexto, Castro & Fonseca (1995), observam que a expansão e consolidação do complexo grãos-carne foi apoiado em um sistema de produção intensivo de soja e milho, em uma ponta, e a carne, em outra, compatível com estratégias de diversificação das empresas de forma coerente com sua base técnico-produtiva e com o aproveitamento de sinergias tecnológicas e comerciais, reproduzindo o processo, já ocorrido no Sul do país, de integração de atividades.

Da mesma forma, a integração do abate de aves e suínos com a produção de rações e farelos derivados de grãos, proporcionam novas oportunidades de lucro através da associação entre as duas cadeias, de grãos e carnes, a exemplo da Sadia Mato Grosso que construiu uma fábrica de rações junto à sua bateria de silos em Campo Verde, na mesorregião sudeste matogrossense, juntamente com a implantação de granjas próprias.

Na verificação dos dados referentes ao ano de 2000, segundo as mesorregiões do estado do Mato Grosso, confirma-se o padrão delineado a partir dos dados referentes a 1990, que estabelece as mesorregiões sudeste e norte como as maiores produtoras agropecuárias do estado, caracterizando um movimento de expansão dessas atividades em direção às áreas setentrionais, com a consolidação da participação da Amazônia no processo geral de transformação territorial do Brasil, a partir da expansão e intensificação da agropecuária capitalizada, naquele território.

Dessa forma, os dados referentes à evolução da produção de arroz, que tiveram uma variação negativa na década anterior para quase todas as mesorregiões do estado, voltaram a apresentar algum crescimento, destacando-se, porém, a mesorregião norte matogrossense, com um crescimento de 600%, em relação à 1990 (1,5 milhões ton.), muito acima das quase 200000 toneladas produzidas pela mesorregião nordeste matogrossense, a segunda maior produtora de arroz, no período. Já a participação da mesorregião sudeste matogrossense, na produção estadual, foi a terceira em importância, com 65000 toneladas, distribuídas, principalmente, pelos municípios de Primavera do Leste, Campo Verde e Poxoréu. (fig.07/ tab.02 e 03)

Da mesma forma, na verificação dos dados relativos às lavouras de milho, soja e algodão, constata-se a importância da participação das mesorregiões norte e sudeste na produção agropecuária do estado, a partir de um padrão altamente tecnificado, condizente com as exigências de um mercado globalizado.

Assim, a produção de milho para o ano de 2000, segundo as mesorregiões do estado do Mato Grosso, oscilou entre um crescimento de 10%, na mesorregião centro-sul e 50%, na mesorregião nordeste, além de um decréscimo de 25% na mesorregião sudoeste matogrossense, com uma produção, nessas mesorregiões, variando entre 40000 e 97000 toneladas, ao passo que a mesorregião norte, com uma variação de 290%, no período, e a mesorregião sudeste, com uma variação de 105%, produziram 800000t e 400000t, respectivamente, evidenciando a supremacia dessas mesorregiões na produção de grãos. (fig.07/ tab. 04 e 05)

Na distribuição do volume produzido, internamente à mesorregião sudeste matogrossense, destacam-se os municípios de Campo Verde (85000t) e Primavera do Leste (70000t), seguidos do município de Alto Taquari (54000t), e dos municípios de Itiquira, Jaciara e Guiratinga, com uma produção entre 22000 e 24000 toneladas.

Entretanto, o espetacular crescimento da produção de soja, com variações positivas, no período, para todas as mesorregiões do estado, não deixa dúvidas sobre qual o produto

responsável pelo *boom* da agroindústria na região Centro-Oeste, confirmando o padrão estabelecido pelas mesorregiões norte e sudeste matogrossense, de maiores produtoras de grãos do estado. (fig.07/ tab. 06 e 07).

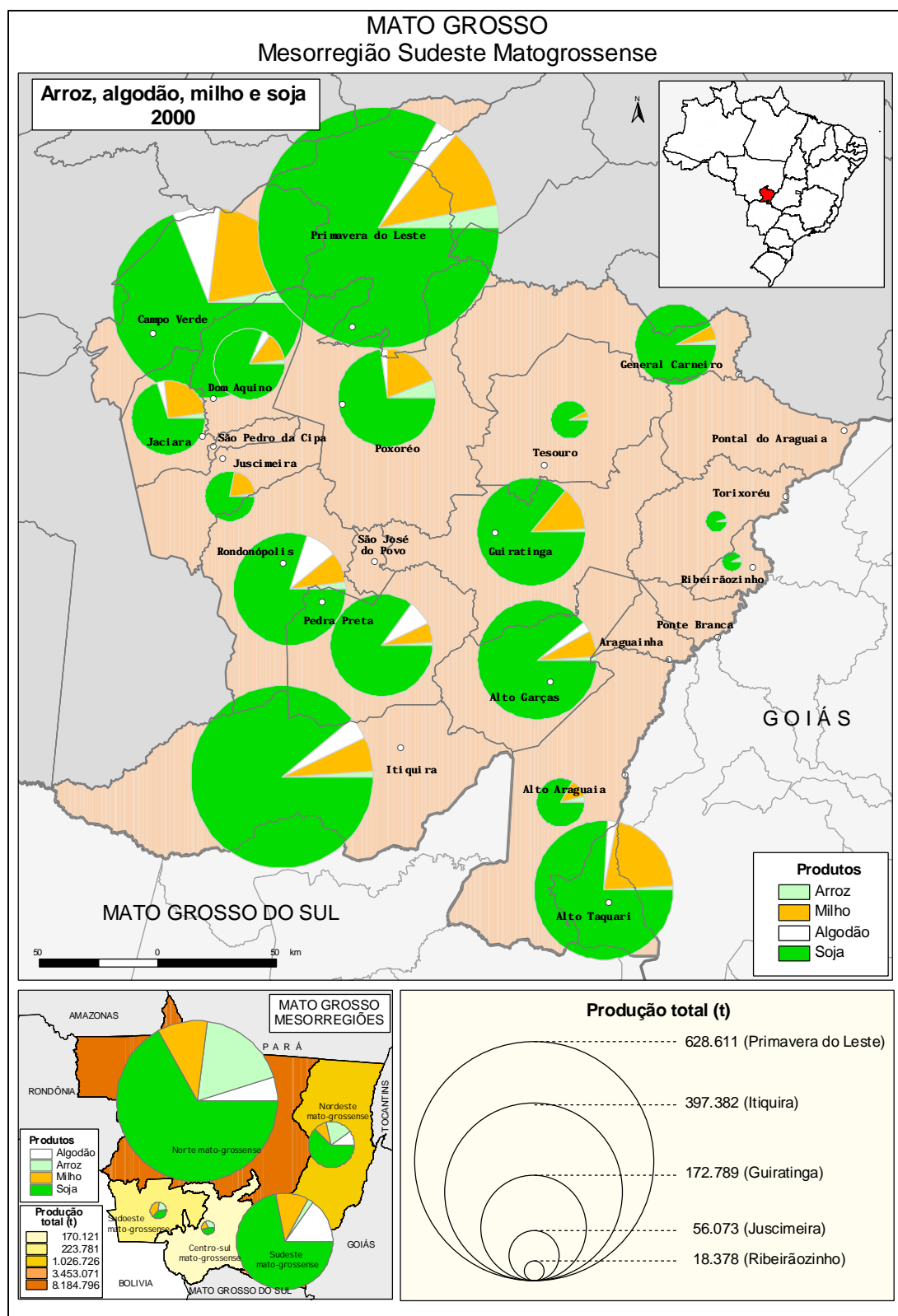


Figura 07 – Produção de arroz, milho, soja e algodão em 2000.
(Fonte: IBGE/BME/PAM – Produção Agrícola Municipal)

Com efeito, as mesorregiões centro-sul e sudoeste matogrossense, de menor produtividade, tiveram uma variação de 63% e 110%, em relação aos dados de 1990, com uma produção de 75000t e 82000t, respectivamente, enquanto a mesorregião nordeste matogrossense, firmando-se como forte produtora, produziu 630000 toneladas, com uma variação de 180% no período. Entretanto, a mesorregião sudeste matogrossense, embora com uma variação de apenas 72%, teve uma produção de 2,5 milhões de toneladas em 2000, superada apenas pela mesorregião norte matogrossense, que apresentou uma variação de 320%, atingindo uma produção espetacular de 5,5 milhões de toneladas de soja.

A distribuição dessa produção pelos municípios da mesorregião sudeste matogrossense, confirma o padrão, descrito anteriormente, de deslocamento da agropecuária tecnificada para os municípios localizados ao norte dessa mesorregião, numa trajetória que avança pela mesorregião norte matogrossense. Assim, o município de Primavera do Leste, com uma produção de mais de 520000 toneladas aparece como o maior produtor dessa mesorregião, seguido dos municípios de Itiquira e Campo Verde, com 300000t e 350000t, observando-se, ainda, uma produção entre 100000t e 200000t para os municípios de Alto Taquari, Alto Garças, Rondonópolis, Pedra Preta, Guiratinga e General Carneiro.

A esse respeito, Bernardes (2003) observa que a produção nacional de soja em 2002/2003 teve no estado do Mato Grosso seu maior contribuinte, com uma produção de quase 13 milhões de toneladas contra 10,7 milhões do Paraná e 8,9 milhões do Rio Grande do Sul, destacando-se os municípios de Sorriso e Campo Novo dos Parecis, além de uma expressiva distribuição no sudeste matogrossense. Na distribuição espacial da lavoura plantada com soja, no território matogrossense, a autora observa que grande parte do território já está ocupado com esse cultivo, restando somente algumas áreas no N, NE, NO e SO.

Da mesma forma, a cotonicultura apresentou resultados surpreendentes para o conjunto do estado, que teve uma variação de 1600% em relação ao ano de 1990, atingindo uma produção de mais de 1 milhão de toneladas e firmando-se como o maior produtor do País. Embora as mesorregiões centro-sul e sudoeste matogrossense tenham tido decréscimos da ordem de 90%, no período, a mesorregião nordeste matogrossense que, não produzia algodão anteriormente, atingiu um volume de mais de 100000 toneladas, enquanto a produção das mesorregiões norte e sudeste - a maior produtora -, com variações de 1500% e 10000%, atingia o volume de 400000t e 500000t, respectivamente. (fig.07/ tab. 08 e 09)

Na distribuição dessa produção, internamente à mesorregião sudeste matogrossense, destaca-se o município de Campo Verde, com 150000t, seguido pelos municípios de Itiquira,

Primavera do Leste, Rondonópolis e Pedra Preta, com uma produção entre 60000t e 70000t, observando-se que, na década anterior, apenas quatro municípios produziam algodão, em quantidade não significativa.

Acompanhando a ordem de grandeza dos volumes produzidos na década, o sistema de armazenamento de grãos, além do aumento da capacidade estática, apresentou importantes inovações no período, como melhoramentos nos equipamentos de secagem contínua e automatizada e alterações no sistema de fluxos de escoamento e transporte, permitindo uma melhor manutenção das características dos grãos produzidos no cerrado, como menor grau de umidade, menor teor de impurezas e maior valor protéico (BERNARDES, 2003). (fig.08/ tab. 16)

Tabela 16 – Capacidade de estocagem

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE			
Capacidade de estocagem (t)			
municípios	1980	1990	2000
Alto Araguaia	10000	44292	42520
Alto Garças	0	83860	160900
Alto Taquari	0	110340	197440
Araguainha	0	0	0
Campo Verde	0	173144	396504
Dorn Aquino	0	4000	23400
General Carneiro	0	0	0
Guiratinga	0	0	14700
Itiquira	0	155600	239280
Jaciara	0	29116	56936
Juscimeira	0	0	4800
Pedra Preta	0	60900	202360
Pontal do Araguaia	0	0	0
Ponte Branca	0	7200	0
Poxoréo	0	27300	30420
Primavera do Leste	0	342120	1043000
Ribeirãozinho	0	0	7200
Rondonópolis	17680	465175	520800
São José do Povo	0	0	0
São Pedro da Cipa	0	0	0
Tesouro	0	0	11290
Torixoréu	0	0	5400
Total meso	27680	1503047	2956950

Fonte: IBGE/SIDRA - Pesquisa de Estoques, 2000.

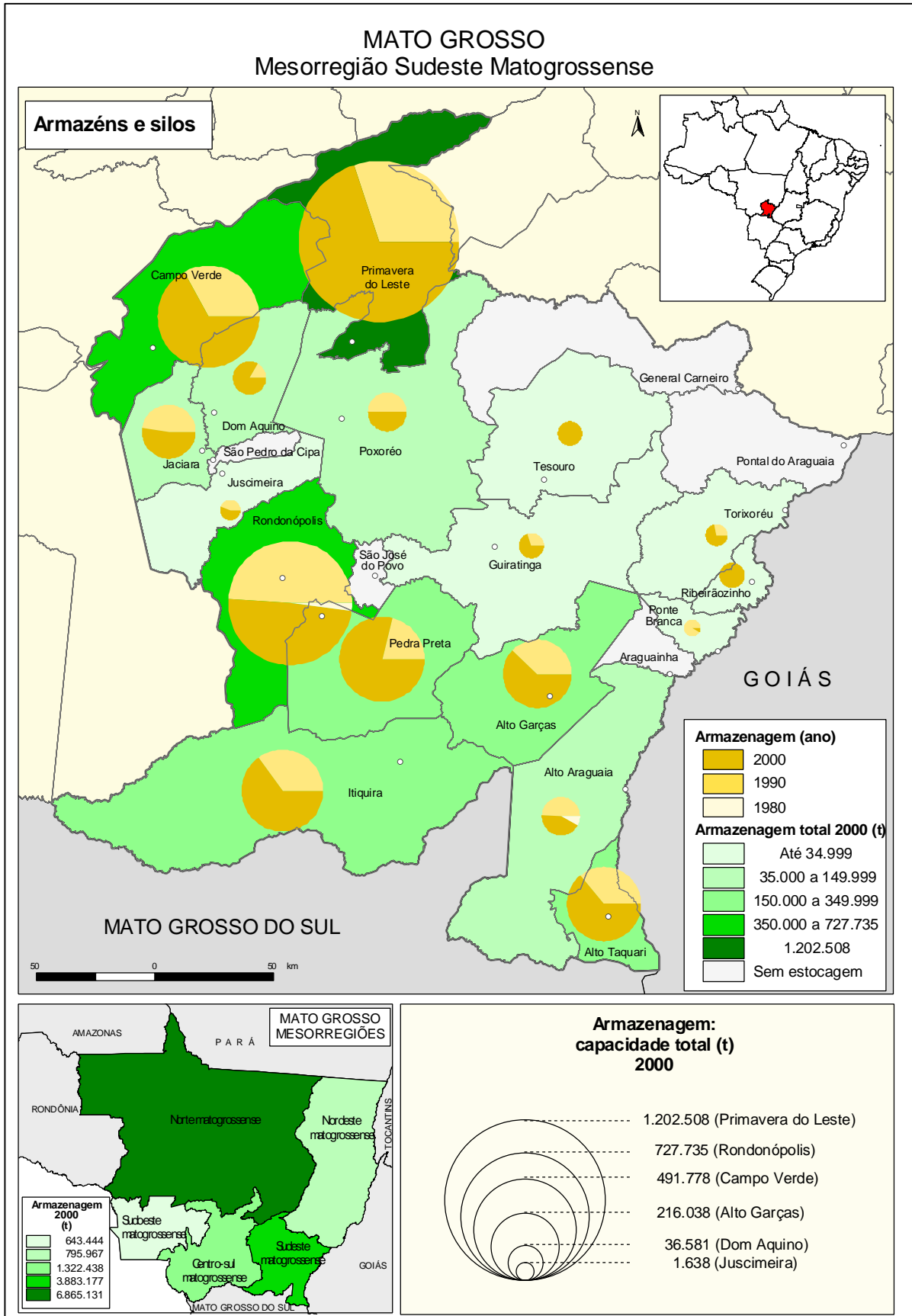


Figura 08 – Armazéns e depósitos (IBGE/SIDRA, 2000)

Nesse sentido, a autora observa que as duas grandes esmagadoras presentes em Rondonópolis, as multinacionais ADM e Bunge, dispõem hoje de plantas com capacidade de produção de 3,5 mil e 5 mil ton/dia, respectivamente, implicando, portanto, na necessidade de unidades de armazenamento, como as 15 de que dispõe a ADM, em Mato Grosso, com capacidade para 90000 toneladas, enquanto a Bunge, dispondo da mesma capacidade de estocagem, em Rondonópolis, controla, ainda, o sistema de recebimento da soja ao longo da BR-163, mantendo 17 unidades entre Nova Mutum e Sinop.

Nesse contexto, a capacidade de estocagem praticamente dobrou no período considerado, passando de 4,6 milhões de toneladas em 1990 para pouco menos de 9,2 milhões de toneladas em 2000, para o total do estado, com destaque para as mesorregiões norte matogrossense (5 milhões de toneladas) e sudeste matogrossense (3 milhões de toneladas).

Internamente à mesorregião sudeste matogrossense, que dobrou sua capacidade de estocagem no período, houve fortes variações nos municípios, com destaque para Primavera do Leste, que ultrapassou a capacidade de 1 milhão de toneladas, seguido por Rondonópolis, com mais de 500000 toneladas e Campo Verde, com 400000 toneladas, evidenciando a magnitude da produção agroindustrial e da trajetória dessa produção, em direção ao norte do estado.

Quanto aos rebanhos, constatou-se que a evolução do rebanho bovino foi positiva para todas as mesorregiões do estado, com variações entre 15% (mesorregião sudeste) a 265% (mesorregião norte), atingindo um efetivo de quase 19 milhões de cabeças, distribuídas de forma mais ou menos equilibrada, destacando-se, entretanto, a mesorregião norte matogrossense, que atingiu um efetivo de quase 7 milhões de cabeças contra 4 milhões da mesorregião nordeste matogrossense. (fig.09/ tab. 10 e 11)

A mesorregião sudeste matogrossense, com uma variação de apenas 15%, no período, e um efetivo de 2,5 milhões de cabeças, manteve um crescimento uniforme para quase todos os municípios, destacando-se Rondonópolis, com quase 300000 cabeças, seguido pelos municípios de Itiquira, Pedra Preta e Poxoréu, todos com mais de 240000 cabeças.

Em relação aos suínos, constatou-se uma forte variação negativa para as mesorregiões centro-sul e sudoeste matogrossense (45% e 55%, respectivamente), assim como para a mesorregião norte (10%), que, no entanto, manteve o contingente mais expressivo do estado, com um efetivo de 400000 cabeças, contra 150000 cabeças na mesorregião sudeste matogrossense. (fig.09/ tab. 12 e 13)

Em relação à distribuição desse efetivo na mesorregião sudeste, destaca-se o município de Rondonópolis, com uma variação de 390% na década, atingindo um efetivo de

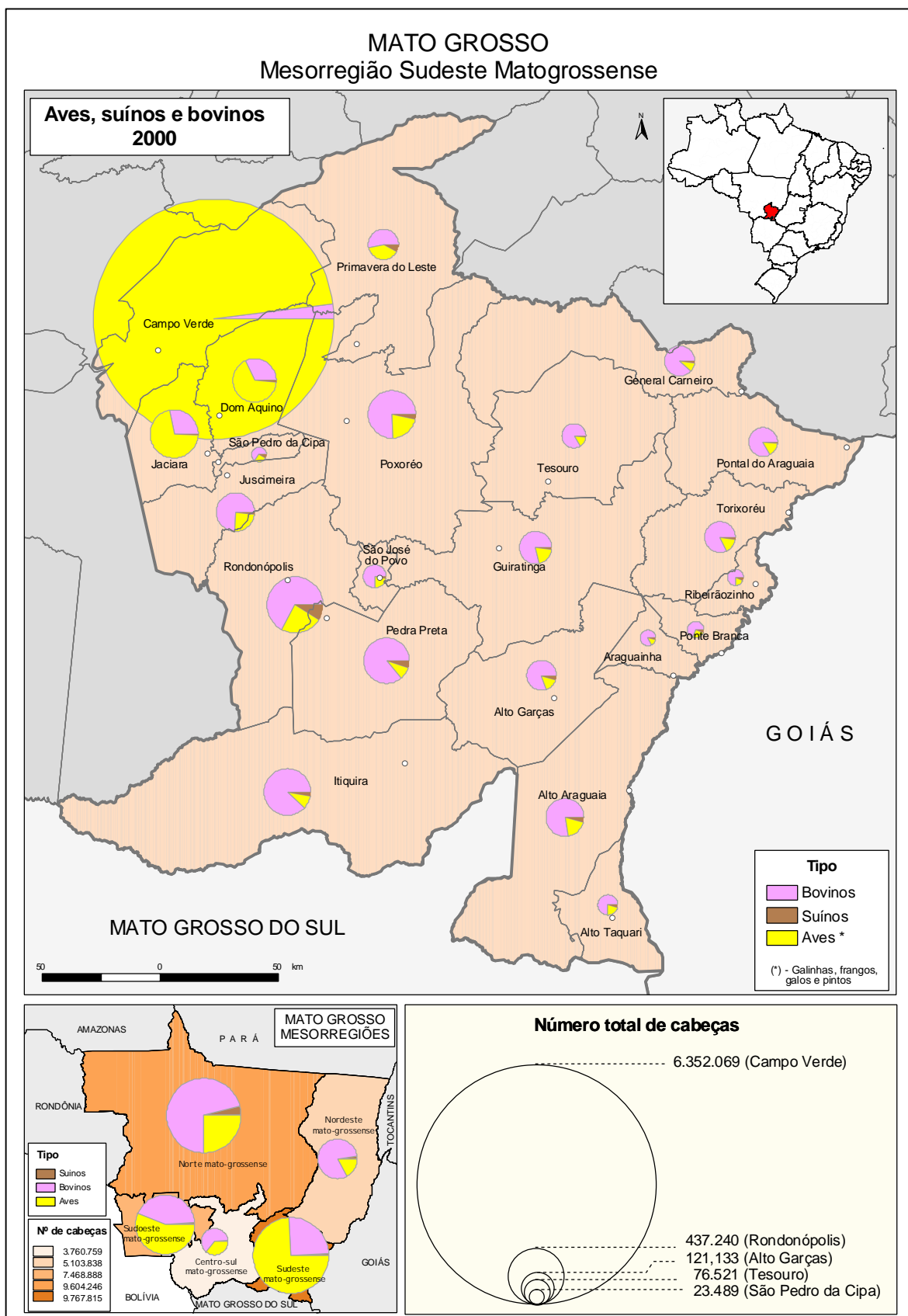


Figura 09 – Tamanho dos rebanhos em 2000.
(Fonte: IBGE/BME/PPM – Produção Pecuária Municipal)

mais de 40000 cabeças, seguido pelos municípios de Campo Verde, Pedra Preta e Primavera do Leste, com o tamanho dos rebanhos variando entre 10000 e 16000 cabeças.

Entretanto, chama a atenção a evolução do contingente de aves, que passou de menos de 7 milhões de unidades, no estado, em 1990, para 16 milhões em 2000, destacando-se as mesorregiões sudoeste matogrossense, com uma variação de 270%, e a mesorregião sudeste matogrossense, que teve uma variação de quase 1000%, no período e atingiu um efetivo de mais de 7 milhões de unidades, concentradas, principalmente, no município de Campo Verde, de longe o maior produtor isolado do Centro-Oeste, com mais de 6,2 milhões de aves. (fig.09/ tab.14 e 15)

De maneira geral, pode-se dizer que o expressivo crescimento da produção regional, dentro de um contexto de acirramento competitivo e de seletividade espacial, aprofundou a reestruturação do território, nos anos 90, com reflexos na dinamização do mercado de terras e o emprego de novas tecnologias, geradas, principalmente, para a expansão do cultivo da soja em domínios ecológicos diversos.

As estratégias adotadas pelos agentes hegemônicos, especialmente na vasta área compreendida pelas mesorregiões sudeste e norte matogrossense, passam a envolver um conjunto de decisões articuladas, objetivando agregação de valor ao capital, num contexto de acirramento do processo competitivo que implica em diversificação e integração de atividades, como a pecuária em bases técnicas modernas, a criação de aves e a suinocultura.

A esse respeito, Bernardes (2000), observa que a compreensão do padrão de expansão da soja e de sua articulação com outras atividades, exige o conhecimento das múltiplas influências que constroem a evolução da técnica nesse território, sendo que as bases referenciais desse modelo refletem-se em projetos reveladores da difusão de processos já vivenciados e consolidados no sudeste de Mato Grosso, particularmente no complexo agroindustrial de Rondonópolis, numa busca de aperfeiçoamento do modelo para sua reprodução ampliada e correção de possíveis distorções.

Exemplificando como se dá a reprodução do modelo de organização técnico-científico da atividade sojífera do sudeste de Mato Grosso, e das intensas ligações entre as duas principais áreas produtoras de soja do estado, a autora observa que esse modelo alcança sua plenitude na Chapada dos Parecis, no meio-norte do estado, onde o grupo Maggi articula cerca de 270 proprietários e explora um potencial aproximado de 500000 ha, desenvolvendo uma agricultura cada vez mais industrializada e capitalizada, financiando sementes, diesel, custeio, mão-de-obra e demais insumos, além de avalizar o crédito para a aquisição de

máquinas, numa repetição da ação desenvolvida em Rondonópolis, desde 1985, quando lá se instalou, sendo essa organização e produção, determinantes na organização regional.

Além da utilização de sementes melhoradas e do uso intensivo de outros insumos, como calcáreo, adubo, herbicidas, fungicidas e inseticidas, observa-se, da mesma forma, o uso intensivo de máquinas e equipamentos na ampliação da escala de produção. O grupo Maggi, um dos agentes que mais concentra e centraliza as atividades nessa região, possui um imenso parque de máquinas para uso próprio e para aluguel, contando mais de 60 colheitadeiras, uma grande variedade de plantadeiras, adequadas a cada tipo de solo, máquinas de plantio direto, 18 pivôs e grande quantidade de aviões agrícolas (BERNARDES, 2000).

Nesse sentido, a autora esclarece que, no que se refere ao padrão mecânico, foram comercializadas 2810 máquinas agrícolas em 2001, no estado do Mato Grosso, englobando plantadeiras, colheitadeiras, retroescavadeiras e tratores em geral, correspondendo a 48% do total de máquinas comercializadas no Centro-Oeste e a 8% do total do país, destacando, ainda, o elevado número de empresas autorizadas para comercialização de agrotóxicos nas áreas sojíferas, a exemplo de Primavera do Leste (25) e Rondonópolis (18), na mesorregião sudeste matogrossense.

Exemplificando as articulações espaço-temporais, viabilizadas pela tecnologia, que estão na raiz da rápida expansão da soja no Centro-Oeste, Becker (2003) também refere-se ao grupo Maggi, considerado um caso exemplar da geopolítica e da logística contemporânea das empresas, identificando quatro espaços-temporais no caminho percorrido pelo grupo, dentre o conjunto das estratégias utilizadas.

O primeiro, referente à escala local, deu-se com a abertura da fronteira no Oeste do Paraná (1955-1978), através da exploração da indústria madeireira, cuja decadência proporcionou a implantação da soja, estimulando André Maggi a criar a Empresa Sementes Maggi, dando início ao grupo em 1976.

O segundo momento, referente à escala regional, deu-se com a abertura da fronteira no Centro-Oeste (1979-1985), quando o estado do Mato Grosso, no contexto do II PND, passa a atrair empresas, pelas vantagens locais que apresentava. Assim, em 1979, o grupo Maggi instala-se no estado e expande-se através da consolidação do comércio, produção de sementes e do estabelecimento de vínculos comerciais/financeiros com os produtores, terceirizando as relações de trabalho e diversificando as atividades em vários municípios do sudeste e noroeste do estado, expandindo-se, dessa forma, pela concentração horizontal e vertical.

O terceiro momento, referente às escalas nacional e internacional (1985-1992), marca o fortalecimento da concentração vertical, quando o Grupo, já instalado em Rondonópolis, busca a inserção no circuito mercantil-financeiro internacional, através da articulação com *tradings* transnacionais, ao mesmo tempo que procede à uma ordenação territorial em rede multifuncional e multilocalizada, incluindo ocorrências no espaço geográfico da Amazônia.

O quarto momento, referente às escalas global e nacional (1993 em diante), marca a consolidação da fronteira internacional e a abertura da fronteira na Amazônia florestal, quando o Grupo, já transformado numa *trading*, amplia sua atuação internacional e abandona a dependência a parceiros, iniciando o escoamento da produção pelos portos do norte, como alternativa aos portos do sul do País.

As estratégias básicas que possibilitaram essa atuação foram, principalmente, o reforço em Ciência e Tecnologia, através da criação da Fundação de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, que mobilizou os grandes produtores para o desenvolvimento de novas variedades de soja, mais produtivas e resistentes, a exemplo de Rondonópolis que se tornou pólo difusor de tecnologia relacionada ao melhoramento genético, e a nova logística territorial, representada pela hidrovia do rio Madeira, associada aos portos de Porto Velho e Itacoatiara, inaugurada em 1997, após oito anos de estudos e busca de alianças.

Nesse sentido, Bernardes (2003), considerando a definição atual de logística que, além da gestão de fluxos entre funções de negócios, inclui todas as formas de movimentos de produtos e de informações, observa que as mudanças no ambiente do agronegócio, representadas pelo mercado, a concorrência, a evolução tecnológica e a regulamentação governamental, provocam estímulos que levam à necessidade de se ajustar as estratégias e a logística de armazenamento e transporte, no território matogrossense.

Ao se analisar a logística da articulação interna/externa do território no sudeste matogrossense, reafirma-se a importância da direção definida pelo traçado dos principais eixos rodoviários, de ligação com a Região Sudeste. Entretanto, com o deslocamento da produção regional em direção às regiões setentrionais do estado, e do País, visando a reprodução de um mesmo processo no âmbito de uma ação econômica, em escala ampliada, começou a viabilizar-se o desenvolvimento dos corredores multimodais de transporte em direção aos portos situados na região norte, principalmente através de associações com investimentos privados. (fig.10)

Com efeito, tradicionalmente, a soja produzida na mesoregião sudeste matogrossense era toda direcionada à Rondonópolis e escoada para o Porto de Paranaguá, via BR-163,

inexistindo alternativas que barateassem o alto custo desse transporte, comprometendo, assim, a competitividade do produto.

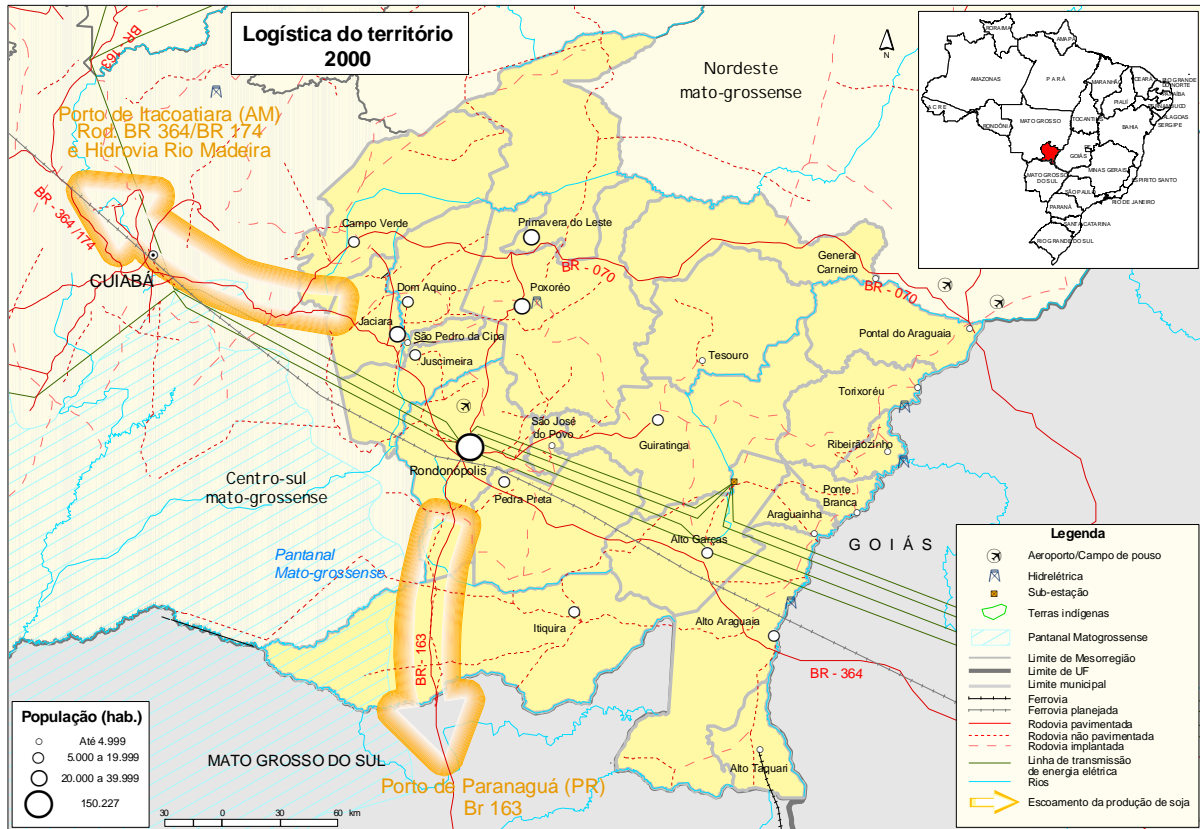


Figura 10 – Logística do território 2000.
(Fonte: IBGE – Atlas Nacional 2000)

Com a viabilização do corredor Noroeste, abrangendo a BR-364 até Porto Velho e seguindo pela hidrovia do rio Madeira até o porto de Itacoatiara, operacionalizado pelo Grupo Maggi, minimizaram-se os custos unitários de transporte, através da combinação dos diferentes modais utilizados, tornando-se uma alternativa promissora de colocação da soja proveniente do cerrado nos mercados europeus e asiáticos, a um custo competitivo. A ampliação desse corredor é parte dos planos do Grupo e deverá dar-se através da construção da rodovia MT-235, que ligará a BR-163 à BR-364, atravessando toda a Chapada dos Parecis, no norte do estado.

Outra via de grande importância na articulação interna/externa da mesorregião sudeste matogrossense, é a BR-070 que, partindo de Goiânia, cruza em toda a extensão o norte dessa mesorregião, passando pelos municípios dinamizados de Primavera do Leste e Campo Verde, conectando-se à BR-364, com destino à Cuiabá, ressaltando-se a importância das estradas estaduais que interligam todo aquele espaço aos grandes eixos da região.

Conforme referido anteriormente, encontra-se em discussão o estabelecimento de um sistema ferroviário de transporte de carga, a Ferronorte, que objetiva, através da ligação das cidades de Santarém (PA), Porto Velho (RO) e Cuiabá (MT) a Aparecida do Taboado (MS), a viabilização do escoamento da produção pela hidrovia Tietê-Paraná. Atualmente, encontra-se em operação o trecho que vai de Aparecida do Taboado até Alto Taquari, na mesorregião sudeste matogrossense, estando em construção o trecho que vai daí até Rondonópolis.

Entretanto, a construção desse trecho da Ferronorte, envolvendo a hidrovia Tietê-Paraná e a pavimentação do trecho mineiro da BR-364, que liga Frutal (MG) a São Simão (SP), poderá ocasionar expressivas transformações na logística dos fluxos nesse território, ao conferir às novas alternativas de interligação a possibilidade de alteração das áreas de influência que, historicamente, polarizaram a atividade produtiva dessa área. Pela logística presumida dos novos fluxos, haveria, por um lado, indícios do fortalecimento da posição estratégica de São José do Rio Preto (SP) e, por outro lado, grande possibilidade de perda de influência dos núcleos de Campo Grande e Três Lagoas (MS), Rondonópolis (MT) e Uberlândia (MG). (GUIMARÃES & LEME, 2002)

Além desses projetos, que contam com financiamento do governo federal, a logística do transporte, prevista para o escoamento dos grãos produzidos naquela região do cerrado brasileiro, inclui a BR-158 e a BR-242, que deverá fazer a ligação do norte de Mato Grosso com Primavera do Leste, facilitando o acesso às indústrias da região de Rondonópolis e à hidrovia do Araguaia, viabilizando um melhor escoamento da soja produzida em Sorriso, Sinop, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde.

Quanto ao fornecimento de energia no território mesorregional do sudeste de Mato Grosso, pode-se dizer que não existem problemas de desabastecimento, encontrando-se em operação a usina hidroelétrica do rio Manso, com capacidade instalada de 210 MW, visando solucionar definitivamente o estrangulamento energético do centro-sul/sudeste matogrossense, assim como um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia, ligado a Cuiabá, que desafogou o sistema energético regional. Dessa forma, em relação à matriz energética, a construção do gasoduto foi um forte fator de atração para as unidades produtivas estabelecidas ao longo de seu traçado, já que o baixo preço do combustível, somado aos incentivos fiscais, torna-se um fator de estímulo relevante aos empreendimentos privados.

Reafirmando o vigoroso crescimento da produção ocorrido ao longo da década de 1990, na mesorregião sudeste matogrossense, novos investimentos aprofundaram o processo de diversificação produtiva e integração entre os subsetores ligados à agroindústria naquele segmento do território, através da instalação de novas empresas, especialmente na porção

setentrional dessa mesorregião, confirmando o padrão de expansão descrito anteriormente, assim como a consolidação de Rondonópolis como centro de gestão e núcleo difusor.

Dessa forma, 206 novas empresas, pertencentes aos referidos subsetores econômico-produtivos, foram instaladas na mesorregião sudeste matogrossense no período que vai de 1991 a 2003, assim distribuídas (CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS - IBGE): (fig.11 e 12/ tab.17)

- 25 empresas de produção de óleos vegetais em bruto, sendo 2 no município de Alto Araguaia, 1 em Alto Garças, 1 em Alto Taquari, 3 em Campo Verde, 1 em Guiratinga, 1 em Itiquira, 7 em Primavera do Leste e 9 em Rondonópolis.
- 7 empresas de refino de óleos vegetais, sendo 3 em Rondonópolis, 1 em Campo Verde, 1 em Itiquira, 1 em Poxoréu e 1 em Primavera do Leste.
- 43 empresas de beneficiamento de arroz, sendo 1 em Alto Araguaia, 3 em Campo Verde, 1 em Dom Aquino, 1 em General Carneiro, 1 em Guiratinga, 14 em Jaciara, 4 em Juscimeira, 2 em Primavera do Leste e 16 em Rondonópolis.
- 43 empresas de beneficiamento de algodão, sendo 1 em Alto Garças, 3 em Alto Taquari, 13 em Campo Verde, 2 em Itiquira, 2 em Jaciara, 3 em Pedra Preta, 10 em Primavera do Leste e 9 em Rondonópolis.
- 17 empresas de fabricação de fertilizantes, sendo 3 em Alto Araguaia, 1 em Alto Taquari, 1 em Pedra Preta, 3 em Primavera do Leste e 9 em Rondonópolis.
- 05 empresas fabricantes de herbicidas e outros defensivos agrícolas, todas localizadas em Rondonópolis.
- 06 empresas fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas, sendo 1 em Alto Garças, 1 em Campo Verde, 2 em Primavera do Leste e 2 em Rondonópolis.
- 12 empresas de comércio atacadista de matérias primas agrícolas, sendo 1 em Itiquira, 3 em Primavera do Leste e 6 em Rondonópolis, 1 empresa de comércio atacadista de cereais beneficiados em Rondonópolis e 1 empresa de comércio atacadista de fios têxteis.
- 16 empresas de abate de reses e preparação de produtos de carne, sendo 1 em Alto Araguaia, 1 em Dom Aquino, 1 em General Carneiro, 1 em Jaciara, 2 em Pedra Preta, 3 em Primavera do Leste e 7 em Rondonópolis.
- 03 empresas de preparação da carne, banha e salsicharia, sendo 1 em Poxoréu e 2 em Rondonópolis.
- 04 empresas de preparo do leite, sendo 2 em Jaciara, 1 em Juscimeira e 1 em Rondonópolis.

- 25 empresas de fabricação de produtos laticínios, sendo 2 em Campo Verde, 4 em Dom Aquino, 3 em Guiratinga, 6 em Pedra Preta, 1 em Poxoréu, 1 em Primavera do Leste, 5 em Rondonópolis e 3 em Torixoréu.

Em complementação à análise dos dados relativos à geração da riqueza no recorte espacial em estudo, passa-se agora a focar a formação do PIB mesorregional, assim como dos Valores Adicionados na indústria, agropecuária e serviços, tendo como base os dados da publicação editada pelo IBGE, "PIB dos Municípios, 1999-2002", bem como o trabalho desenvolvido por Ajara (2001), a partir do documento "Estimativas para o PIB dos Municípios Brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996" (IPEA).

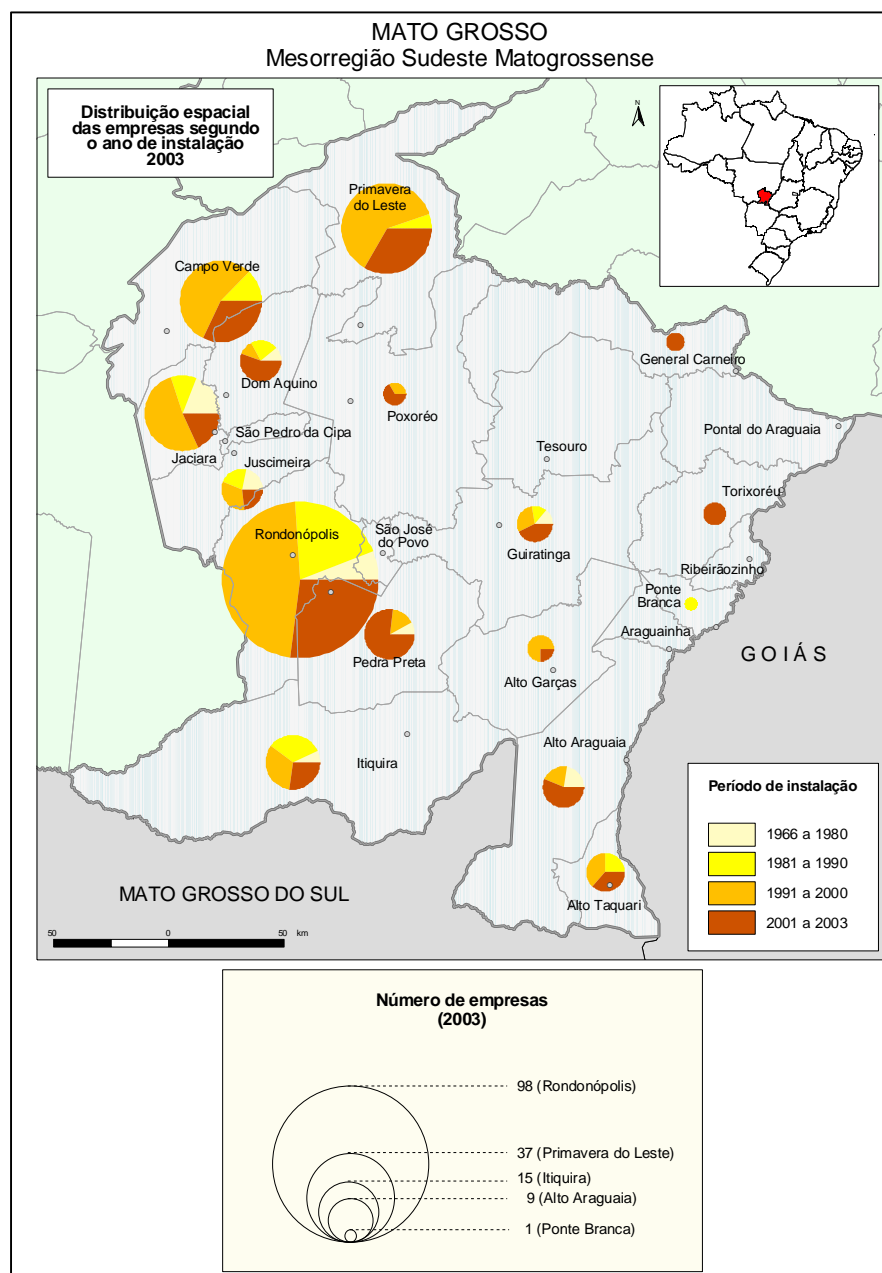


Figura 11 – Distribuição espacial das empresas segundo o ano de instalação
(Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas-2002)

Tabela 17 - Distribuição espacial das empresas segundo sua especialização e período de instalação

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE																														
Composição da grade de estabelecimentos ligados a agropecuária por subsetor produtivo																														
Produção	Período de instalação	Alto		Alto		Campo		Dom		General		Guiratinga		Jacuara		Juscimeira		Pedra		Ponte		Poxoró		Primavera		Rondonópolis		Torixoréu		TOTALS
		Araguaia	Garyas	Taquari	Verde	Aquino	Carneiro	Guiratinga	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	Jacuarã	
Produção/refino de óleos vegetais	1981-1990	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	7		
	1991-2003	2	1	1	4	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8	12	0	0	0	32		
	1981-1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
Fabricação de laticínios e preparo do	1991-2003	0	0	0	2	4	0	3	0	2	1	6	0	1	1	1	6	0	1	1	1	1	1	1	6	3	3	29		
	1981-1990	0	0	1	1	2	0	1	2	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	8	0	0	19		
	1991-2003	1	0	0	3	1	1	1	1	0	14	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	16	0	0	0	43		
Beneficiamento do algodão	1981-1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1		
	1991-2003	0	1	3	13	0	0	0	2	2	0	3	0	0	10	9	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	43		
	1981-1990	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3		
Fabricação de fertilizantes e defensivos agrícolas	1991-2003	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	14	0	0	22		
	1981-1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
	1991-2003	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Beneficiamento e fabricação de produtos da borracha	1981-1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	1991-2003	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2		
	1981-1990	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0		
equipamentos agrícolas	1991-2003	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	6		
	1981-1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3		
	1991-2003	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	8	0	0	12		
Abate e preparação de produtos de carne, banha e salsicharia	1981-1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	1991-2003	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	2	0	1	0	0	2	0	1	3	3	1	3	3	9	0	0	19		
	Total	7	3	7	27	8	2	6	9	22	7	12	1	3	34	92	3	243												

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas (tabulação especial), 2002

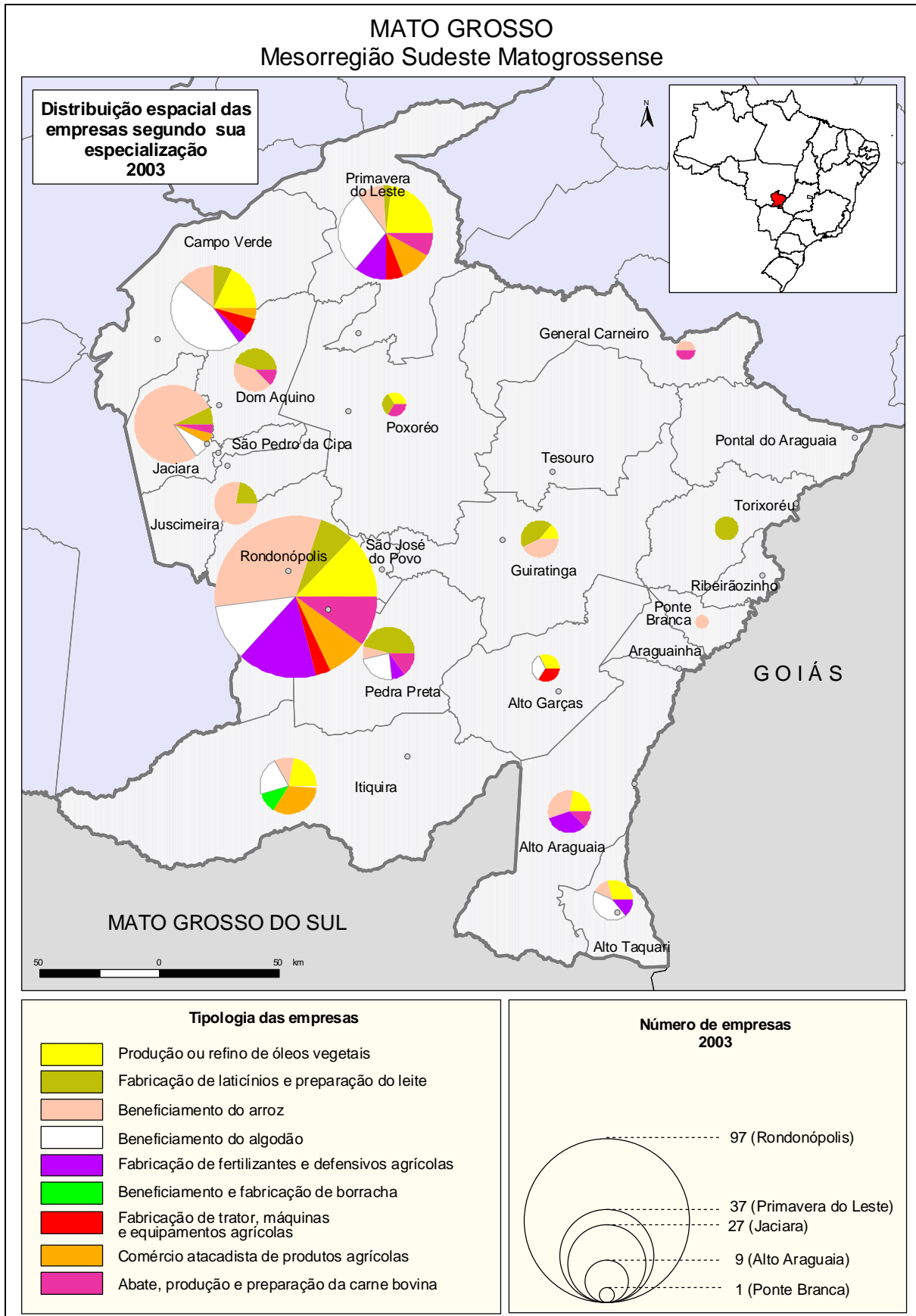


Figura 12 – Distribuição espacial das empresas segundo sua especialização (Fonte IBGE – Cadastro Central das Empresas-2002)

4.3 Um foco no PIB

Ao focar a geração de riqueza na mesorregião sudeste matogrossense, utilizou-se, como base de dados para a construção de indicadores que traduzam a situação econômico-produtiva dos municípios componentes da mesorregião em foco, a publicação Produto Interno Bruto dos Municípios, divulgada pelo IBGE (2005), que evidencia a conjuntura municipal brasileira, a partir dos resultados do PIB dos municípios, referente ao período de 1999 a 2002. (fig.13/ tab.18 e 19)

A publicação apresenta o conjunto econômico de informações municipais, através dos resultados do valor adicionado (VA), a preços correntes, da agropecuária, da indústria e dos serviços, bem como do PIB, a preços correntes, e do PIB *per capita*, calculados a partir de um processo descendente de repartição do valor adicionado das 15 atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil, obtido para cada Unidade da Federação, através de indicadores selecionados, referentes ao período de 1999 a 2002, e repartido pelos municípios (IBGE, 2005).

Ao final das operações por atividade econômica, foram obtidas as estimativas do valor adicionado (VA) de cada setor, e agregando-se o *dummy financeiro* e os impostos sobre produtos, chegou-se ao PIB, por município, em valores correntes, observando-se que essa metodologia foi desenvolvida em conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística e as Secretarias Estaduais de Governo, cabendo ao IBGE, a coordenação metodológica (IBGE, 2005).

Dentre as informações mais abrangentes, disponibilizadas pela publicação, pode-se inferir a participação relativa dos municípios na riqueza gerada, por setor de atividade, assim como a concentração da produção econômica, demonstrada, tanto através da curva de Lorenz, quanto do índice de Gini, medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Dessa forma, enquanto o Índice de Ginni para o PIB nacional em 2002, foi de 0,84, e o VA na agropecuária, indústria e serviços foi de 0,63, 0,91 e 0,85, respectivamente, para a região Centro-Oeste, caracterizada por uma menor diversidade tipológica, a concentração do PIB foi de 0,81 e os valores adicionados da agropecuária, indústria e serviços de 0,56, 0,86 e 0,89. Já para o estado do Mato Grosso, o Índice aponta para uma concentração de 0,67 do PIB estadual e de 0,52, 0,83 e 0,72, para os Valores Adicionados da agropecuária, indústria e serviços, respectivamente, confirmando o menor grau de concentração da atividade produtiva, como um todo, no estado.

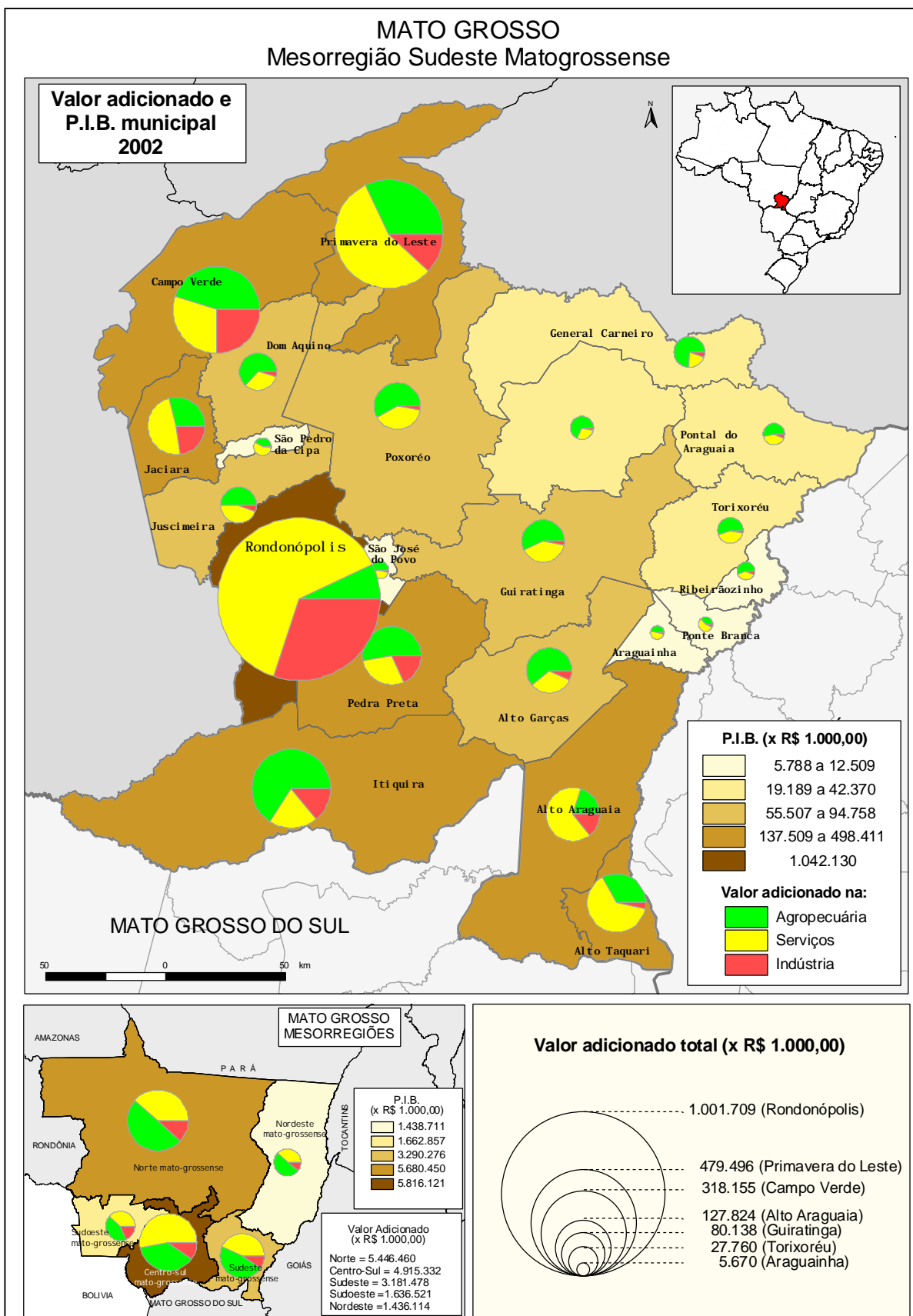


Figura 13 – Valor Adicionado e PIB municipal.
(Fonte: IBGE – PIB Municipal 2002)

Tabela 18 – Valor Adicionado e PIB por mesorregião

MATO GROSSO		
Valor Adicionado e Produto Interno Bruto (R\$) - 2002		
MESORREGIÃO	Valor Adicionado Total	PIB
Centro-Sul Matogrossense	4.915.332,36	5.816.121,17
Nordeste Matogrossense	1.436.114,92	1.438.711,35
Norte Matogrossense	5.446.640,19	5.680.449,80
Sudeste Matogrossense	3.181.478,24	3.290.276,39
Sudoeste Matogrossense	1.636.520,90	1.662.857,13
Total UF	16.616.086,61	17.888.415,84

Fonte: IBGE, PIB dos Municípios 1999 - 2002.

Tabela 19 – Valor Adicionado e PIB por município

MESORREGIÃO SUDESTE MATOGROSSENSE						
Valor Adicionado e Produto Interno Bruto (R\$) - 2002						
MUNICÍPIO	Valor Adicionado na agricultura	Valor Adicionado na indústria	Valor Adicionado nos serviços	Valor Adicionado Total	PIB	PIB per capita
Alto Araguaia	25.050,53	18.618,16	84.154,87	127.823,56	137.508,74	11.860,34
Alto Garças	55.489,93	6.525,11	28.689,82	90.704,87	92.843,25	11.128,28
Alto Taquari	49.501,55	4.794,03	97.020,29	151.315,87	159.971,72	32.680,64
Araguainha	2.744,82	210,08	2.715,11	5.670,02	5.787,88	4.338,74
Campo Verde	143.346,42	80.491,60	94.317,07	318.155,09	330.532,51	16.164,54
Dom Aquino	39.005,11	2.401,67	20.082,33	61.489,11	61.275,19	7.364,81
General Carneiro	31.092,95	1.744,33	8.979,28	41.816,56	42.370,11	9.715,69
Guiratinga	45.441,65	2.525,16	32.171,19	80.138,00	76.812,69	6.379,79
Itiquira	175.252,42	37.658,97	52.608,69	265.520,08	280.561,75	29.399,74
Jaciara	41.217,97	33.814,97	69.427,77	144.460,71	146.088,37	5.789,81
Juscimeira	28.364,02	3.138,09	25.047,53	56.549,64	55.507,06	4.482,52
Pedra Preta	78.931,47	27.786,57	43.436,61	150.154,65	154.038,96	10.774,97
Pontal do Araguaia	9.993,93	1.352,75	7.284,05	18.630,73	19.189,23	4.741,59
Ponte Branca	2.452,65	382,39	3.815,36	6.650,40	6.894,57	3.401,37
Poxoréo	55.469,01	3.293,99	37.377,58	96.140,58	94.758,01	5.006,76
Primavera do Leste	155.793,89	53.415,22	270.286,80	479.495,91	498.411,09	10.448,87
Ribeirãozinho	6.910,13	784,65	4.336,27	12.031,04	12.519,18	5.855,55
São José do Povo	6.091,77	574,24	5.044,53	11.710,53	11.886,65	3.849,30
São Pedro da Cipa	4.756,49	218,36	6.670,05	11.644,90	11.881,05	3.344,89
Rondonópolis	73.983,86	291.796,41	635.928,30	1.001.708,56	1.042.130,18	6.602,82
Tesouro	14.832,80	896,06	6.178,44	21.907,30	22.254,22	8.172,69
Torixoréu	15.330,75	818,65	11.610,75	27.760,15	27.053,96	5.903,11
Total meso	1.061.054,13	573.241,45	1.547.182,66	3.181.478,24	3.290.276,39	9.427,58*

*. PIB médio da mesorregião

Fonte: IBGE, PIB dos Municípios 1999 - 2002.

A análise da tipologia dos municípios foi feita por Grandes Regiões e compreendeu nove categorias, definidas por *municípios com predominância no VA da agropecuária, indústria ou serviços*, quando a participação relativa deste VA fosse maior ou igual a 70% do VA total; *municípios com maioria em um desses setores*, quando a participação relativa do VA de alguma dessas atividades estivesse entre 40% e 70% do VA total; *municípios com equilíbrio entre agropecuária e serviços ou entre indústria e serviços*, com participação relativa maior ou igual a 40% de cada um dos dois setores e diferença absoluta entre eles menor ou igual a 5%; e, finalmente, foi considerada a *situação de equilíbrio entre os três setores de atividade econômica*.

Nessa perspectiva, ao se analisar a mesorregião sudeste matogrossense, dentro dos critérios estabelecidos, verifica-se que, em 2002, os valores correspondentes aos três setores econômicos, agregados pelos 22 municípios componentes dessa mesorregião, somavam R\$3.181.478.000,00, assim distribuídos: 33,35% (R\$1.061.022.913,00) relativos ao VA da agropecuária; 18,01% (R\$572.984.187,00) relativos ao VA da indústria; e 48,63% (R\$1.547.152.751,00) relativos ao VA do setor serviços. Assim, considerando-se os parâmetros definidos pela tipologia adotada, essa mesorregião seria classificada como de *maioria no setor serviços* (entre 40% e 70% de participação relativa no valor adicionado total), confirmando o deslocamento da atividade agropecuária em direção ao norte do estado e o crescimento do setor terciário de sua economia.

Numa outra perspectiva, ao se proceder a análise individual dos municípios componentes dessa mesorregião geográfica, evidencia-se a predominância de sua nucleação principal, o município de Rondonópolis, cujo VA total, assim como o PIB total municipal, para o ano de 2002, somam mais do que o dobro dos valores alcançados pelo município de Primavera do Leste, o segundo em importância dessa mesorregião, seguido pelos municípios de Campo Verde e Itiquira.

Entretanto, embora Rondonópolis tivesse uma participação de quase quatro vezes mais do valor adicionado da indústria e de quase três vezes do valor adicionado dos serviços, em relação à Primavera do Leste, deve-se observar que o valor adicionado da agropecuária naquele município não ultrapassa a quinta colocação no ranking mesorregional, vindo atrás de Itiquira, Primavera do Leste, Campo Verde e Pedra Preta, evidenciando, através do deslocamento para o norte da fronteira agropecuária, a consolidação do papel de centro de gestão, do principal município dessa mesorregião.

Numa outra abordagem, de caráter estrutural, Ajara (2001), com o objetivo de identificar na construção/reconstrução econômico-espacial brasileira os padrões sintetizadores das transformações contemporâneas, propõe a utilização de um esquema operacional que tem como universo o espaço nacional e como instância analítica o nível mesorregional, tomando o Produto Interno Bruto - PIB -, total e setorial, estimado em nível municipal, (ANDRADE & SERRA, 1999 - projeto Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano, IPEA, *apud* AJARA, 2001) como sintetizador do conjunto de transformações associadas aos referidos processos em curso.

A escolha do PIB como indicador básico, para o tratamento no âmbito operacional, foi concebida para uma melhor compreensão da forma pela qual a dinâmica que atua em escala global reconfigura o território nacional, modificando padrões precedentes de organização do espaço, e justifica-se, segundo o autor, por ter nele contida, além do campo estritamente econômico, a dimensão política responsável por um conjunto de decisões e de ações que se concretizam na esfera da geração de riqueza e da organização espacial da economia.

Essa abordagem, que tem como instância analítica a escala mesorregional, e com base nos dados que expressam a riqueza gerada no País, é referenciada a dois momentos - 1980 e 1996 - considerando-se o primeiro como um ponto de inflexão na história econômica recente, por expressar o fim do ciclo desenvolvimentista, e 1996 como o marco representativo do então momento mais próximo quanto à disponibilidade de dados no nível de desagregação espacial adequado à proposta analítica, refletindo as transformações acumuladas ao longo desse período de redefinição da economia e dos arranjos espaciais decorrentes, sob a ótica da exacerbação da competitividade (AJARA, 2001).

Dessa maneira, nas análises efetuadas, centradas na utilização dos indicadores que têm como base o PIB, as interpretações referem-se, fundamentalmente, a um dos aspectos da reestruturação espacial do País - a redefinição econômico-produtiva -, utilizada pelo autor, para caracterizar a dinâmica recente de rediferenciação espacial de seus segmentos mesorregionais, iniciada com a inserção nos processos mais amplos de reestruturação que atuam em escala mundial.

De maneira geral, Ajara (2001) observa que as diferenciações regionais assumidas pelos processos recentes de reestruturação do País, evidenciam a persistência da concentração espacial da riqueza gerada, praticamente nas mesmas áreas ao longo do período de referência, confirmando o peso das atividades de caráter predominantemente urbano na formação da riqueza nacional e a metrópole como espaço privilegiado para o desenvolvimento dos setores

econômicos modernos, na medida em que nela estão concentrados seus principais requisitos locais, como as universidades, os centros de pesquisa e os serviços industriais altamente qualificados.

Nesse sentido, considerando que 9% das unidades de observação apresentaram variação nula na geração de riqueza, entre 1980 e 1996, e que 50% das mesorregiões registraram decréscimo na participação no produto nacional, pode-se inferir que o crescimento da riqueza, nesse período, foi muito restrito no território nacional.

Entretanto, é possível distinguir, no período observado, um reposicionamento favorável de mesorregiões exteriores às áreas hegemônicas, em relação à participação no PIB, total e setorial, especialmente em áreas de fronteira, onde o aumento do grau de urbanização e do número de núcleos urbanos, associado à novas demandas, acentuaram o movimento de reestruturação desse espaço, no contexto de uma nova dinâmica relacionada ao segmento modernizado da economia agrária.

Nesse sentido, contrastando com a aparente imobilidade da configuração espacial da geração da riqueza nacional, Ajara (2001), identifica um segmento do espaço nacional que abrange 58 mesorregiões, dispersas por todo o território, que estão inseridas em interstícios das duas categorias espaciais de posições extremas - incluídas ou excluídas -, quanto à importância na formação do PIB, e que se caracterizam pela heterogeneidade quanto às características de sua base econômica e quanto às suas perspectivas de inclusão/exclusão na dinâmica reestruturadora do espaço geográfico brasileiro.

Com base nos dados de variação do produto setorial mesorregional, no período 1980-1996, e, tendo como referência as classes de mais alto crescimento dos setores primário, secundário e de serviços, o referido autor buscou distinguir, nesse conjunto de mesorregiões, com fraca inserção na dinâmica de geração de riqueza - classificadas como intersticiais - segmentos que se diferenciam pela capacidade de construir um ambiente competitivo e de resposta aos estímulos ao crescimento, na forma em que hoje ele se processa.

Dessa forma, estariam evidenciadas, dentro desses segmentos espaciais, diferenciações que contrapõem, por um lado, aqueles segmentos dinamizados, no âmbito mesorregional, em algum de seus setores econômicos, com indicação da possibilidade de integra-los aos espaços que respondem pela expressiva participação na formação do PIB nacional, àqueles que, por outro lado, não apresentaram evidências de dinamismo, configurando a dificuldade de participar, de forma competitiva, da geração do PIB, o que reforça a identificação de uma vertente altamente seletiva, a exemplo das áreas de economia hegemônica.

A valorização conferida a esse espaço intersticial, é fundamentada na perspectiva de que a exclusão ou inclusão, tanto de lugares integrantes do espaço hegemônico na geração de riqueza, quanto do espaço intersticial, é um processo e não uma condição, podendo, por isso mesmo, ser alterada essa situação (CASTELLS, 1999 *apud* AJARA, 2001), num movimento indicativo do dinamismo presente em um processo permanente de reelaboração espacial.

Dessa forma, na verificação dos indicadores obtidos a partir do PIB, constatou-se que, dentre as mesorregiões do estado de Mato Grosso, a mesorregião sudeste matogrossense, posicionada no grupo intersticial inclusivo, teve uma participação percentual no PIB total nacional, de 0,10% em 1980 e de 0,17% em 1996, indicando uma variação positiva de 0,07% (R\$ 606 milhões) na participação do PIB total mesorregional no PIB total nacional, devendo-se considerar, entretanto, o peso diferenciado que têm os distintos setores da economia - agropecuário, industrial e de serviços - na composição do PIB e das especificidades das dinâmicas que lhe são associadas.

Assim, dentre as mesorregiões intersticiais, em que o crescimento registrado no PIB, de 1980 a 1996, é impulsionado pelo setor primário, a exemplo do que ocorre nas áreas de expansão recente das atividades agrárias na fronteira, destaca-se, pelo seu dinamismo, a mesorregião sudeste matogrossense, que participava com 0,38% do PIB primário nacional em 1980 e passou a 0,91% em 1996, com uma variação de 0,53% (R\$ 316 milhões), configurando um exemplo característico de região de fronteira que se consolidou como complexo agroindustrial.

Da mesma forma, essa mesorregião obteve um diferencial de concentração positivo na participação do PIB nacional do setor terciário, passando de 0,10%, em 1980, para 0,14%, em 1996, com uma variação de 0,04% (R\$ 313 milhões), refletindo o crescimento das funções administrativas e o aumento da demanda por serviços associados ao setor modernizado da economia agrária, observando-se, entretanto, que essa mesorregião, por não configurar um subsistema produtivo, na medida em que sua porção oeste, nucleada por Rondonópolis, faz parte do mesmo subsistema da mesorregião centro-sul matogrossense, nucleada por Cuiabá (IBGE/IPEA/UNICAMP, 1999), faz supor que uma parte dos serviços aí demandados, seja atendida na capital estadual.

Por outro lado, em sintonia com a retração observada no peso do PIB do setor secundário nacional no PIB total nacional (32% em 1996 contra 41% em 1980), associada à reconcentração espacial ocorrida no setor, no período considerado, verificou-se um aumento das mesorregiões com decréscimo na participação do PIB secundário mesorregional no PIB secundário nacional, localizadas, principalmente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste,

onde a mesorregião sudeste matogrossense passou de uma participação de 0,04 em 1980 para 0,03, em 1996, com uma variação negativa de 0,01% (R\$ 23 milhões), num movimento característico de regiões de fronteira, geralmente associado à supressão de atividades transitórias, como a exploração de madeiras e seu beneficiamento (AJARA, 2001).

Já no plano interno, a composição setorial do PIB mesorregional do sudeste matogrossense, em 1980 (ANDRADE & SERRA, 1999, IPEA *apud* AJARA, 2001), era formada por 36,71%, relativo ao setor primário, 15,44% ao setor secundário e 47,85% ao setor terciário, enquanto em 1996, o percentual relativo ao setor primário atinge 44,58%, o do setor secundário decresce para 5,66% e a do setor terciário aumenta para 49,76%.

De toda forma, ao se confrontar esses dados com a análise efetuada a partir das informações obtidas na publicação PIB dos Municípios (IBGE, 2005), pode-se constatar que, embora referenciadas à períodos diversos, ambas reafirmam o salto modernizante da atividade agropecuária na mesorregião em foco e seu posterior deslocamento em direção ao norte do estado, simultaneamente à maior importância do setor serviços, relacionada à gestão da crescente produção de riquezas que vem ocorrendo no sudeste matogrossense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais aqui apresentadas, cabe destacar a satisfação pessoal da experiência de elaboração dessa dissertação, a despeito das dificuldades relacionadas ao âmbito investigativo, esperando-se, contudo, que a mesma tenha atingido o objetivo a que se propôs, qual seja, o da confirmação da trajetória bem sucedida de um espaço de fronteira, em um contexto de acentuada reestruturação do território brasileiro.

Com efeito, através do entendimento da inserção diferenciada da Região Centro-Oeste e da Mesorregião do Sudeste Matogrossense em dois momentos distintos de evolução das forças dinamizadoras do agro nacional, qual seja, naquele definido pelo crescimento interno de expansão do mercado nacional, que marcou o nacional desenvolvimentismo até a década de 80 e o momento atual, pautado pelas forças fragmentadoras do processo de globalização, a presente dissertação espera ter contribuído, de alguma forma, no sentido de aplicar o esquema interpretativo proposto por Ajara (2001).

Tal contribuição assenta-se, justamente, na abordagem multiescalar desenvolvida nessa dissertação e que expõe, com nitidez, a trajetória includente de um espaço de fronteira, como o da região em torno de Rondonópolis, que atualmente se consolida enquanto pólo logístico não só de seu espaço geográfico mais imediato, da mesorregião Sudeste Matogrossense, como, também, em nível macrorregional e nacional.

Nesse sentido, a passagem dessa mesorregião de área de fronteira em expansão para um espaço focal de consolidação das redes de reestruturação do espaço regional, deixa evidenciada a importância do enfoque multiescalar, uma vez que grande parte das forças reestruturadoras da mesorregião do Sudeste Matogrossense reflete mudanças ocorridas no espaço geográfico mais abrangente e, principalmente, aquelas originadas na esfera econômico-financeira mundial, com repercussões diretas na reestruturação do espaço nacional.

Da mesma forma, é importante reafirmar que a escolha do nível intermediário para análise da unidade de investigação - a mesorregião -, deveu-se ao fato de que, por posicionar-se entre o enfoque dos processos universais e o tratamento dos casos específicos, na interpretação da evolução econômico-espacial, permitiu identificar no segmento territorial em análise, um posicionamento que, por transcender, em vários aspectos, o quadro de referência centrado entre aqueles nitidamente incluídos ou excluídos na dinâmica da geração da riqueza nacional, o situa em um espaço em definição, porém dotado de pontos de tendência ao crescimento econômico, via segmentos de setores específicos da economia, conforme definido por Ajara (2001).

Outro aspecto a ser considerado, é o de que entre os desdobramentos possíveis para essa dissertação, poderiam ser relacionadas as vertentes investigativas dirigidas às questões ambientais e sociais, pouco exploradas no presente trabalho e que possuem crescente importância no contexto da globalização, onde a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base da produção do espaço e da sociedade, implicando numa nova divisão territorial do trabalho.

Com efeito, a constatação de que a natureza é reavaliada e valorizada de acordo com as novas tecnologias e pela lógica de reprodução do capital, torna necessário, para a compreensão da dinâmica atual do espaço geográfico, via agricultura modernizada, o entendimento da questão ambiental e as relações sociedade-natureza.

Nesse sentido, ao abordar a dinâmica de produção dos espaços incluídos no estado do Mato Grosso, observa-se que a crise ambiental contemporânea pode estar relacionada com o esgotamento de um modelo de desenvolvimento fundado no uso ilimitado de recursos naturais na busca do lucro, não tendo havido, nesse aspecto, preocupações com a limitação desses recursos no processo de expansão da soja e seus efeitos sobre o ecossistema dos cerrados na fronteira matogrossense, principalmente os relacionados ao aumento dos níveis tóxicos pela contaminação química, à biodiversidade e à erosão, implicando em um custo ambiental que ainda está para ser avaliado.

Por outro lado, acumulam-se evidências de que as mudanças na estrutura e desempenho do setor agropecuário em regiões de cerrado, refletem-se na geração de renda, emprego e condições de vida de sua população, indicando que as transformações provocadas pela introdução das novas técnicas produtivas nessas regiões, vêm ocasionando profundas mudanças nas condições de trabalho, tanto qualitativas quanto quantitativas, associadas às modificações na divisão técnica e social da produção e à uma nova hierarquização, sugerindo

que o impacto causado pela agricultura capitalizada está longe de se esgotar na questão ambiental.

Por fim, feitas essas observações e considerando, conforme Ajara (2001), que a forma escolhida de inserção do País no espaço global tem originado segmentos diferenciados em um território pautado por assimetrias que se reproduzem em diferentes escalas, segundo a dinâmica de um sistema capitalista global que afeta territórios e indivíduos, tornam-se importantes os questionamentos daí advindos, relacionados, tanto às formas de inserção econômico-produtiva de determinados segmentos do território, consonantes com os termos da globalização, quanto às novas vertentes investigativas sugeridas.

BIBLIOGRAFIA

AJARA, César – “*Brasil: espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica de geração de riquezas*”, Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, 2001.

_____ - “*População*” in: Geografia do Brasil, vol 1 região Centro-Oeste IBGE, 1989.

_____ - “*A Dimensão tecnológica na organização do território*” in: “Geografia e a Questão Ambiental”, organizado por Mesquita e Silva, IBGE, 1993.

_____ - “*A (re) valorização do espaço geográfico no contexto de (re) definição de um projeto geopolítico nacional: um foco sobre o confronto de territorialidades na Amazônia brasileira*” RBG 54 (4) out/dez 1992.

BECKER, Bertha K.; HAMAM, Adma; ROSS, Jurandir; COSTA, Marcelino - “*Agenda Amazônia 21: integração externa e interna*” LAGET/UFRJ, 1999.

BECKER, Bertha K.- “*Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio*” Ed. Terra Mater, 2004.

_____ - “*Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia*”, LAGET/UFRJ, 2003.

_____ - “*Geopolítica da Amazônia*” LAGET/ Depto. de Geografia UFRJ, 1995.

_____ - “*O papel da Amazônia nos cenários para o planejamento da gestão ambiental*” MMA e da Amazônia Legal, 1994.

BERNARDES, Júlia Adão – *“Técnica, Trabalho e Espaço. As incisivas mudanças em curso no processo produtivo”* in: “Redescobrimo o Brasil (500 anos depois)” organizado por Iná E. Castro, Mariana M. e Cláudio Egler, Ed. Bertrand Brasil, 2000.

_____- *“Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em mato Grosso”* in: “Terra Livre”, São Paulo, ano 19, v.2, n.21 jul/dez 2003

CARNEIRO, Ricardo – *“A economia brasileira no último quarto do séc. XX”*, Ed. UNESP, 2002.

CONI, Tereza – *“Urbanização em Mato Grosso. Um exemplo, Rondonópolis”*, PPGG/UFRJ, 1980.

CRUZ, Maria Clara – *“Dinâmica Territorial e tendências de desenvolvimento na Amazônia Legal: o caso da ilha do Bananal e do seu entorno no estado do Tocantins”*, UFRJ/PPGG, 2005.

CASTRO, Ana Célia & FONSECA, Maria da Graça – *“A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste”*, série IPEA, n.148, Brasília, 1989.

CARDOSO, Maria Francisca T. – *“Organização Urbana”* in: Geografia do Brasil, vol.1 Região Centro-Oeste, IBGE, 1989.

COSTA, Fabiano G. – *“Avaliação do potencial de expansão da soja na Amazônia Legal: uma aplicação do modelo de Von Thunen”*, Escola Superior de Agricultura Luiz de Quiroz/ USP, Piracicaba, 2000.

DUARTE, Aluizio C. – *“Estrutura do espaço regional”*, in: Geografia do Brasil, vol. 1, Região Centro-Oeste, IBGE, 1989.

EGLER, Cláudio A. Gonçalves – *“Crise e questão regional no Brasil”*, UNICAMP, 1993.

FERREIRA, J. C. Vicente – *“Mato Grosso e seus municípios”*, Sec. de Estado de Educação do Mato Grosso, Cuiabá, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes & LEME, Heládio J. Campos – “*Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste*”, in: “*Migração e Ambiente no Centro-Oeste*”, org. Daniel Hogan, Roberto L. do Carmo, José M. P. da Cunha e Rosane Baieninger, Ed. UNICAMP, 2002.

HAMAM, Adma & AJARA, César “*Uma visão geográfica acerca da questão ambiental*”, RBG 54 (4) out/dez 1992.

HAMAM, Adma; AJARA César, BEZERRA, Vera d` Avilla; BARBOSA, Jaci “*O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira*”, RBG 53 (4), out/dez 1991.

HESS, Dora; CONI, Tereza; CORRÊA de SÁ, M. Elizabeth “*A evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 70*”, RBG 49 (1) jan/mar 1987.

IBGE – *Atlas Nacional do Brasil*, 1992.

_____ /IPEA/UNICAMP – “*Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*”, 1999.

_____ - “*Produto Interno Bruto dos Municípios*”, 2005.

_____ - “*Tendências Demográficas – uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*”, série Estudos & Pesquisas, 2004.

_____ - “*Classificação Nacional de Atividades Econômicas*” – CNAE, 2005.

_____ - “*Cadastro Central de Empresas*” - CEMPRES, 2005.

_____ - “*Pesquisa Agrícola Municipal*” – PAM, e “*Pesquisa Pecuária Municipal*” – PPM, 2005.

LEMOS, Mauro Borges – “*Regionalização: aspectos metodológicos e análise crítica da experiência brasileira recente*”, FUNDP/CEDEPLAR/UFMG, 2004.

MARTINE, George – “*Fases e faces da modernização agrícola brasileira*”, revista Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, n.3, junho, 1990.

MUELLER, Charles Curt – “*Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste*”, revista Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, n.3, junho, 1990.

SILVA, Carlos Alberto Franco – “*Grupo André Maggi – corporação e rede em áreas de fronteira*”, ed. Entrelinhas, Cuiabá, 2003.

SILVA, José Antonio – “*Crescimento populacional e ocupação recente em Mato Grosso*”, Depto de Economia, UFMT, pesquisado em julho/2005 – www.fundaj.gov.br.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)